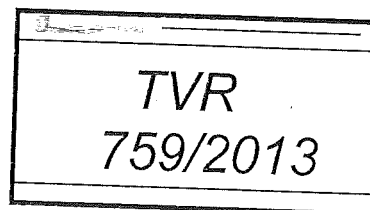


**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR  
N.º 759, DE 2013  
(Do Poder Executivo)  
MSC 148/2013  
AV 283/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 597, de 18 de agosto de 2009, que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Hidrolândia, Estado do Ceará.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 148



Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 540, de 6 de dezembro de 2011 – MCC-Participações Ltda., no município de Uberaba – MG; e
- 2 - Portaria nº 597, de 18 de agosto de 2009 – Rádio FM Serrote Ltda., no município de Hidrolândia – CE.

Brasília, 9 de abril de 2013.

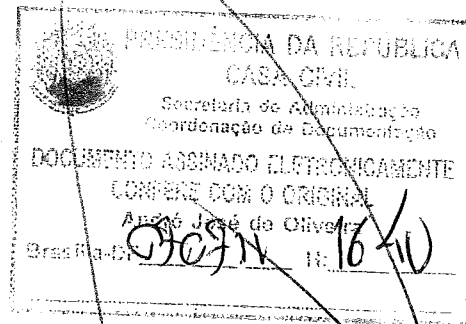
A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to read "A. Russell".

SAB

PORT 597/2009

OML

18/05/2011



EM nº. 213/2011 - MC

Brasília, 18 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 006/2000 - SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias (local), no Município de Hidrolândia, Estado do Ceará.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnicas e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio FM Serrote Ltda (Processo nº 53650.000321/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo do Silva

PUBLICADO NO DIÁRIO  
OFICIAL DE 24/08/09  
Página: 89 Seção: 1  
ANOTADO POR: Rex

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 597 , DE 18 DE AGOSTO DE 2009.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000321/2002, Concorrência nº 006/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO FM SERROTE LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Hidrolândia, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HÉLIO COSTA

E m. 594/mc

NT 1063/12

*col 1*

DELEGACIA DO MC NO CEARÁ  
PROC: 53650.000321/2002  
PROTOCOLO-DATA 27/10/2002  
FORTALEZA - CE

*Albo*  
ASSINATURA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSELHO COM. S. ORÇAMENTO  
Em 20/09/02

DELEGACIA REGIONAL DO MC NO CEARÁ

PROCESSO Nº 53650.000321/2002  
INTERESSADO: RÁDIO FM SERROTE LTDA.

ASSUNTO: EDITAL Nº 6/2000 -SSR/MC OM

HIDROLÂNDIA/CE

CÓDIGO:

*LOCAL*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Inscrição no

GRUPO

0710.03

*VENCEDORA*

MOVIMENTAÇÕES

Seq.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	SEADM/Conjur		01.02.07	15			1 1
02	CAB/Conjur		01.02.07	16			1 1
03	SEADM/Conjur		01.02.08	17			1 1
04	CAB/Conjur		07.04.09	18			1 1
05	CGCE		18.10.10	19			1 1
06			1 1	20			1 1
07			1 1	21			1 1
08			1 1	22			1 1
09			1 1	23			1 1
10			1 1	24			1 1
11			1 1	25			1 1
12			1 1	26			1 1
13			1 1	27			1 1
14			1 1	28			1 1

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

Recebido na SAJ-sala 408  
As 10.09  
No dia 14/06/12  
Por *M. Maria*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONF. 2000/2 ORIGINAL  
Em: 30.06.02

DELEGACIA DO MC NO CEARÁ  
PROC: 53650 000 321 / 2002  
PROTOCOLO-DATA 27/03/2002  
FORTALEZA - CE

Alba  
ASSINATURA




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO



### TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Determino ao Protocolo desta Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Ceará (DMC/CE), a abertura de processo de Licitação da Concorrência Pública nº 6/2000-SSR/MC, cuja abertura se deu por força da Portaria Ministerial nº 811 ( in DOU de 30-12-97), visando à contratação da licitante vencedora com a União Federal (Ministério das Comunicações), à execução do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, da proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA., destinada à localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará, representada por seu Diretor Administrativo, o Sr. LUÍS MOURA DA COSTA, na reunião de 5 de julho de 2000 (entrega dos invólucros da Documentação de Habilitação, Propostas Técnica e de Preço pela Outorga), cujos invólucros foram recusados, e sem representante na reunião desta data, na qual a Comissão Especial de Licitação determinou a abertura do envelope onde consta a Documentação de Habilitação e rubrica de suas propostas, de acordo com o Aviso, publicado no DOU de 14 de março de 2002, Seção 3, p. 60.

Fortaleza (CE), 27 de março de 2002

  
MARIA SÔNIA AZEVEDO CABRAL  
Comissão de Assessoramento Técnico  
Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFIRMAÇÃO COM O ORIGINAL  
Em 30/03/2002

NESTA DATA DE ORDEM, FORMALIZEI O PRESENTE  
PROCESSO DE Nº 53650.000 391 / 2002

CONSTITUÍDO INICIALMENTE DE 01

FOLHAS NUMERADAS SEQUENCIALMENTE DE  
1 A 01 DATA 27 / 03 / 2002.

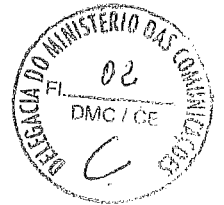
ASSINATURA frb

Francisca Alba Raulino Nogueira  
Mat. 0454850

AM  
003

INDICE

RÁDIO FM SERROTE LTDA



**5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

5.2.1. Ato Constitutivo	FL 01 à 11
5.2.3. Declaração, Conforme Modelo II	FL 12
5.2.4. Prova de Nacionalidade	FL 13 e 14
5.2.5. Certidão dos Cartórios distribuidores de ações civis e criminais e de protestos	FL 15 à 20
5.2.6. Prova de Cumprimento das obrigações Eleitorais	FL 21

**5.3.) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

5.3.1. Balanço de Abertura	FL 22
5.3.4 Certidão Negativa do pedido de falência ou concordata	FL 23

**5.4. REGULARIDADE FISCAL**

**5.4. 1. Prova de Inscrição**

A) CNPJ/MF	FL 24
B) Estadual	FL 25
C) Municipal	FL 26 e 27

**5.4.2. Regularidade relativo a:**

A) Previdência Social	FL 28
B) F.G.T.S.	FL 29

**5.4.3. Certidão de Regularidade Fiscal**

A) Receita Federal	FL 30
B) Procuradoria da Fazenda Nacional	FL 31
C) Fazenda Estadual	FL 32
D) Fazenda Municipal	FL 33

*sup*

*MR*

*[Handwritten signature]*

REC. Nº 23200852.689★

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENFERMEIROS  
Em 30/06/2000



## CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO

### RÁDIO FM SERROTE LTDA

#### SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

Brasileiro, Solteiro, Maior, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont nº 7.797 – Aptº 501 - Dunas, portador da identidade profissional nº 5.267, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará – OAB/CE, inscrito no CPF sob o número 122.358.143 - 87; e

#### LUIS MOURA DA COSTA

Brasileiro, Casado, Representante Comercial, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dr. Ratisbona nº 175 - Fátima, portador da cédula de identidade RG Nº 97002597174 – S.S.P./CE, inscrita no CPF sob o número 041.309.872 - 91.

### CONSTITUEM,

Entre si, na melhor forma de direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições, a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade se denominará **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, e terá por finalidade a execução dos serviços de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda Média (O.M.), mediante autorização do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigente.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade, de acordo com o que preceitua o Artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

Assinado

OAB - 5267

JOÃO OLIVAN

Escritório



Em Fortaleza, 30 de junho de 2000

Claudio Martins Tabelião

RECEBIMOS Nº 23200.852.689



(Continuação do contrato social de constituição da RÁDIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 02)

instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportação dos encargos e sua necessária expansão.



### CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da sociedade tem como endereço a cidade de PACATUBA, Estado do CEARÁ, na Avenida José Guilherme nº 566 – Nova Pavana, podendo abrir e fechar agências, sucursais e escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre que assim convier, NÃO TENDO FILIAIS PRESENTEMENTE.

### CLÁUSULA QUARTA

A sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades terão início a partir de 27 de Março de 2.000. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

### CLÁUSULA QUINTA

a) As cotas representativas do capital social são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros;

b) Qualquer alteração contratual, assim como a transferência de cotas, dependerá de prévia autorização do Poder Concedente

### CLÁUSULA SEXTA

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que impõem as leis, decretos, regulamentos, códigos ou decisões emanadas do Poder

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

Advogado

OAB - 6267

JOÃO OLIVAR  
Escritor autorizado



com o original dou fé

FOR:

14 JUL 2000

Continuado da verdade

CLÁUSULA SEXTA

Patente

Em 30/08/08  
Nº 23200.852.689-03



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 03)  
Concedente e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e  
referentes à legislação de radiodifusão.



### CLÁUSULA SÉTIMA

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um mínimo de 2/3 (dois terços) de brasileiros ou brasileiros natos.

### CLÁUSULA OITAVA

A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessão ou permissão de radiodifusão sonora em geral no País, além dos limites fixados pela legislação pertinente.

### CLÁUSULA NONA

O capital social é de R\$ 10.000,00 (Vinte Mil Reais), representado por 100 (Cem) cotas no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIO COTISTA	%	COTAS	(R\$)
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA	50	50	5.000,00
LUIS MOURA DA COSTA	50	50	5.000,00
T O T A L	100	100	10.000,00

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB 6267



4 de 08 de 2008  
Encontro as unidades  
Tabela

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONTEÚDO DO ORIGINAL  
Nº 232 008 526 89



(Continuação do contrato social de constituição da RÁDIO FMI  
SERROTE LTDA - fl. 04)

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o Artigo 2º "in  
fine" do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se  
responsabiliza pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA



A integralização do capital social será efetivada pelos sócios da  
seguinte forma:

a) 10% ( dez por cento ), ou seja R\$ 1.000,00 (Hum Mil  
Reais), em moeda corrente nacional, neste ato;

b) O restante, ou seja 90% (noventa por cento), será  
integralizado no período de 02 (dois) anos de acordo com as necessidades  
de aquisição dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento de uma  
emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda  
Média (O.M.), tais como: transmissor, caixa de sintonia, torre, antenas, sala  
de áudio, discos e acessórios, assegurando, assim, a integralização total do  
capital social e o fiel cumprimento do prazo a ser estabelecido pelo Poder  
Concedente para a instalação da emissora a ser outorgada

CLÁUSULA  
DÉCIMA-PRIMEIRA

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do  
capital social, consoante o que determina a lei.

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

Advogado  
OAB RJ 54.517



Foi autenticado com  
o original do

Em 11/11/2000  
Cláudio Martins  
Yabellio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

2320085589



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM -  
SERROTE LTDA - fl. 05)

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-SEGUNDA**



A sociedade será administrada pelo sócio **LUIS MOURA DA COSTA**, na função de **DIRETOR - ADMINISTRATIVO**, o qual fará uso da firma judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar poderes especiais ou totais a terceiros através de procurações e mediante autorização do Poder Concedente.


**PARÁGRAFO ÚNICO** - No uso de suas atribuições, o Diretor - Administrativo, assinará da seguinte forma:

**RADIO FM SERROTE LTDA**

  
**LUIS MOURA DA COSTA**  
Diretor - Administrativo

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-TERCEIRA**

Os sócios terão como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

  
DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB 5267



JOÃO CLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

2000  
Tabelião

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Em 30/09/86



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 06)

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-QUARTA**



O uso da denominação social, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA deste instrumento, é vedado em fianças, aval e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando o Diretor, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-QUINTA**

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, por força da lei, a sociedade automaticamente se dissolverá, sendo observados os dispositivos da lei. Cabendo aos herdeiros do sócio falecido o capital e os apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou a interdição depois de 06 (seis) meses após a aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações mensais iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-SEXTA**

Os sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme Portaria nº 06/86, de 16/09/86, do D.N.R.C.

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 5287



Esta cópia é verdadeira  
com o original ou não

30/09/2000

Em 30/09/2000

Ante a Mesa  
Tabelião

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERIR COM O ORIGINAL



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 07)

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-SÉTIMA**



Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-OITAVA**

A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato de conta de lucros e perdas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os lucros ou prejuízos apurados em balanço geral anual serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas ou capital.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-NONA**

Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 8297

JOÃO OLIVAR LOPES DE SILVA  
Escritor autorizado



4 de 00 2000

Assinatura da sociedade

Carla Martins  
Tabelião

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM  
Em 30/06/04



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LDA - fl. 08).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA**

Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos  
dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10/01/19, a cuja observância, como  
as demais cláusulas deste contrato, se obrigam Diretora e Sócios -  
Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam  
o presente contrato em 03 (três) vias de  
igual teor e forma, na presença das  
testemunhas da lei.

FORTALEZA (CE) 23 de Março de 2.000

→ **SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**

→ **LUIS MOURA DA COSTA**

TESTEMUNHAS:

1.) **CRISTIANO LIMA DE MENEZES**  
RG N° 90002160094 - S.S.P./CE

2.) **FRANCISCO FIRMIANO BRAGA**  
RG N° 8905002007306 - SSP/CE

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 5287



Em original dou fe

4 de 2000

Em 10 de Junho de 2000

Cristiano Martins  
Tabella

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONEXÃO COM O BRASIL  
30.06.09

MAR 30 2000

UNIDADE DE CONTROLE DO ESTADO DO CEARÁ - JUIZ  
DE SENTENÇA CERTIFICADO QUE UMA VIA DO AGUAI TER  
FOI ARQUIVADA NESTA JUIZARIA SOB NÚMERO 5.000  
ESTAMPADOS MECANICAMENTE

PROEC  
ROBERTO C. DE F. FERREIRA

42324923200852689★



Esse selo copiado com o original deu fé

PORT 14 JUN 2000

Em testemunha da verdade

Cláudio Martins  
Tabelião

JOÃO CLAUDIO LOPES DA SILVA  
Tabelião Autorizado

232.155.525 \*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFESSÃO DE RECEBIMENTO  
Em 30/06/2000



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO**  
**CONTRATUAL DA SOCIEDADE COMERCIAL DENOMINADA**  
**RÁDIO FM SERROTE LTDA**

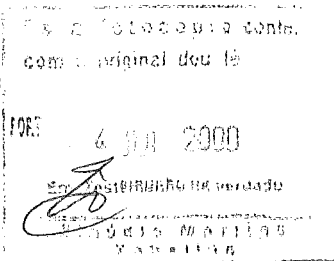


**RESUMO**

**1. MUDANÇA DE ENDEREÇO**

**I - PREÂMBULO**

Por este instrumento particular, **SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**, Brasileiro, Solteiro, Maior, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont nº 7.797 – Aptº 501 - Dunas, portador da identidade profissional nº 5.267, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará – OAB/CE, inscrito no CPF sob o número 122.358.143 – 87 e **LUIS MOURA DA COSTA**, Brasileiro, Divorciado, Representante Comercial, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dr. Ratisbona nº 175 – Fátima, portador da cédula de identidade RG Nº 97002597174 – S.S.P./CE, inscrito no CPF sob o número 041.309.872 – 91, sócios componentes da **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Pacatuba, Estado do Ceará, na Avenida José Guilherme nº 566 – Nova Pavuna, com instrumento de contrato social arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 23200852689, em sessão de 30 de Março de 2.000, **RESOLVEM**, de comum e pleno acordo, **ALTERAR PELA PRIMEIRA VEZ** o contrato social de constituição, deliberando e convencionando o seguinte:



Handwritten signatures of the parties involved in the instrument.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSULET Nº 232.125/25  
COMPROVANTE  
Em 30 de Maio de 2000



(Continuação do 1º aditivo ao contrato social de constituição da  
RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 02)

## II - DELIBERAÇÕES

### II.1.) MUDANÇA DE ENDEREÇO



II.1.a.) Ocorre nesta oportunidade a mudança da  
sede da sociedade para o seguinte endereço:  
**AVENIDA JOSÉ GUILHERME Nº 566 -  
LOJA 07 - CENTRO COMERCIAL -  
NOVA PAVUNA  
PACATUBA - CE  
CEP: 61800-000**

II.1.b.) - Permanecem em vigor as demais cláusulas  
do contrato social de constituição que não  
tenham sido alteradas expressa ou  
implicitamente por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo com as  
cláusulas ora alteradas, firmam o presente  
instrumento em 03 (três) vias de igual teor  
e forma, na presença das testemunhas da  
lei.

Fortaleza (CE), 02 de Maio de 2.000

SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA

LUIS MOURA DA COSTA



Se a fotocópia conter  
com o original deu fé

FOR

4 de Maio 2000

Em testemunha da verdade

Cláudio Martins

Yveline JOÃO OLIVEIRA LOPES DA SILVA

Escritavento Autorizada

10/10/2010



13  
DMC/CE  
C

**2. FRANCISCO FIRMIANO BRAGA**  
RG N° 8905002007306 – S.S.P/CE



... a fotocópia com o original do

PORT 4 000 2000

~~SECRET~~

~~Yabelliso~~  
Yabelliso

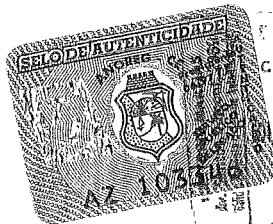
JOÃO OLIVAS LOPES DA SILVA  
Escritor e Jornalista



The image shows several handwritten signatures in black ink. There are four distinct signatures: one on the left, one in the center, one on the right, and one at the bottom left. The signatures are stylized and cursive.

A 100 MILHAS DO ESTADO DO GERAL - JACOB  
 PERDIDO LUTANDO QUE UMA VIA DE USUAL, TELA  
 DO ACQUAVIA PERDIDA ATRÁS DO NÚMERO E DATA  
 ESTAMPADO MELHORAMENTE

ROBERTO CARPELO FELIX  
PRESIDENTE



Essa fotocópia confere  
com o original deu fé

4 2000

~~Em busca da verdade~~

~~Studio Mailing~~  
~~Toronto~~

**GOVERNMENT OF CANADA**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O PUNTO

ANEXO II

DECLARAÇÃO



O abaixo-assinado, dirigente da **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, declara que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de **HIDROLANDIA**, Estado do **CEARÁ**, e que não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplado com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

**PACATUBA (CE), 03 de Julho de 2.000**

**RÁDIO FM SERROTE LTDA**

**LUIS MOURA DA COSTA**  
**DIRETOR - ADMINISTRATIVO**  
**CPF: 041.309.872-91**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*[Fingerprint]*

*[Signature]*

ASSINATURA DO TITULAR

SELO DE AUTENTICIDADE

ANOREG - CE - SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO  
Provimento nº 06137

AUTENTICAÇÃO

AB 228413

05 JUL 2000

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO  
RODRIGO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
DANIEL DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
BERNARDO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
MARIA JULIA MARINHO - ESC AUTORIZADA  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 97002597147 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/11/1997

NOME LUIS MOURA DA COSTA

FILIAÇÃO ANTONIO ORGINI DA COSTA E BERNADETE MOURA DA COSTA

NATURALIDADE FORTALEZA-CE DATA DE NASCIMENTO 7/8/1953

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 1329 L 7 F

10V MANAUS/AM CPF ID. ANT. 460903

FORTALEZA-CE ASSINATURA DO DIRETOR

Nº 7.116 DE 29/08/83

SELO DE AUTENTICIDADE

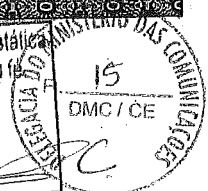
ANOREG - CE - SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO  
Provimento nº 06137

AUTENTICAÇÃO

AB 228414

05 JUL 2000

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO  
RODRIGO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
DANIEL DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
BERNARDO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
MARIA JULIA MARINHO - ESC AUTORIZADA  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

30 06/08

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM

1º OFÍCIO

SOLANGE GRACE MOURA ROLIM

OFICIALA DE PROTESTO

NOTÁRIA

ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM

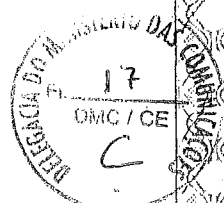
SUBSTITUTA

FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADA

FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808



SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O  
EIN 30 de 1995

Nº 104344

## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bel. Solange Grace M. Rolim la. Tabeliã desta cidade de Fortaleza-Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifico, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a meu cargo, deles verifiquei não haver sido protestado de 19 de Junho de 1995 até a presente data, quer por emissão, aceite ou aval, NENHUM título de responsabilidade direta ou indireta de

LUIS MOURA DA COSTA

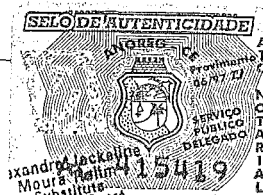
CPF 041.309.872-91

O certificado é verdade e ao arquivo do meu cartório me reporto e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará no dia 19 de Junho de 2000

Eu, [assinatura], la. Oficiala de Protesto a subscrevo:

Busca dada por [assinatura]

Em testemunho [assinatura] da verdade.



(\*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS. E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA.



Esta cópia contém  
com o original do fe

FOR: 14 JUN 2000

Em: [assinatura]

Assinatura: Fátima Maria

Tabeliã

JOÃO OLIVEIRA LOPES DA SILVA  
Escrivente Autorizada

[Assinaturas manuscritas]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ  
CARTÓRIO MARTINS  
2º OFÍCIO

RUA JOÃO LOPES, 14 - FONES: 226.6688 / 226.6754 / 226.2763

HEL. CLÁUDIO MARTINS JÚNIOR - OFICIAL DE PROTESTO

CLÁUDIO MARTINS NETO - OFICIAL SUBSTITUTO



O BACHAREL CLÁUDIO MARTINS JÚNIOR, OFICIAL DE REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS, NESTA CIDADE DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, NA FORMA DA LEI ETC.

CERTIFICA, A REQUERIMENTO DE PARTE INTERESSADA, QUE REVENDO EU SEU PODER E CARTÓRIO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS ATÉ A PRESENTE DATA OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO VERIFICOU NÃO CONSTAR CONTRA O NOME INSCRITO NO CGC/CPF ABAIXO.

NOME:

CGC / CPF:

041309872-91

LUIS MOLINA DA COSTA,

COMO RESPONSÁVEL (IS) DIRETO (A) OU REGRESSIVO (S). O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FORTALEZA, 16 DE JUNHO DE 2000

ESCREVENTE AUTORIZO A CONFERIR, SUBSCREVO E ASSINO

CUSTAS:

R\$ 0,00

CONFERENTE:

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE



Cartório Martins

CLÁUDIO MARTINS JÚNIOR  
OFICIAL DE PROTESTO  
JOÃO CRIVAR LOPES DA SILVA  
Escrivente Autorizado

NO: 30269

ESTE DOCUMENTO NÃO PODERÁ TER EMENDA, RASURA OU ENTRELINHAS.



JOÃO CRIVAR LOPES DA SILVA  
Escrivente Autorizado

VÁLIDO SOMENTE COM O  
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE  
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-BUSCA:

COMARCA DE FORTALEZA  
ESTADO DO CEARÁ

NÚMERO DE CONTROLE

034283

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS

Tabelião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (085) 231.9974 - Fortaleza - CE

CERTIDÃO

O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Oficial de Registro de Títulos, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei.  
CERTIFICA, a requerimento de parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registro de Protesto, verifiquei NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CGC/CIC abaixo.

NOME LUIS MOURA DA COSTA \*\*\*\*\*  
ENDEREÇO N/C

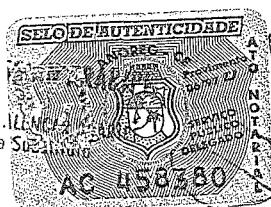
CGC/CIC CPF 041.309.872.91

Nº DO TÍTULO	VENCIMENTO	VALOR	PROTESTO	SACADOR
--------------	------------	-------	----------	---------



MARTINS  
Mont, 2369  
de autenticidade

CARTÓRIO  
ITALO VILAR DE ALENCAR  
Escritor de Substituição



TOTAL DAS CUSTAS

R\$ 9.08

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO, O REFERIDO E VERDADE E DOU FE

FORTALEZA 16 de JUNHO DE 2000  
EMOL 6.98 + FERMOJU 2.00 + ACM 0.10 =

OBS.: ESTE DOCUMENTO NÃO PODERÁ TER EMENDA, RASURA OU ENTRELINHAS.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL



GOLO OUVAR LOPES DA SILVA  
Escritor de Substituição

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONCEDE COM O Nº 0120/18



**TABELIONATO JOAO MACHADO**  
7o. OFICIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - FONES: 226.1583, 226.1611, 231.7033

CEP: 60025-130

fax -> 254.3817 e 254.1610

Bel.: C I C E R O M O Z A R T M A C H A D O

Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO

Tabelia Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Titulos desta Capital, na forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartorio a seu cargo ate a presente data os livros de registro de protesto verificou que:

NADA EXISTE no periodo de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CGC/CIC abaixo.

NOME : LUIS MOURA DA COSTA

ENDERECO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA

CE. 60000

CGC/CIC : 041309872-91

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FE'.



2 cópias contendo  
o original do fe



Fortaleza, 16 de junho de 2000

O Oficial de Protesto

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA

Escrevente Autorizada

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indicio de adulteração".  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/09



## CERTIDAO NEGATIVA

REQUERENTE:

CPF

LUIS MOURA DA COSTA.\*\*\*\*\*

041.309.872/91

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA CONSTAR, nos últimos cinco anos, contra o(a) requerente acima, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

O referido é verdade. Dou fé

Fortaleza, 16 de Junho de 2000

Emolumentos

6,98

FERMOJU

2,00

A.C.M.

0,10

Total R\$

9,08

O Tabelião



Esta fotocópia contém  
com o original do fe  
4 de 2000  
Assinado por, verdade  
LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO  
Tabelião  
\*00310904130987291AUGUSTO\*

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

Assinatura do Oficial

LE Nº 1.283, 261 8871 - CNPJ Nº 06.908.000/70



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS



Certidão Nº 7205

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo, no Serviço de Distribuição, os registros dos feitos abaixo, verificou constar, nos últimos DEZ anos, no nome de

1º Feito	Vara	Secretaria	Procedência ou Artigo	Valor	Data
DESPEJO	25ª CÍVEL			4.692.000,00	23/09/1992

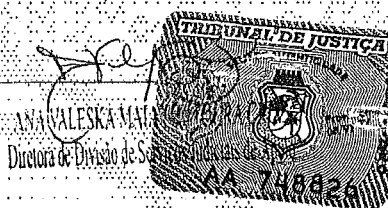
Autor EMBRACE - EMP. BRASILEIRA DE CONST.

Promovido LUIS MOURA DA COSTA, CPE 041.363.872-91

Certifica finalmente que nenhuma outra ação de EXECUCAO/  
ORDINARIA/FAZENDA PÚBLICA/CRIMINAL/INTERDICAÇÃO/TUTELA/CURATELA/COBRANÇA/INDE-  
NIZAÇÃO/REPARAÇÃO DE DANOS foi promovida durante aquele período em nome do(a)(s) requerente(s)  
supra.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 30 de JUNHO de 2000.



BUSCA: CATARINA/ANDRÉ  
CONSTA 1 AÇÃO.  
DIGITADOR(A): FELIZA

Obs: Esta certidão só é válida sem rasuras ou emendas e com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento, e selo de autenticidade, por um prazo de 30(trinta) dias.

Pág. 1



Esta fotocópia confere com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins  
TJCE/420



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
CEARA

CERTIDÃO



CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

**LUIS MOURA DA COSTA**

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título: 027095370710

Estado Civil: Casado

Data de Nascimento: 07/08/1953

Filiação: ANTONIO ORCINI DA COSTA  
e BERNADETE MOURA DA COSTA

Profissão: OUTROS

Vota na Zona: 94 Seção: 151

Residência: RUA 147 1 ETAPA 136 CONJUNTO CEARA

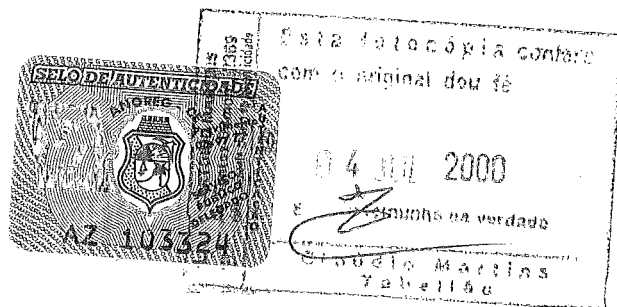
Filiado ao PL - PARTIDO LIBERAL desde 14/06/1987

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI

FORTALEZA, 30/05/2000

ÁGUEDA ODETE JUSTA GURGEL  
Chefe do Cartório da 94ª Zona Eleitoral



JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

**RÁDIO FM SERROTE LTDA**  
**CGC/MF 03.729.079/0001-84**



**BALANÇO DE ABERTURA**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Em 30.06.2000

**ATIVO**

**CIRCULANTE**

CAIXA

BANCO C/ MOVIMENTO

1.000,00

1.000,00

**REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

-

**PERMANENTE**

INVESTIMENTO

IMOBILIZADOS

DIFERIDO

-

-

-

**TOTAL DO ATIVO**

1.000,00

**PASSIVO**

**CIRCULANTE**

OBRIGAÇÕES

-

-

**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

-

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

1.000,00

CAPITAL SUBSCRITO

10.000,00

CAPITAL A INTEGRALIZAR

(-9.000,00)

**TOTAL DO PASSIVO**

1.000,00

Pacatuba (CE), 03 de Abril de 2.000

*Jose Lopes de Mesquita*  
JOSÉ LOPES DE MESQUITA  
Contador - CRC/CE. 7643  
CPF 121.250.833-53

*Luís Moura da Costa*  
LUIS MOURA DA COSTA  
Diretor - Administrativo

*alberto*



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE PACATUBA  
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO



SERVIÇO  
MINISTÉRIO  
COMARCA  
30/06/00



MARIZA PEREIRA DA SILVA, Distribuidora do Fórum da Comarca de Pacatuba, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

## C E R T I D ã O

CERTIFICO, a requerimento verbal da parte interessada, que revendo na Distribuição do Fórum Des. Raimundo Catunda a meu cargo, os "Livros de Tombos" e demais papéis arquivados e em andamentos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR**, nenhuma Ação de Execução, Execução Fiscal ou Embargos, Falência, Concordata ou outra congênere, contra **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, CNPJ 03.729.079/0001-84, sito na Av. José Guilherme, 566, loja 07 - Centro Comercial - Nova Payuna - Pacatuba/Ce. O Referido é Verdade e Dou Fé.

Pacatuba/Ce., 14 de junho de 2000.

*Mariza Pereira da Silva*



Esta fotocópia com o original dou fé  
**MARIZA PEREIRA DA SILVA**  
Distribuidora do Fórum

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Cláudio Martins

Valido Somente com selo de autenticidade

CLÁUDIO LOPES DA SILVA  
Procurador Autorizado

FÓRUM DES. RAIMUNDO CATUNDA  
CEP: 61.800-000

Rua Cap. Henrique Justa, s/nº. - Centro - Pacatuba/CE  
TEL: 345-1130



24

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO



NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ  
03.729.079/0001-84

VÁLIDO ATÉ

10/07/2000

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma, razão social ou denominação comercial)

RADIO FM SERROTE LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COFECOM  
Em 30/06/00

ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua, avenida, estrada etc.)

AVENIDA JOSE GUILHERME

COMPLEMENTO (apto, sala, andar)

LOJA 07 - CENTRO COM.

BAIRRO/DISTRITO

NOVA PAVUNA

MUNICÍPIO

PACATUBA

NÚMERO

566

CEP

61800-000

TELEFONE/CONTATO

UF

CE

Este documento só fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ, quando acompanhado do respectivo Ato Constitutivo ou Alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA

0310109-MARANGUAPE

DATA DE EMISSÃO

11/05/2000

NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

CARGO

ASSINATURA

CPF MF / SRF / 3ª. RF / ARF - MGP - CE  
L.M.: 11/05/2000  
José Valquimar Barboza  
TRF - Chefe ARF MGP Mat 24152  
DELEG. COMP. PORT. DRF/FLA 137,1-B/10/99

Aprovado pela IN/SRF nº 82/99



*copy*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins

Tabellão

Órgão Livraria

Escritório

LOUIZ DA SILVA  
Autorizado

Esta fotocópia confere com o original dou fe.

ESTADO DO CEARÁ		FIC		C.G.F.	
SECRETARIA DA FAZENDA				04294139-0	
FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE					
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL					
RADIO FM FERROTE LTDA					
ENDEREÇO COMPLETO					
JOSE GUTHERME 00566					
DJA 7					
NOVA PAVUNA					
PACATUBA					
C.F.P.: 61800000					
C.G.		037P9079/0001-84		COD. ORGAO LOCAL	
				POP. 0500-4	
TIPO CONTRIBUINTE		C. A. E. PRINCIPAL		C. A. E. SECUNDARIO	
7		9100004		---	
REGIME DE TRIBUTACAO		NATUREZA JURIDICA		CNPJ 00000000	
NUNCA		CNPJ 00000000		---	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Em 04/07/2000



Apresente este cartão quando solicitado pelos funcionários da Prefeitura.

Ana. Lúcia de S. Cavalcante

Setor Arrecadação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA  
CARTÃO DO ISS

Contribuinte <b>RADIO FM SERROTE LTDA</b>	
CPF/CNPJ <b>03729079000184</b>	Inscr. ISS <b>000000025</b>
Inscr. P.M. <b>200000013</b>	Data Cad. <b>30/05/2000</b>
Endereço <b>AV. JOSE GUILHERME</b>	Nº <b>566</b>
Complemento <b>LOJA 07</b>	Bairro <b>PAYUNA</b>
Serviço <b>SERVICO DE RADIOFUSAO SONORA EM FREQUENCIA</b>	

Esta fotocópia confere com o original dou fe.

Esta fotocópia confere com o original dou fe.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins  
Tabelião

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escrivento Autorizado

CARTÓRIO MARTINS  
Av. Santos Dumont, 2.169  
Vila do Sonente e Selo de Autenticidade

LOJA

04 JUL. 2000

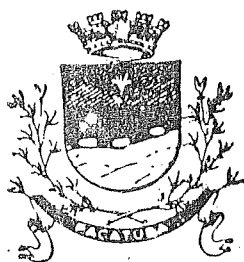
Em testemunho da verdade

Claudio Martins  
Tabelião

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escrivento Autorizado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONF. 001/2000  
Em 30/05/00



**Prefeitura Municipal de Pacatuba**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO**

ESTADO DO CEARÁ

Serviço de Arrecadação de Tributos Diversos

**ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO**

Concedido a **RADIO FM SERROTE LIDA**

Para estabelecer-se na **AV. JOSE GUILLERME, 566 - LOJA 07**  
**PAVISTA - PACATUBA - CEARÁ**

Com a atividade principal de **RADIOFUSÃO SONORA**

☒ Inicial

☐ Renovação

INSCRIÇÃO	TAXAÇÃO	HORARIO
45.0126-6	R\$ 31,92	NORMAL
CÓDIGO	ÁREA	ALVARA N.º
9221-5/00 PROC. N.º	50,80 m²	—
—	—	TALÃO N.º
—	—	—

Enquanto satisfizer as exigências legais

**SUJEITO AS FISCALIZAÇÕES: MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL**

Emissão  
S. A. T. D. em 30 / 05 / 19 2000

Validade  
30 / 05 / 2001

*Ana Lúcia de S. Cavalcante*  
Ana Lúcia de S. Cavalcante  
Ag. Adm. - SEFIN

*Raimundo Nonato L. Cavalcante*  
Visto  
Raimundo Nonato L. Cavalcante  
Ag. Adm. - SEFIN



04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

*Cleólio Martins*  
Tabelião

*Adão Cláudio Lopes da Silva*  
Tabelião Autorizado

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
DIRETORIA DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

28



NO 056282000-05601012

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 03.729.079/0001-84  
NOME: RADIO FM SERROTE LTDA  
ENDERECO: AV JOSE GUILHERME 566 LOJA 7 CENTRO COMERCIAL  
BAIRRO OU DISTRITO: NOVA PAVUNA  
MUNICIPIO: PACATUBA  
ESTADO: CE  
CEP: 61800-000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONCRETO  
Em 30/05/00

FINALIDADE DA CERTIDAO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: [www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br), OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 29 DE MAIO DE 2000.  
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



Esta fotocópia confere com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins  
Tabelião

Os dados desta Certidão conferem com os constantes nos documentos apresentados do INSS  
Cód. Assinatura: 056282000-05601012  
Assinatura: [assinatura]

JOÃO ALVARO LOPES DA SILVA  
Escrevente Autenticado

[assinatura]



## CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social

RADIO FM SERROTE LTDA

Inscrição

03.729.079/0001-84

Endereço

AV JOSE GUILHERME, 566 / LJO7  
CENTRO COMERCIAL 61800-000  
PACATUBA CE

Validade

28/Novembro/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

FORTALEZA, 01 de Junho de 2000.

Local e data de emissão

Assinatura e carimbo

BARTOLOMEU Ribeiro Palva  
Gerente - Mat. 198578-8

**CAIXA**

00850807-1

Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade em representação do original.

31.033-6 v01

Esta fotocópia confere com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

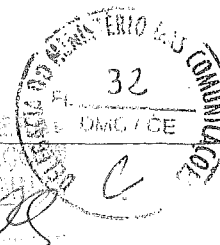
Claudio Martins  
Tabelião





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CONFERÊNCIA  
Em, 30/05/2000  
NÚMERO 3.682.962

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS  
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CNPJ: 03.729.079/0001-84  
RADIO FM SERROTE LTDA  
AVENIDA JOSE GUILHERME 566 LOJA 07 - CENTRO COM. NOVA PAVUNA  
CEP: 61800-000 PACATUBA CE

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER  
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER  
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, NESTA UNIDADE,  
PENDENCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDE-  
RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUAÇÃO DO CON-  
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-  
DO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM  
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-  
ZENDA NACIONAL.

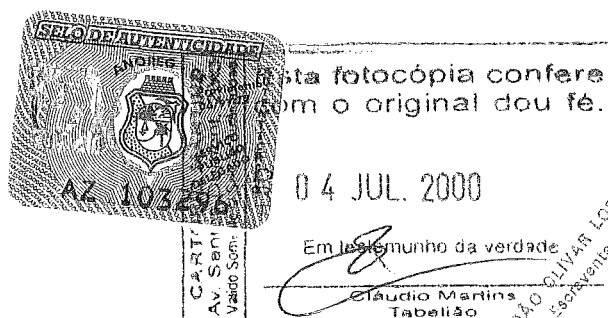
VALIDADE ATE 27/11/2000- EMITIDA EM 25/05/2000

ESTA CERTIDÃO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA

ARF - MGP	MF / SRF / 3ª. RF / ARF - MGP - CE
	EM: 25/05/2000
	<i>Carb</i>
	José Valquímar Barbosa
	TRF - Chefe ARF MGP Mat 24152
	DELEG. COMP. PORT. DIR / FLA 137/08/10/99



JOÃO OLIVIER LOPEZ DA SILVA  
Tabelião Autorizado



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/00



Certidão Negativa quanto à  
Dívida Ativa da União

Nome: **RADIO FM SERROTE LTDA**  
CNPJ: **03.729.079/0001-84**

RESSALVADO O DIREITO DE ESTA PROCURADORIA INSCREVER E COBRAR AS  
DÍVIDAS QUE VIEREM A SER APURADAS, VERIFICOU-SE NOS REGISTROS  
DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO NADA EXISTIR, NESTA DATA, EM NOME DO  
CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

Certidão expedida com fulcro na Portaria PGFN nº 414, de 15/07/1998.  
(DOU 17.07.1998, Seção I, p. 37).

Emitida às 15:20:48 do dia 30/06/2000  
Válida por 30 dias da data de emissão.

Restrita aos registros da dívida ativa da união, excluídos,  
portanto, eventuais lançamentos efetuados pela Secretaria da  
Receita Federal.

A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO SUPRA PODERÁ SER VERIFICADA NA PÁGINA:  
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Código de Controle da Certidão: 541A.6A0F.7988.D721

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA

Nº CERTIDÃO

74563/201/0

Nº PROTOCOLO

20116008

NUCLEO DE EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nº: 177160-5

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL		C.P.F.
RADIO FM SERROTE LTDA		*****
*****		C.P.F.
*****		*****
C.G.C.	C.G.F.	
03.729.079/0001-84	06.296139-0	

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA ESTADUAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA FINS DE DIREITO, QUE REVENDO OS REGISTROS DO CADASTRO DE INADIMPLENTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL CADINE, VERIFICOU-SE NADA EXISTIR EM NOME DO(A) REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADO (A) ATÉ A PRESENTE DATA, E, PARA CONSTAR, FOI LAVRADA ESTA CERTIDÃO, QUE VAI ASSINADA PELO:

*p/ Maria Arice*  
MARIA ARICE PEREIRA MOREIRA  
DIR. DO NUCLEO DE EXEC. DA DIVIDA ATIVA

*Ruth Sandra*  
RUTH SANDRA DIOGENES VIANA  
AL. 102390

OBS:  
VÁLIDO POR 60 DIAS  
QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

LOCAL E DATA  
FORTALEZA, 29 DE Maio DE 2000

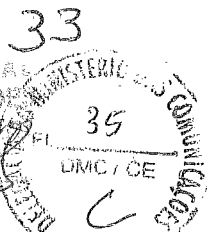
Esta fotocópia confere com o original dou fé.



04 JUL. 2000  
Em atendimento da verdade  
Claudio Martins  
Escritório  
João da Silva  
Autoridade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30 de julho de 2000



ESTADO DO CEARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA**  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO - SEFIN

**CERTIDÃO NEGATIVA**

CERTIFICO que **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.729.079/0001-84, estabelecida à Av. José Guilherme, 566 - Loja 07 - Pavuna - Pacatuba(CE), com o ramo de atividade **RADIOFUSÃO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA**, inscrito no Cadastro do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, sob o n.º 0025/2000 está quites com esta repartição até 30 de julho de 2000.

Ressalvo porém a Secretaria de Finanças, caso constatare a legitimidade de qualquer tributo, o direito de cobrar o débito na legislação em vigor.

Paço da Prefeitura Municipal de Pacatuba, 30 de maio de 2000.



Esta fotocópia confere com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Cláudio Martins  
Tabelião

*Ana Lúcia S. Cavalcante*  
Ana Lúcia de S. Cavalcante  
Ag. Adm. - SEFIN



30.09.00

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**CONJUNTO N° 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**Edital da Concorrência n° 006/2000-SSR/MC**  
**SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO**

Localidades de prestação do serviço: **HIDROLANDIA - CE**

Razão Social da Proponente: **RÁDIO FM SERROTE LTDA**

**CONTEÚDO:**

**Conjunto n° 1 – Documentação de Habilitação:**

**Habilitação Jurídica**

**Qualificação Econômica-Financeira**

**Regularidade Fiscal**



## CONCORRÊNCIA Nº 5/2001

Comunicamos a todos os interessados, em referência à Concorrência CC/ACC/DR/MS-05/2001, cujo objeto é a Permissão para a Operação das Agências de Correios Comerciais Tipo I - ACC I, que a empresa CENTRAL FAX TELE-REPROGRAFIA LTDA-ME foi classificada na avaliação da Proposta Técnica.

JORGE TAKEMOTO  
Presidente da CEL

## DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO INTERIOR

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

- 01) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1679/99, contratada: Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda., data da assinatura/vigência: 20/12/2001, objeto: Prorrogação Contratual período de 20/12/2001 a 19/12/2002.
- 02) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1681/99, contratada: Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda., data da assinatura/vigência: 20/12/2001, objeto: Prorrogação Contratual período de 20/12/2001 a 19/12/2002.
- 03) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1678/99, contratada: Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda., data da assinatura/vigência: 20/12/2001, objeto: Prorrogação Contratual período de 20/12/2001 a 19/12/2002.
- 04) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1680/99, contratada: Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda., data da assinatura/vigência: 20/12/2001, objeto: Prorrogação Contratual período de 20/12/2001 a 19/12/2002.
- 05) 3º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1682/99, contratada: Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda., data da assinatura/vigência: 20/12/2001, objeto: Prorrogação Contratual período de 20/12/2001 a 19/12/2002.
- 06) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1290/98, contratada: Transportadora Santo André Ltda., data da assinatura: 03/11/2001, vigência: 09/11/2001, objeto: Prorrogação Contratual período de 09/11/2001 a 08/11/2002.
- 07) 3º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1289/98, contratada: Transportadora Santo André Ltda., data da assinatura: 03/11/2001, vigência: 03/11/2001, objeto: Prorrogação Contratual período de 03/11/2001 a 02/11/2002.
- 08) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1556/98, contratada: Transportadora Santo André Ltda., data da assinatura/vigência: 04/01/2002, objeto: Prorrogação Contratual período de 04/01/2002 a 03/01/2003.
- 09) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1660/98, contratada: Transportadora Santo André Ltda., data da assinatura/vigência: 15/01/2002, objeto: Prorrogação Contratual período de 15/01/2002 a 14/01/2003.
- 10) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1555/98, contratada: Transportadora Santo André Ltda., data da assinatura/vigência: 04/01/2002, objeto: Prorrogação Contratual período de 04/01/2002 a 03/01/2003.
- 11) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 1554/98, contratada: Transportadora Santo André Ltda., data da assinatura/vigência: 04/01/2002, objeto: Prorrogação Contratual período de 04/01/2002 a 03/01/2003.
- 12) 2º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 0006/01, contratada: RJ Projetos e Empreendimentos Ltda., data da assinatura/vigência: 31/01/2002, objeto: Prorrogação Contratual período de 31/01/2002 a 30/01/2003.
- 13) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 0243/01, contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, objeto: Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combustível), Valor Global: R\$ 39.330,95, desembolso no exercício: R\$ 20.648,75.
- 14) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 0203/01, contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, objeto: Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combustível), Valor Global: R\$ 68.338,40, desembolso no exercício: R\$ 27.904,85.
- 15) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 0205/01, contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, objeto: Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combustível), Valor Global: R\$ 65.093,41, desembolso no exercício: R\$ 26.579,81.
- 16) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 0246/01, contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, objeto: Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combustível), Valor Global: R\$ 71.955,62, desembolso no exercício: R\$ 35.977,81.
- 17) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 024 contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, ob Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combust Valor Global: R\$ 59.409,71, desembolso no exercício: 27.889,56.
- 18) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 040/2 contratada: A. Tonanni Construções e Serviços Ltda., data d sinatura/vigência: 20/02/2002, objeto: Exclusão 06 servidores d hs. e inclusão 02 servidores de 44 hs. no Edifício Sede, exc horário sábado AC Jau e alteração de horários em diversas unid Valor Global: R\$ 490.292,52, desembolso no exercício: 382.700,55.
- 19) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 020 contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Ma Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, ob Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combust Valor Global: R\$ 66.780,43, desembolso no exercício: 27.268,68.
- 20) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 020 contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Ma Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, ob Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combust Valor Global: R\$ 59.353,84, desembolso no exercício: 24.236,15.
- 21) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 032 contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Ma Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, ob Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combust Valor Global: R\$ 69.933,71, desembolso no exercício: 44.485,61.
- 22) 1º Termo Aditivo de Reti-ratificação ao contrato n.º 037 contratada: Sedmar Serviços Especializados e Transportes Ma Ltda., data da assinatura: 01/03/2002, vigência: 02/01/2002, ob Reequilíbrio Econômico - Financeiro da parcela PA (combust Valor Global: R\$ 58.331,52, desembolso no exercício: 40.021,90.

(Of. El. n.º 127/2002)

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

## AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas na Concorrência nº 073/2000-SSR/MC, localidades de São Vicente de Minas, Simonésia, Timóteo, Vargem Alegre, Várzea da Palma, Varzelândia e Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, será realizada, no dia 25 de março de 2002, às 09:00 horas, na Delegação do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado de Minas Gerais, no seguinte endereço: Rua Timbiras, 1778 - Centro, Belo Horizonte/MG. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que realizará sessão específica para abertura dos envelopes contendo a documentação de Habilitação, e rubrica das Propostas Técnicas e de Preços dos Editais relacionados no quadro abaixo, no dia 27 de março de 2002, às 10:00 horas, na Delegação do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado do Ceará, no seguinte endereço: Rua Senador Víglio Távora, 2500 - Dionísio Torres, Fortaleza/CE. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Concorrência Nº - SSR/MC	Localidade (S)	UF
005/2000	Aurora, Beberibe, Carui, Crato, Ibiapina, Pacatuba, Pentecostes, Quixeramobim, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi e Ubajara.	CE
006/2000	Hidrolândia.	CE
007/2000	Eusebio e Ubajara.	CE

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, torna público o resultado de análise dos recursos interpostos nas fases de habilitação e de classificação de proponentes, com relação às concorrências e respectivos serviços indicados nos Anexos.

Brasília - DF, 13 de março de 2002.

MANOEL ELIAS MOREIRA

Presidente

## ANEXO I

## RECURSOS CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDOS E PROVIDOS

CONCORRÊNCIA	SERVIÇO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA HABILITAÇÃO DE:
SSR/MC 010/2001	FM	PORTO VELHO	RO	AMAZONIA CABO LTDA.	G.S. COMUNICAÇÕES LTDA.
010/2001	FM	PORTO VELHO	RO	AMAZONIA CABO LTDA.	RADIO E TV MAIR. LTDA.

## ANEXO II

## RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDOS E PROVIDOS

CONCORRÊNCIA	SERVIÇO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA CLASSIFICAÇÃO DE:
SSR/MC 158/1997	TV	PORTO ALEGRE	RS	TELEVISÃO DIAMANTE LTDA.	SISTEMA NATIVA E COMUNICAÇÕES LTDA.

(Of. El. n.º 32/2002)

## RESULTADOS JULGAMENTO CONCORRÊNCIAS

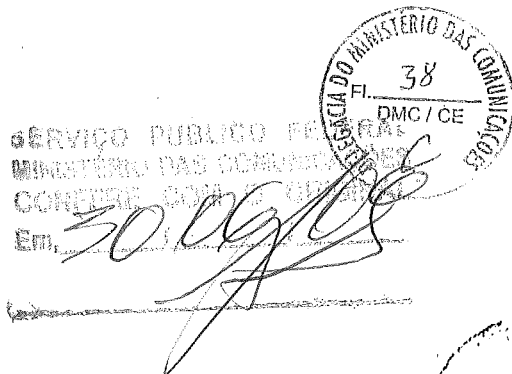
A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público o resultado de pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedoras, para as localidades indicadas nos Anexos, as proponentes que tiveram o maior Valor Ponderado nas Concorrências de nºs 045, 105 e 106/2000-SSR/MC.

Brasília - DF, 12 de março de 2002.

MANOEL ELIAS MOREIRA

Presidente

**Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Delegacia do MC no Estado do Ceará**



**ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE  
HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DAS  
CONCORRÊNCIAS N.ºS. 005, 006 E 007/2000-SSR/MC  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA  
MODULADA E ONDAS MÉDIAS**

Aos 5 (cinco) dias do mês de junho de 2000, às 9h (nove horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Ceará, situada na Avenida Senador Virgílio Távora, 2.500 – Dionísio Torres, em Fortaleza/CE, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação n.º 1 alínea “f”, de 02 de março de 1998, publicada no DOU do dia 05 subsequente, e alterada pela de n.º 2, de 1.º de junho de 2000 (in DOU do dia 05 subsequente, Seção 2, p.7), com a participação de FÁBIO MARIA SANTIAGO DE CARVALHO no exercício da presidência, devido ao gozo de férias da presidente nomeada, e de seus membros GRACY MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA e CILMA FERREIRA DA SILVA, esta última em conformidade com o art. 2.º da Portaria do Presidente da CEL de 02 de março de 1998, publicada no DOU de 05 subsequente, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços, bem como abertura e rubrica da Documentação de Habilitação dos interessados nestas licitações, que objetivam a outorga de permissão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC), nas localidades de Aurora, Beberibe, Cariús, Crato, Ibiapina, Pentecoste, Quixeramobim, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi e Ubajara, deste Estado, e a outorga de concessão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (Concorrências n.ºs. 006 e 007/2000-SSR/MC), nas localidades de Hidrolândia, Eusébio e Ubajara, no Estado do Ceará, indicadas no Anexo I dos Editais citados, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 dos Editais (Abertura dos Invólucros e Apreciação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: (1) assinatura da Lista de Presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, bem como da Lista de Presença do Público, que serão anexadas à presente Ata; (2) recolhimento dos Protocolos de comparecimento às licitações; (3) entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico pelos representantes das seguintes Proponentes: 1) Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC, a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., representada pelo Sócio, o Sr. José Odmir dos Anjos, Carteira de Identidade n.º 196721-81 SSP/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES representada pelo

CONCORRÊNCIAS NºS. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembleia, em 5-7-2000

Procurador, o Sr. Flávio Costa e Silva, Carteira de Identidade Nº172.940- SSP/PI; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. representada pelo Sócio, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; d) ECO FM LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; e) RÁDIO FM VENEZA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; f) FM BEBERIBE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; g) RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; h) RÁDIO FM CANUDOS LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; i) FM CARIUS LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; j) RÁDIO VENTO NORTE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; k) TRIBOS FM LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; l) LICÂNIA FM LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luiz Narcélio Silva dos Anjos, Carteira de Identidade nº 167543-81 SSP/CE; m) RÁDIO AQUARELA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fabiano de Cristo Teixeira Pinho, Carteira de Identidade nº 279.047 SSP/CE; n) SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ representada pelo Procurador, o Sr. Fabiano de Cristo Teixeira Pinho, Carteira de Identidade nº 279.047 SSP/CE; o) TV MUCURIBE LTDA. representada pelos Procuradores, o Sr. Fernando Eugênio Medeiros Marinho, Carteira de Identidade nº 803.055 SSP/CE e a Sra. Yoshimi Yada da Silva; Carteira de Identidade nº W 674454-8 SE-DPMAF; p) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Eveline Pessoa de Araújo, Carteira de Identidade nº 01238102 CRC/CE; q) RADIOFÔNICA. COM MARKETING LTDA. representada pelos Procuradores, a Sra. Naélya Barbosa da Silva, Carteira de Identidade nº 1981262-90 SSP/CE e o Sr. José Hamilton Cavalcante Medeiros, Carteira de Identidade nº 309421 SSP/CE; r) AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fausto Rangel Contijo, Carteira de Identidade nº 13510 OAB/CE; s) FH LINHARES E CIA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fausto Rangel Contijo, Carteira de Identidade nº 13510 OAB/CE; t) CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fausto Rangel Contijo, Carteira de Identidade nº 13510 OAB/CE; u) RÁDIO FM OBJETIVA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Eliomar Santos Costa, Carteira de Identidade nº 95002676687 SSP/CE; v) FM IBIAPINA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Eliomar Santos Costa, Carteira de Identidade nº 95002676687 SSP/CE; x) RÁDIO FM CAXITORE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Eliomar Santos Costa, Carteira de Identidade nº

CONCORRÊNCIAS NºS. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembleia em 5-7-2000

95002676687 SSP/CE; y) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Moema Correia São Thiago, Carteira de Identidade nº 226631 SSP/CE; z) RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA. representada pelo Sócio Sérgio Eduardo Holanda Machado, Carteira de Identidade nº 948581-85 SSP/CE; e w) WEB COMUNICAÇÕES LTDA. representada pela Procuradora, a Sra. Heldenita Maria Carvalho de Farias Montenegro, Carteira de Identidade nº 93002193230-SSP/CE; II) Concorrência nº 006/2000-SSR/MC a) RÁDIO FM SERROTE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; e b) RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Francisco das Chagas Martins Timbó, Carteira de Identidade nº 94003020310 SSP/CE; o representante da GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA., a Sra. Moema Correia São Thiago assinou por engano a lista de presença desse Edital; III) Concorrência nº 007/2000-SSR/MC a) RÁDIO SÃO JOSÉ SE UBAJARA LTDA., representada pelo Sócio, o Sr. José Odmir dos Anjos, Carteira de Identidade nº 196721-81 SSP/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Flávio Costa e Silva, Carteira de Identidade Nº 172.940-SSP/PI; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; d) RÁDIO FM VENEZA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; e) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Moema Correia São Thiago, Carteira de Identidade nº 226631 SSP/CE; e f) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Eveline Pessoa de Araújo, Carteira de Identidade nº 01238102 CRC/CE. A representante da WEB COMUNICAÇÕES LTDA. a Sra. Heldenita Maria Carvalho de Farias Montenegro assinou por engano a lista de presença desse Edital. (4) As Propostas Técnicas e de Preços pela Outorga da Concorrência nº 005/2000-SSR/MC foram apresentadas pelas Proponentes, a seguir ordenadas: a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., para as localidades de: Ibiapina e Ubajara/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES para as localidades de: Beberibe, Crato, Pentecoste, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi/CE; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. para as localidades de: Aurora e Santana do Acaraú/CE; d) ECO FM LTDA. para as localidades de: Ibiapina e São Benedito/CE; e) RÁDIO FM VENEZA LTDA. para a localidade de Ubajara/CE; f) FM BEBERIBE LTDA. para a localidade de: Beberibe /CE; g) RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA. para as localidades de: Pentecoste e Trairi/CE; h) RÁDIO FM CANUDOS LTDA. para a localidade de Quixeramobim/CE; i) RÁDIO FM CARIUS LTDA. para a localidade de Cariús/CE; j) RÁDIO VENTO NORTE LTDA. para a localidade de Trairi/CE; k) TRIBOS FM LTDA. para a localidade de Crato/CE; l) LICÂNIA FM LTDA. para a localidade de Santana do Acaraú/CE; m) RÁDIO AQUARELA

CONCORRÊNCIAS N.ºs. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembleia, em 5-7-2008.

LTDA. para as localidades de: Aurora, Beberibe, Cariús, Crato, Ibiapina, Pentecoste, Quixeramobim, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi, Ubajara/CE; n) SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ para as localidades de: Aurora, Beberibe, Cariús, Crato, Ibiapina, Pentecoste, Quixeramobim, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi, Ubajara/CE; o) TV MUCURIBE LTDA. para as localidades de: Crato e Quixeramobim/CE; p) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. para as localidades de: Aurora, Beberibe, Cariús, Pentecoste, Quixeramobim, São Benedito, Trairi, Ubajara/CE; q) RADIOFÔNICA. COM MARKETING LTDA. para as localidades de: Aurora e Ibiapina/CE; r) AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. para a localidade de Aurora/CE; s) FH LINHARES E CIA LTDA. para a localidade de Ibiapina/CE; t) CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. para a localidade Beberibe/CE; u) RÁDIO FM OBJETIVA LTDA. para a localidade de Crato/CE; v) FM IBIAPINA LTDA. para as localidades de: Ibiapina e São Benedito/CE; x) RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA. para a localidade de Pentecoste/CE; y) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. para as localidades de: Beberibe, Crato, Trairi e Ubajara/CE; z) RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA. para a localidade de Quixeramobim/CE w) WEB COMUNICAÇÕES LTDA. para as localidades de: Crato e Quixeramobim/CE; Da Concorrência n.º 006/2000-SSR/MC para a localidade de Hidrolândia/CE, foram apresentadas pelas Proponentes a) RÁDIO FM SERROTE LTDA. e b) RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA.; E da Concorrência, n.º 007/2000-SSR/MC foram apresentadas pelas Proponentes, a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., para a localidade de Ubajara/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para a localidade de Eusébio/CE; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. para as localidades de Eusébio e Ubajara/CE; d) RÁDIO FM VENEZA LTDA. para a localidade de Eusébio/CE e) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. para a localidade de Eusébio/CE; f) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. para a localidade de Ubajara/CE. (5) Para os representantes das proponentes presentes da Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC, concordaram, por unanimidade, nomear a Comissão formada pelos senhores Fausto Rangel Gontijo representante da FM LINHARES E CIA LTDA./CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PUBLICIDADE LTDA./AURORA COMUNICAÇÕES LTDA., Eliomar Santos Costa, FM IBIAPINA LTDA./RÁDIO FM OBJETIVA LTDA./RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA., Francisco das Chagas Martins Timbó, RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA. e Heldenita Maria Carvalho De Farias Montenegro, WEB COMUNICAÇÕES LTDA. Nas Concorrências n.ºs 006 e 007/2000-SSR/MC, todos os proponentes presentes rubricaram os invólucros e a documentação. (6) No procedimento de verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do Conjunto n.º 1, do proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA. da Concorrência 006/2000-SSR/MC, para a localidade de Hidrolândia, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado

CONCORRÊNCIAS N.ºS. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembléia, em 5-7-2000.

juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos n.ºs 2 e 3, LACRE N.º J572781, tendo o seu representante solicitado Termo de Inclusão, solicitando a retificar a irregularidade, sendo negado pela Comissão, ausentando-se às 11h00 (onze horas) da sessão. (7) Continuando com o procedimento de verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do Conjunto n.º 1, do proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA. da Concorrência 007/2000-SSR/MC, para as localidades de Eusébio e Ubajara/CE, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos n.ºs 2 e 3, LACRE N.º E350535, assim como da RÁDIO FM VENEZA LTDA., o invólucro do Conjunto n.º 1, da Concorrência 007/2000-SSR/MC, para as localidades de Eusébio/CE, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado lacrado juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos n.ºs 2 e 3, LACRE N.º V916192. Com relação ao subitem 8.3 dos respectivos Editais, esta Comissão faz constar em ata que afixou nas paredes internas e externas do auditório da DMC/CE, lembretes advertindo sobre a necessidade de rubricar os invólucros antes da sua apresentação, porém os dois casos citados anteriormente não apresentaram rubrica em nenhuma das partes dos invólucros dos conjuntos n.º 1, dessas licitantes, cujos lembretes encontram-se em anexo a presente ata e devidamente rubricadas pelos proponentes; (8) Na verificação dos invólucros constatou-se que os invólucros do Conjunto n.º 1, dos proponentes: a) RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA. para a localidade de Pentecoste/CE, b) RÁDIO FM SERROTE LTDA, para as localidades de Aurora e Santana do Acaraú e, c) FM IBIAPINA LTDA. para as localidades de Ibiapina e São Bendito/CE, da Concorrência 005/2000-SSR/MC, respectivamente, não atenderam ao subitem 8.3, do Edital, sendo os mesmos recusados e lacrados juntamente com os correspondentes invólucros dos Conjuntos n.ºs 2 e 3, LACRE N.º D249428, onde na ocasião o representante da proponente FM IBIAPINA LTDA. solicitou Termo de Inclusão em Ata, alegando que os invólucros de sua empresa teriam sido recusados por falta de rubrica nos mesmos, não aceitos pela Comissão, mencionando o ocorrido com o invólucro do Conjunto n.º 1 da RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA., mencionado em seguida. (9) Na verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do Conjunto n.º 2, do proponente FM BEBERIBE LTDA. da Concorrência 005/2000-SSR/MC, para a localidade de Beberibe/CE, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos n.ºs 1 e 3, LACRE N.º F350537. Com relação ao invólucro do Conjunto n.º 1, da Proponente RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA., embora estivesse devidamente rubricado, verificou-se que uma das extremidades do mesmo estava parcialmente descolada, sendo comunicado o fato aos demais proponentes desta concorrência e que o mesmo ocorreu devido a pilhagem e manipulação durante os procedimentos, razão pela qual foi aceito pela Comissão e pelos proponentes desta Concorrência presentes. (10) Rubrica, por concorrência, dos invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, por todos os membros da Comissão de

SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O  
Ed. 30 06 09



CONCORRÊNCIAS N.ºS. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembléia, em 5-7-2000.

Assessoramento Técnico, pelos representantes das Concorrências 006 e 007/2000-SSR/MC e pela Comissão dos representantes legais das licitantes da Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC. (11) as Propostas Técnicas e de Preços pela Outorga foram acondicionadas, distintamente, por concorrência e por tipo de proposta, em sacos plásticos, conforme lacres indicados a seguir: a) Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC, Proposta Técnica com lacre n.º G461648, Proposta de Preço pela Outorga com lacre n.º Z027204, b) Concorrência 006/2000-SSR/MC, Proposta Técnica com lacre n.º X027206, Proposta de Preço pela Outorga com lacre n.º N683860, e c) Concorrência n.º 007/2000-SSR/MC, Proposta Técnica para a localidade de Eusébio/CE, com lacre n.º Y027204, Proposta de Preço pela Outorga para a localidade de Eusébio/CE, com lacre n.º R794986, Proposta Técnica para a localidade de Ubajara/CE, com lacre n.º K572759, Proposta de Preço pela Outorga para a localidade de Ubajara/CE, com lacre n.º R794973, e encaminhadas à sala de guarda desta Delegacia. (12) Rubrica por concorrência, dos invólucros da Documentação de Habilitação, por todos os membros da Comissão de Assessoramento Técnico, pelos representantes das Concorrências 006 e 007/2000-SSR/MC e pela Comissão dos representantes legais das licitantes da Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC. (13) Em seguida, a Senhora Presidente da Comissão anunciou o início da abertura dos invólucros da Documentação de Habilitação, as quais foram rubricadas pelos membros desta Comissão, pelos representantes das Concorrências 006 e 007/2000-SSR/MC e pela Comissão dos representantes legais das licitantes da Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC. (14) A Documentação de Habilitação foi assim recebida: I) Da Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC: a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., 26 folhas; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. 35 folhas; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. recusado e lacrado (item 8.3) d) ECO FM LTDA. 31 folhas; e) RÁDIO FM VENEZA LTDA. 29 folhas; f) FM BEBERIBE LTDA. recusado e lacrado item 8.3; g) RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA. 30 folhas; h) RÁDIO FM CANUDOS LTDA. 30 folhas; i) FM CARIUS LTDA. 32 folhas; j) RÁDIO VENTO NORTE LTDA. 31 folhas; k) TRIBOS FM LTDA. 36 folhas; l) LICÂNIA FM LTDA. 30 folhas; m) RÁDIO AQUARELA LTDA. 34 folhas; n) SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ 33 folhas; o) TV MUCURIPE LTDA. 87 folhas; p) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. 42 folhas; q) RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA. 36 folhas; r) AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. 39 folhas; s) FH LINHARES E CIA LTDA. 35 folhas; t) CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. 26 folhas; u) RÁDIO FM OBJETIVA LTDA. 36 folhas; v) FM IBIAPINA LTDA. recusado e lacrado item 8.3; x) RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); y) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. 34 folhas; z) RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA. 28 folhas; w) WEB COMUNICAÇÕES LTDA. 41 folhas; II) Da Concorrência n.º 006/2000-SSR/MC: a) RÁDIO FM SERROTE LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); e RÁDIO FM PRINCESA

Ass: [assinatura]

CONCORRÊNCIAS NºS. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembleia, em 5-7-2000.

DE HIDROLÂNDIA LTDA., 26 folhas; III) E da Concorrência nº 007/2000-SSR/MC: a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., 26 folhas; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. 35 folhas; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); d) RÁDIO FM VENEZA LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); e) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. 32 folhas; f) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. 31 folhas; (15) O representante legal da proponente TV MUCURIPE LTDA, Sr Fernando Eugênio Medeiros Marinho ausentou-se às 12h40m (doze horas e quarenta minutos), sendo substituído pela Procuradora a Sra. Yoshimi Yada da Silva, sendo que o primeiro retornou a Sessão às 16h40m (dezesseis hora e quarenta minutos), o representante legal da RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA, Sr. José Hamilton Cavalcante Medeiros ausentou-se às 12h40m (doze horas e quarenta minutos) permanecendo a outra representante Sra. NAÉLYA BARBOSA DA SILVA (17) A Presidente da Comissão comunicou aos interessados que vistas aos processos ocorrerão a partir do segundo dia útil ao desta sessão, conforme agendamento na Secretaria da Comissão, conforme previsto no item 13.6.2 do Edital. E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta reunião às 18h30m (dezoito horas e trinta minutos), em 5 de junho de 2000, tendo sido lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pelos representantes legais das licitantes ou por seus procuradores legalmente constituídos.

**COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO CEARÁ:**

*Fabíola Maria Santiago de Carvalho*  
**FABÍOLA MARIA SANTIAGO DE CARVALHO**  
**PRESIDENTE**

*Gracy Maria Andrade de Oliveira*  
**GRACY MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA**  
**MEMBRO**

*Cilma Ferreira da Silva*  
**CILMA FERREIRA DA SILVA**  
**MEMBRO**

**PROPONENTES:**

*João Osório dos Anjos*  
**RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA**

CONCORRÊNCIAS N.ºS. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembleia, em 5-7-2000.

REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.

RÁDIO FM SERROTE LTDA

ECO FM LTDA.

RÁDIO FM VENEZA LTDA.

FM BEBERIBE LTDA

RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA.

RÁDIO FM CANUDOS LTDA.

FM CARIUS LTDA.

RÁDIO VENTO NORTE LTDA.

TRIBOS FM LTDA.

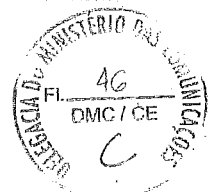
LICANIA FM LTDA.

RÁDIO AQUARELA LTDA.

SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ

TV MUCURIBE LTDA.

RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.



CONCORRÊNCIAS NºS. 005, 006 e 007/2000-SSR/MC - Assembleia, em 5-7-2000

*Maílya Barbosa da Silva*  
RADIOFÔNICA. COM MARKETING LTDA.

*Gon*  
AURORA COMUNICAÇÕES LTDA.

*Gon*  
FH LINHARES E CIA LTDA.

*Gon*  
CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.

*Fant*  
RÁDIO FM OBJETIVA LTDA.

*Fant*  
FM IBIAPINA LTDA.

*Fant*  
RÁDIO FM CAXITORE LTDA.

*Fant*  
GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA.

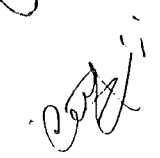
*Fant*  
RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA.

*Rp. Helmuta Maria Corrallo de Barros Mendonça*  
WEB COMUNICAÇÕES LTDA.

*João de Deus M. de S.*  
RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA.

*Amorim*  
RÁDIO FM VENEZA LTDA.

*eneline Pessoa de Araújo*  
RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.





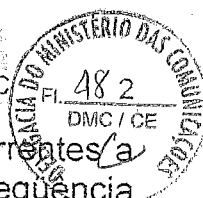
Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Comissão de Assessoramento Técnico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO DE APOIO TÉCNICO  
30/06/09



**ATA**  
**EDITAIS NºS. 5, 6 E 7/2000**  
**ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO DOCUMENTAÇÃO DE**  
**HABILITAÇÃO E RUBRICA DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE**  
**PREÇOS PELA OUTORGA PARA LOCALIDADES NO ESTADO DO**  
**CEARÁ.**

Aos vinte e sete (27) dias do mês de março do ano de 2002, às 10h (dez horas), na Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Ceará (1º Pavimento), sito na Avenida Senador Virgílio Távora, 2500, Dionísio Torres, nesta Capital, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico com a presença de sua Presidente, a Sra. MARIA SÔNIA AZEVEDO CABRAL, dos membros titulares FABÍOLA MARIA SANTIAGO DE CARVALHO e GRACY MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA, e com a participação dos interessados nesta licitação. Deu-se início à Reunião para abertura dos invólucros contendo a documentação de habilitação das proponentes que tiveram recusados os seus invólucros e rubrica dos envelopes das propostas técnicas e de preços pela outorga das proponentes recusadas, por ocasião dos seus recebimentos em ato público, realizado em 5 de julho de 2000, iniciado às 9h e concluído na mesma data, às 18h30, na forma da Ata anexa, em cuja reunião, que ora iniciamos teve respaldo no Aviso do Presidente da Comissão Especial de Licitação, publicado no DOU de 14 do corrente mês, Seção 3, p. 60. (1) assinatura das listas de presenças das localidades indicadas que vão anexadas a esta ata; (2) A Presidente desta Comissão começou os trabalhos expondo os invólucros ao procurador da Concórdia Radiodifusão e Publicidade Ltda., interessada nestas concorrências, Senhor CLAUDIVAL CARDOZO DA SILVA, Carteira de Identidade nº 23506787-8 - SSP/SP, aceitando-os intactos, inviolados e conferidos os lacres, apostos por ocasião do seu recebimento; (3) as proponentes que tiveram seus invólucros recusados e lacrados (Lacres nºs. D249428 e F350537) no Edital 5/2000 às localidades de Aurora, Beberibe, Cariús, Crato, Ibiapina, Pacatuba, Pentecoste, Quixeramobim, Santana do



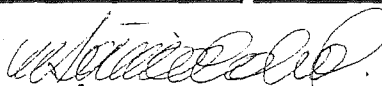
Acaraú, São Benedito, Trairi e Ubajara, todas no Ceará, concorrentes a canais destinados ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada; no Edital 6/2000 (Lacre nº J572781) à localidade de Hidrolândia/CE, concorrentes a canal destinado ao serviço de radiodifusão sonora em ondas médias; e no Edital 7/2000 (Lacres nºs. V916192 e E350535) às localidades de Eusébio e Ubajara, ambas no Ceará, concorrentes a canais destinados ao serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na seguinte sequência: (4) as empresas concorrentes que foram convocadas nestes Editais para o 5/2000 - frequência modulada são as seguintes: a) para a localidade de **AURORA/CE - RÁDIO FM SERROTE LTDA.**, b) para a localidade de **BEBERIBE/CE - FM BEBERIBE LTDA.**; c) para a localidade de **IBIAPINA/CE - FM IBIAPINA LTDA.**; d) para a localidade de **PENTECOSTE/CE - RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA.**; e) **SANTANA DO ACARAÚ/CE - RÁDIO FM SERROTE LTDA.**; e e) para a localidade de **SÃO BENEDITO/CE - FM IBIAPINA LTDA.**; para o 6/2000, ondas médias: para a localidade de **HIDROLÂNDIA/CE - RÁDIO FM SERROTE LTDA.**; para o 7/2000, ondas médias: para a localidade de **EUSÉBIO/CE - RADIO FM SERROTE LTDA** e **RÁDIO FM VENEZA LTDA.** e para a localidade de **UBAJARA/CE - RÁDIO FM SERROTE LTDA.** (5) abertura pela Comissão dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação das proponentes para a Concorrência nº 005/2000-SSR/MC, da seguinte forma: FM BEBERIBE LTDA., com 32 (trinta e duas) folhas mais o envelope, processo instaurado sob o nº 53650.000317/2002, RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA., com 38 (trinta e oito) folhas mais o envelope, processo instaurado sob o nº 53650.000318/2002, RÁDIO FM SERROTE LTDA, com 34 (trinta e quatro) folhas mais o envelope processo instaurado sob o nº 53650.000319/2002 e FM IBIAPINA LTDA, com 28 (vinte e oito) folhas mais o envelope processo instaurado sob o nº 53650.000320/2002; (6) abertura pela Comissão do invólucro contendo a Documentação de Habilitação da FM SERROTE LTDA. com 34 (trinta e quatro) folhas. mais o envelope processo instaurado sob o nº 53650.000321/2002, proponente para a Concorrência nº 006/2000-SSR/MC; (7) abertura pela Comissão dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação das FM SERROTE LTDA. com 34 (trinta e quatro) folhas. mais o envelope processo instaurado sob o nº 53650.000322/2002 e RÁDIO FM VENEZA LTDA. com 29 (vinte e nove) folhas mais o envelope processo instaurado sob o nº 53650.000323/2002, proponentes para a Concorrência nº 007/2000-SSR/MC; (8) Toda a Documentação de Habilitação das proponentes foram rubricadas pelo procurador presente e pela Comissão de Assessoramento Técnico. (9) os lacres apostos nos



Ata realizada em 27 de março de 2002, às 10h – Concorrências nºs. 5, 6 e 7/2000-SSR/MC

invólucros contendo as Propostas Técnicas e de Preços pela Outorga, estão consignados na tabela anexa; (10) o procurador legalmente constituído nada teve a consignar em ata; (11) Nada mais havendo a acrescentar a Presidente da Comissão encerrou os trabalhos às doze horas, tendo sido lavrada esta ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pelos procuradores legalmente constituídos das proponentes classificadas e presentes.

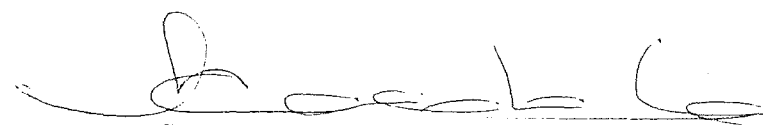
**COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:**

  
**MARIA SÔNIA AZEVEDO CABRAL**  
Presidente

  
**FABÍOLA MARIA SANTIAGO DE CARVALHO**  
Membro

  
**GRACY MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA**  
Membro

**PROPONENTES:**

  
**CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PUBLICIDADE LTDA**  
**Claudival Cardozo da Silva**  
Procurador  
Carteira de Identidade nº 23.506.787-8 – SSP/SP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 30/06/09

Ata realizada em 27 de março de 2002, às 10h – Concorrências nºs. 5, 6 e 7/2000-SSR/MC



## ANEXO

EDITAL	LACRE PROPOSTA TÉCNICA	LACRE PROPOSTA DE PREÇO
005/2000-SSR/MC	L683869	B138315
006/2000-SSR/MC	H461642	D249425
007/2000-SSR/MC	B138320	F350538

Ata para abertura dos Invólucros da Documentação de Habilitação e Rubrica das Propostas Técnicas e de Preços pela Outorga das Proponentes Recusadas - Editais nºs. 5, 6 e 7/2000-SSR/MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.02

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**TERMO DE JUNTADA**

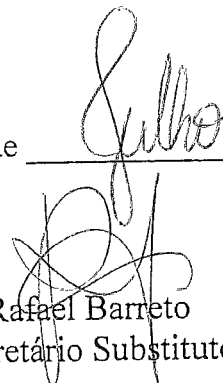
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 50 .

Nº desta folha : 51 .

Nºs das demais folhas juntadas : 52 a 53 .

Brasília, 25 de Julho de 2002.

  
Rafael Barreto  
Secretário Substituto



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Radiodifusão  
Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE: 0005/2002  
Em 30.06/02

52

## RESULTADO Nº 0005/2002

### ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº: 006/2000 - SSR/MC

Licitante: RÁDIO FM SERROTE LTDA

Nº do Processo Específico da Licitante: 53650000321/02

Resultado:

**HABILITADA**

UF Localidade

CE HIDROLANDIA

Serviço

OM

Grupo de Enquadramento

A

Brasília, 15 de maio de 2002

  
MANOEL ELIAS MOREIRA

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO - DOU

Data: 26.07.2002 - Seção 3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O QUINQUENÁRIO  
Em 30/06/09

53

ATA DE REUNIÃO

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados abaixo indicados relativos à análise de **documentos de habilitação**. (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos "Resultados" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros Titulares da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	RESULTADO Nº
005/2000	0001 a 0004/2002
006/2000	0005/2002
007/2000	0006 E 0007/2002

MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES  
Vice-Presidente

ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA  
Titular

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO  
Titular

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO  
Titular

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA  
Titular

NAPOLEÃO EMANOEL VALADAES,  
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
Em, 30.06/08



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 06 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 53.

Nº desta folha : 54.

Nºs das demais folhas juntadas : 55 a 60.

Brasília-DF, 08 de Outubro de 2003.

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário da CEL/MC

01

**ANEXO III**  
**PROPOSTA TÉCNICA**

Razão Social da Proponente: RÁDIO FM SERROTE LTDA

CNPJ/MF: 03.729.079/0001-84

Data:

03/07/2000

Edital da Concorrência nº 0006/2.000-SSR-MC

Localidade: HIDROLANDIA

UF: CE

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): 1.440 (minutos)
2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, EDUCATIVOS E INFORMATIVOS	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,20	8%

3. Serviço noticioso

PROGRAMAS DE SERVIÇO NOTICIOSO	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,20	8%

SERVIÇO PÚBLICO - GOV. DO  
CEARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE  
COMUNICAÇÃO  
30/06/00  
N.º 55  
das Comunicações  
SSC - 55

02

4. Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no Município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

PROGRAMAS CULTURAIS, ARTÍSTICOS E JORNALÍSTICOS PRODUZIDOS E GERADOS NA PRÓPRIA LOCALIDADE OU NO MUNICÍPIO AO QUAL PERTENCE A LOCALIDADE OBJETO DA OUTORGA	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,60	4%

5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no Município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

PROGRAMAS DE SERVIÇO NOTICIOSO PRODUZIDOS E GERADOS NA PRÓPRIA LOCALIDADE OU NO MUNICÍPIO AO QUAL PERTENCE A LOCALIDADE OBJETO DA OUTORGA	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,60	4%

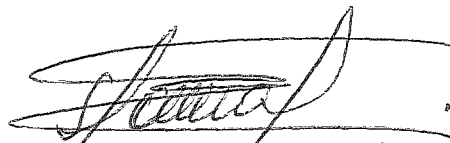
SERVIÇO PÚBLICO GERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONTROLE DE OUTORGAS  
Em 30/06/2014


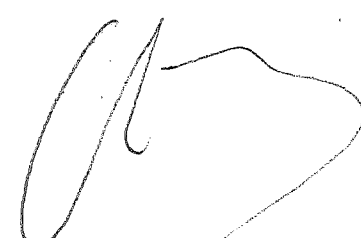

das  
Comunicações  
Fls. 56  
M. 35  
Rubrica

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	MESES
	09 (Nove)

Pacatuba (CE), de 03 de Julho de 2.000

  
**LUIS MOURA DA COSTA**  
Diretor - Administrativo

  
  
  
SERVICO PUBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DAS COMUNICACOES  
COMISSAO DE LICITACAO  
EN. 30.064.04



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.03



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL**

**ATA DE REUNIÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 006/2000-SSR/CEL/MC  
ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS TÉCNICAS.  
PARA O SERVIÇO DE ONDAS MÉDIAS (OM),  
PARA A LOCALIDADE DE HIDROLÂNDIA,  
NO ESTADO DE CEARÁ.**

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL NA SOBRELOJA – SALA 107 DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES BLOCO R, ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BRASÍLIA, DF, SOB A SUPERVISÃO E CONTROLE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CRIADA PELA PORTARIA MC Nº 811, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997, PUBLICADA NO DOU DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, REUNIU-SE A COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998 ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 3 (ALÍNEA B), DE 10 DE MARÇO DE 1998 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E Nº 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002, COM A PARTICIPAÇÃO DE SEU PRESIDENTE **GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS** E SEUS MEMBROS **ALBENZIO TRAJANO DE MORAIS**, **JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**, **GERALDO ROSALVO TEIXEIRA DA ROCHA**, **IRON LOPES DE OLIVEIRA** E **SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS TÉCNICAS, ATENDENDO A PUBLICAÇÃO NO DOU 190, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003, SEÇÃO 3, PÁG. 71 DAS PROPONENTES HABILITADAS NA CONCORRÊNCIA 006/2000-SSR/CEL/MC PARA OUTORGA DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE ONDAS MÉDIAS (OM) PARA A LOCALIDADE DE HIDROLÂNDIA, NO ESTADO DO CEARÁ, NA SEGUINTE ORDEM: (I) ASSINATURA DA LISTA DE PRESENÇA DE PROPONENTE QUE SERÁ ANEXADA A PRESENTE ATA. (II) A EMPRESA QUE TERÁ SEU INVOLUCRO ABERTO DA PROPOSTA TÉCNICA PELA



COMISSÃO, PARA A LOCALIDADE DE HIDROLÂNDIA/CE: RÁDIO EM SERROTE LTDA. PROCESSO 53650.000321/02 (III) EM PROSSEGUIMENTO AOS TRABALHOS, A COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DEU INÍCIO A ABERTURA DO INVÓLUCRO LACRADO. (IV) A DOCUMENTAÇÃO FOI RUBRICADA POR TODOS OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL E PELO PROPONENTE PRESENTE. (V) NADA MAIS HAVENDO A ACRESCENTAR O PRESIDENTE DA COMISSÃO ENCERROU OS TRABALHOS ÀS 9:50 H (NOVE HORAS E CINQUENTA MINUTOS), TENDO SIDO LAVRADA ESTA ATA QUE APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL.

COMISSAO:

**GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**  
**MEMBRO**

**ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS**  
**MEMBRO**

**GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA**  
**MEMBRO**

**IRON LOPES DE OLIVEIRA**  
**MEMBRO**

**SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**  
**MEMBRO**



FOLHA Nº 01

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 006/2001 - SSR/CEL/MC

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

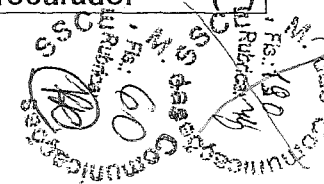
DATA: 05/09/2003 03/10/2003

SERVIÇO: FREQÜÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADES: Hidrolândia / Ce.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
FOLHA 36307E LINA	JOSÉ ALEXANDRE L. RIBEIRO			413.149	Sócio/Acionista ( )
					Procurador (X)
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL  
Em: 30/09/2003



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.09

61  
H

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 60.

Nº desta folha : 61.

Nºs das demais folhas juntadas : 62 a 64.

Brasília-DF, 30 de outubro de 2003.

GUILHERME QUINTAS  
Secretário da CEL/MC

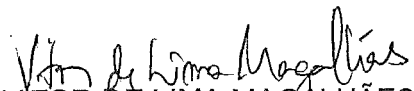
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 006/2000 - SSR/MC

LOCALIDADE: HIDROLÂNDIA - ESTADO: CE

### ATA DE REUNIÃO

Aos 17 (dezesete) dias do mês de outubro de 2003, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Vítor de Lima Magalhães e dos membros Maria da Conceição Geraldo, Jozilene Maria de Góis, Tânia Regina Pereira Lopes e Francisco Gilmar Pereira do Carmo com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise da Proposta Técnica com a elaboração do documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Onda Média Local, na localidade de **HIDROLÂNDIA/CE**; **b)** a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1)** leitura dos documentos denominados **Resultado da Proposta Técnica** e **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

  
VITOR DE LIMA MAGALHÃES  
Presidente

  
MARIA DA CONCEIÇÃO GERALDO  
Vice-Presidente

  
JOZILENE MARIA DE GÓIS  
Titular

  
TÂNIA REGINA PEREIRA LOPES  
Titular

  
FRANCISCO GILMAR PEREIRA DO CARMO  
Titular



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.02

03

*Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas*

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
<b>Concorrência 006/2000</b>				
<b>CE Hidrolândia</b>				
OM				
RÁDIO FM SERROTE LTDA.	53650.000321/02	A	100,000	Classificada

*[Assinaturas e rubricas manuscritas]*



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.09

### Resultado da Proposta Técnica Lote 5

Nº do Processo: 53650.000321/02 CNPJ: 03.729.079/0001-84  
Razão Social: RADIO FM SERROTE LTDA.  
Concorrência: 006/2.000 Localidade: Hidrolândia UF: CE  
Serviço: OM - Onda Regional Grupo Enquadramento A

#### Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos  
T2 = Programas de serviço noticioso  
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade  
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :

62,000

Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :

32,000

Tempo total diário de programação

6,000

Pontuação da Proposta Técnica ( PT ) :

100,000

CLASSIFICADA

Observações :

Vitor de Lima Magalhães  
Vitor de Lima Magalhães  
Presidente

Maria da Conceição Geraldo  
Maria da Conceição Geraldo  
Membro Titular

Jozilene Maria de Góis  
Jozilene Maria de Góis  
Membro Titular

Tânia Regina Pereira Lopes  
Tânia Regina Pereira Lopes  
Membro Titular

Francisco Gilmar Pereira do Carmo  
Francisco Gilmar Pereira do Carmo  
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/04



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 04 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 64.

Nº desta folha : 65.

Nºs das demais folhas juntadas : 66 a 69.

Brasília-DF, 20 de novembro de 2003.

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário da CEL/MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.09

01  
M. das Comunicações  
Fis. 66  
Rubrica

ANEXO IV

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço

1. Razão social da Proponente: **RÁDIO FM SERROTE LTDA**

2. CNPJ/MF: 03.729.079/0001-84

3. Edital da Concorrência nº 006/2.000-SSR-MC

4. Serviço: ONDA MÉDIA (O.M.)

5. Localidade: HIDROLANDIA

UF: CE

6. Valor Proposto: R\$ 52.800,00 (Cinquenta e Dois Mil e Oitocentos Reais)

1ª Parcela: R\$ 26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais)

2ª Parcela: R\$ 26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais)

PACATUBA (CE), 03 de Julho de 2.000

**RÁDIO FM SERROTE LTDA**

**LUIS MOURA DA COSTA**  
**DIRETOR - ADMINISTRATIVO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.09

Min. das Comunicações  
Fls.: 01  
W. Rubrica



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL**

**ATA DE REUNIÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 006/2000 - SSR/MC  
ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS.  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
ONDAS MÉDIAS - OM  
PARA A LOCALIDADE DE HIDROLÂNDIA,  
NO ESTADO DO CEARÁ.**

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL, NA SOBRELOJA – SALA 107, DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, BLOCO R, ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BRASÍLIA, DF, SOB A SUPERVISÃO E CONTROLE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CRIADA PELA PORTARIA MC Nº 811, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997, PUBLICADA NO DOU DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, REUNIU-SE A COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998, E ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 3 (ALÍNEA B), DE 10 DE MARÇO DE 1998 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 12 DE MARÇO DE 1998, E Nº 3 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2001, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E Nº 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002, COM A PARTICIPAÇÃO DE SEU PRESIDENTE **GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS** E DE SEUS MEMBROS: **JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA, ALBENZIO TRAJANO DE MORAIS, GERALDO ROSALVO TEIXEIRA DA ROCHA, IRON LOPES DE OLIVEIRA E SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE**

ROCHA, IRON LOPES DE OLIVEIRA E SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS, ATENDENDO A PUBLICAÇÃO NO DOU Nº 221, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2003, SEÇÃO 3, PÁG. 74, DA PROPONENTE CLASSIFICADA NA CONCORRÊNCIA 006/2000-SSR/CEL/MC, PARA OUTORGA DE PERMISSÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDAS MÉDIAS (OM), PARA A LOCALIDADE: HIDROLÂNDIA, NO ESTADO DO CEARÁ, NA SEGUINTE ORDEM: (I) ASSINATURA DA LISTA DE PÚBLICO QUE SERÁ ANEXADA A PRESENTE ATA. (II) A EMPRESA QUE TERÁ SEU INVOLUCRO ABERTO PELA COMISSÃO, PARA A LOCALIDADE DE: HIDROLÂNDIA/CE: É A SEGUINTE: RÁDIO FM SERROTE LTDA. PROCESSO 53650.000321/2002. (III) EM PROSSEGUIMENTO AOS TRABALHOS, A COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DEU INÍCIO A ABERTURA DO INVÓLUCRO LACRADO DE PROPOSTA DE PREÇO PARA A LOCALIDADE DE HIDROLÂNDIA/CE: RÁDIO FM SERROTE LTDA. R\$ 52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS). (IV) A DOCUMENTAÇÃO FOI RUBRICADA POR TODOS OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL E PELO PÚBLICO PRESENTE. (V) NADA MAIS HAVENDO A ACRESCENTAR O PRESIDENTE DA COMISSÃO ENCERROU OS TRABALHOS ÀS 10:15 H (DEZ HORAS E QUINZE MINUTOS), TENDO SIDO LAVRADA ESTA ATA QUE APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS DA COMISSÃO E OS INTERESSADOS PRESENTES.

**COMISSAO:**

GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS  
PRESIDENTE

ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS  
MEMBRO

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA  
MEMBRO

GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA  
MEMBRO

IRON LOPES DE OLIVEIRA  
MEMBRO

SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS  
MEMBRO

FOLHA Nº 01

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 006,2000 - SSR/CEL/MC  
SESSÃO: ABERTURA DE ENVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 18/11/2003SERVIÇO: OMLOCALIDADE: Hidrolândia / CE

Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF
Maura Louisa T. do Nascimento			648168-DF
JANDA JAGORTHA BOMBA NOGUEIRA			RG 1497-OAB/DF
Luiz Nogueira da Costa			85253-CE
			97002547147-CE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL  
Em 30.06.2004  
Folha 05  
das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE: COUL 3 ORIGINAL  
Em 30.06/09

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 05 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 69 .

Nº desta folha : 70 .

Nºs das demais folhas juntadas : 71 a 75 .

Brasília, 18 de março de 2005

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06/05

CONCORRÊNCIA Nº 006/2000 - SSR/MC

LOCALIDADE: HIDROLÂNDIA - ESTADO: CE

ATA DE REUNIÃO Nº 114/2005

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2005, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Jaime Domingos Casas e dos membros Jarbas Silvestre de Oliveira, José Adilson Bezerra Torquato, Marcelo Elmokdisi Dimatteu e Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) análise do documento denominado Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Onda Média Regional, na localidade de **HIDROLÂNDIA/CE**; **b) verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga**, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c) análise do documento Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 5** - anexo à presente ata. **1) aprovação do documento Papeis de Trabalho - Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, propondo como vencedora a única proponente **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, que apresentou o **Valor Ponderado**, para a localidade de **HIDROLÂNDIA/CE**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

JAIME DOMINGOS CASAS  
Presidente

JARBAS SILVESTRE DE OLIVEIRA  
Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular

MARCELO ELMOKDISI DIMATTEU  
Titular

MARIA IVAGNA FERREIRA MENDES REIS  
Titular



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
Em 30.06/2009

### Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência 006 / 2000

Localidade CE Hidrolândia

Serviço OM

Valor Mínimo 10.000,00

Grupo Enquadramento A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		
			(PT)	(PP)	(VP)
53650.000321/02	RÁDIO FM SERROTE LTDA.	52.800,00	100.000	90.530	99,053

*Comissão Especial de Âmbito Nacional*

Jaime Domingos Casas  
Presidente

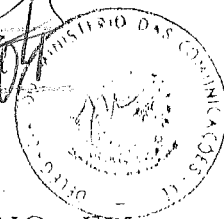
José Adilson Bezerra Torquato  
Membro Titular

Jarbas Silvestre de Oliveira  
Membro Titular

Marcelo Elmokdisi Dimatteu  
Membro Titular

Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis  
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONTEÚDO ORIGINAL  
Nº 232 008 52.689



(Continuação do contrato social de constituição da RÁDIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 04)

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o Artigo 2º "in  
fine" do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada cotista se  
responsabiliza pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA



A integralização do capital social será efetivada pelos sócios da  
seguinte forma:

a) 10% ( dez por cento ), ou seja R\$ 1.000,00 (Hum Mil  
Reais), em moeda corrente nacional, neste ato;

b) O restante, ou seja 90% (noventa por cento), será  
integralizado no período de 02 (dois) anos de acordo com as necessidades  
de aquisição dos equipamentos indispensáveis ao funcionamento de uma  
emissora de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.) ou Onda  
Média (O.M.), tais como: transmissor, caixa de sintonia, torre, antenas, sala  
de áudio, discos e acessórios, assegurando, assim, a integralização total do  
capital social e o fiel cumprimento do prazo a ser estabelecido pelo Poder  
Concedente para a instalação da emissora a ser outorgada

CLÁUSULA  
DÉCIMA-PRIMEIRA

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância do  
capital social, consoante o que determina a lei.

*Rey*

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB 5437



Foi transcrito e  
com o original do

Em testemunho do qual  
Cláudio Martins  
Tabelião

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

RECEBUE Nº 23200857389



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 05)

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-SEGUNDA**



A sociedade será administrada pelo sócio **LUIS MOURA DA COSTA**, na função de **DIRETOR - ADMINISTRATIVO**, o qual fará uso da firma judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar poderes especiais ou totais a terceiros através de procurações e mediante autorização do Poder Concedente.


**PARÁGRAFO ÚNICO** - No uso de suas atribuições, o Diretor - Administrativo, assinará da seguinte forma:

**RADIO FM SERROTE LTDA**

  
**LUIS MOURA DA COSTA**  
Diretor - Administrativo

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-TERCEIRA**

Os sócios terão como remuneração quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda e que serão levadas à conta de despesas gerais.

  
DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB 5267



JOÃO CLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

4. JUN 2000

Carla Martins  
Tabelião

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
RECEB. Nº 23200852689  
Em 30/09/86



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 06)

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-QUARTA**



O uso da denominação social, nos termos da **CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA** deste instrumento, é vedado em fianças, aval e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando o Diretor, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-QUINTA**

Falecendo um dos sócios, ou se tornando interdito, por força da lei, a sociedade automaticamente se dissolverá, sendo observados os dispositivos da lei. Cabendo aos herdeiros do sócio falecido o capital e os apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou a interdição depois de 06 (seis) meses após a aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) prestações mensais iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a aprovação dos citados haveres.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-SEXTA**

Os sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme Portaria nº 06/86, de 16/09/86, do D.N.R.C.

DR. SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 5287



JOÃO OLIVAS LOPES DA SILVA  
Escritório de Registro de Empresas

com o original do documento

4 de 01 2000

Em 10/01/2000

Cláudio Martins  
Falecido

(Cano)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Nº 23200362.633



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LTDA - fl. 07)

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-SÉTIMA**



Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-OITAVA**

A 31 de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato de conta de lucros e perdas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os lucros ou prejuízos apurados em balanço geral anual serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas ou capital.

**CLÁUSULA  
DÉCIMA-NONA**

Fica eleito desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da sociedade para a resolução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 8297



JOÃO OLIVAS LOPES DE SILVA  
Escritor de Autenticação

4 de 2000

Assinatura em Verdado

Assinatura em Verdado  
Tabelião

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Em 30.06.2000



(Continuação do contrato social de constituição da RADIO FM  
SERROTE LDA - fl. 08).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA**

Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10/01/19, a cuja observância, como as demais cláusulas deste contrato, se obrigam Diretora e Sócios - Cotistas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

FORTALEZA (CE) 23 de Março de 2.000

→ **SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**

→ **LUIS MOURA DA COSTA**

TESTEMUNHAS:

1.) **CRISTIANO LIMA DE MENEZES**  
RG N° 90002160094 - S.S.P./CE

2.) **FRANCISCO FIRMIANO BRAGA**  
RG N° 8905002007306 - SSP/CE

DR. SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA  
Advogado  
OAB - 5287



com o original dou fé

24.03.2000

Em testemunha da verdade

Cristiano Martins  
Yabellán

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONEXÃO COM O BRASIL  
30 06 09

MAR 30 2000

UNIDADE COORDENADORA DO ESTADO DO CEARÁ - JUIZ DE  
CERTIDÃO CERTIFICADO QUE UMA VIA DE IGUAL TEXTO  
FOI ARQUIVADA NESTA RUA, SOB NÚMERO 5 DA  
ESTAMPADOS MECANICAMENTE

PROSECUTOR GERAL  
ROBERTO OLIVEIRA FÉLIX

423200852689★



Esse selo só pode ser usado  
com o original dele

14 JUN 2000

Em testemunha da verdade

Cláudio Martins  
Tabelião

JOÃO CLAUDIO LOPES DA SILVA  
Tabelião

Nº 232.155.525 \*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFESSÃO DE RECEBIMENTO  
Em 30/06/2000



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO**  
**CONTRATUAL DA SOCIEDADE COMERCIAL DENOMINADA**  
**RÁDIO FM SERROTE LTDA**

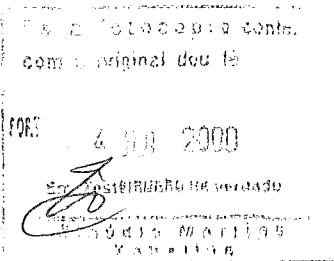


**RESUMO**

**1. MUDANÇA DE ENDEREÇO**

**I - PREÂMBULO**

Por este instrumento particular, **SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**, Brasileiro, Solteiro, Maior, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Santos Dumont nº 7.797 – Aptº 501 - Dunas, portador da identidade profissional nº 5.267, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará – OAB/CE, inscrito no CPF sob o número 122.358.143 – 87 e **LUIS MOURA DA COSTA**, Brasileiro, Divorciado, Representante Comercial, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Dr. Ratisbona nº 175 – Fátima, portador da cédula de identidade RG Nº 97002597174 – S.S.P./CE, inscrito no CPF sob o número 041.309.872 – 91, sócios componentes da **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Pacatuba, Estado do Ceará, na Avenida José Guilherme nº 566 – Nova Pavuna, com instrumento de contrato social arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 23200852689, em sessão de 30 de Março de 2.000, **RESOLVEM**, de comum e pleno acordo, **ALTERAR PELA PRIMEIRA VEZ** o contrato social de constituição, deliberando e convencionando o seguinte:



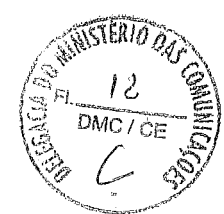
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the document.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSUL Nº 232.125/25  
COMPROVANTE  
Em 30 de Maio de 2000



(Continuação do 1º aditivo ao contrato social de constituição da  
RADIO FM SERROTE LTDA - fl. 02)

**II - DELIBERAÇÕES**



**II.1.) MUDANÇA DE ENDEREÇO**

II.1.a.) Ocorre nesta oportunidade a mudança da sede da sociedade para o seguinte endereço:  
**AVENIDA JOSÉ GUILHERME Nº 566 -  
LOJA 07 - CENTRO COMERCIAL -  
NOVA PAVUNA  
PACATUBA - CE  
CEP: 61800-000**

II.1.b.) - Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato social de constituição que não tenham sido alteradas expressa ou implicitamente por este instrumento.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas ora alteradas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

Fortaleza (CE), 02 de Maio de 2.000

**SÉRGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**

**LUIS MOURA DA COSTA**



Esta fotocópia conta com o original dou te  
4 de Maio de 2000  
João Oliveira Lopes da Silva  
Tabelião  
João Oliveira Lopes da Silva  
Tabelião Autorizado

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the document.

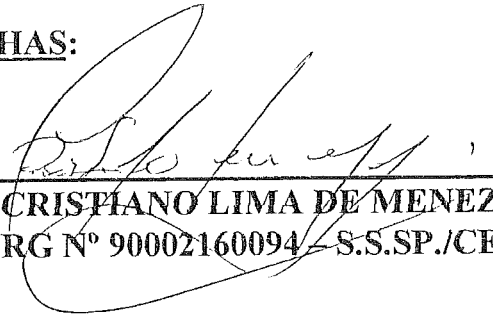
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONTEÚDO COM O CONTEÚDO  
Em 30 06 2000



(Continuação do 1º aditivo ao contrato social de constituição da RÁDIO  
FM SERROTE LTDA – fl. 03)



**TESTEMUNHAS:**

  
1. **CRISTIANO LIMA DE MENEZES**  
RG Nº 90002160094 – S.S.SP./CE

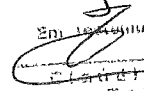
  
2. **FRANCISCO FIRMIANO BRAGA**  
RG Nº 8905002007306 – S.S.P/CE



Esta cópia contém  
com o original deu fé

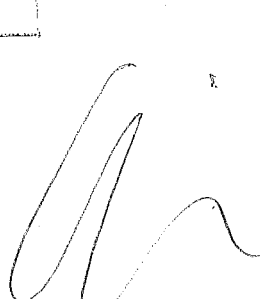
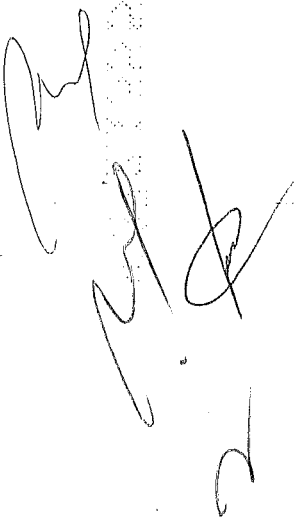
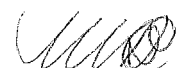
Em 4 06 2000

Em testemunha da verdade

  
Claudio Martins  
Tabelião

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escriturário Registrado



30.06.2008

**ESTAMPADO MECANICO**

ROBERTO CAMPBELL FIELD  
PATENT



Essa fotocópia confere  
com o original não fê

4 511 2000

~~San Francisco de Veraguas~~

~~Charles Martin~~  
~~Torres~~

DOLO OIWAN 10727 DE OLIVE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFESS. 3006/09

ANEXO II

DECLARAÇÃO



O abaixo-assinado, dirigente da **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, declara que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de **HIDROLANDIA**, Estado do **CEARÁ**, e que não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplado com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

**PACATUBA (CE), 03 de Julho de 2.000**

**RÁDIO FM SERROTE LTDA**

**LUIS MOURA DA COSTA**  
**DIRETOR - ADMINISTRATIVO**

**CPF: 041.309.872-91**

*[Handwritten signature]*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*[Signature]*  
ASSINATURA DO TITULAR

**SELO DE AUTENTICIDADE** - IA DE IDENTIDADE

ANOREG - CE - SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO  
Provimento nº 06137 - Tj

**AUTENTICAÇÃO**  
AB 228413 05 JUL 2000

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO  
RODRIGO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
DANIEL DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
BERNARDO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
MARIA JULIA MARINHO - ESC AUTORIZADA  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 977002597147 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/11/1997

NOME LUIS MOURA DA COSTA

FILIAÇÃO ANTONIO ORGINI DA COSTA E BERNADETE MOURA DA COSTA

NATURALIDADE FORTALEZA-CE DATA DE NASCIMENTO 7/8/1953

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 1329 L 7 F  
10V MANAUS/AM ID. ANT. 460903

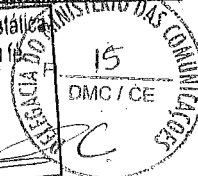
FORTALEZA-CE ASSINATURA DO DIRETOR

**SELO DE AUTENTICIDADE** - IA DE IDENTIDADE

ANOREG - CE - SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO  
Provimento nº 06137 - Tj

**AUTENTICAÇÃO**  
AB 228414 05 JUL 2000

ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO  
RODRIGO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
DANIEL DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
BERNARDO DE PAULA PESSOA MAIA - ESC SUBSTITUTO  
MARIA JULIA MARINHO - ESC AUTORIZADA  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMULACAOES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06/08

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM

1º OFÍCIO

SOLANGE GRACE MOURA ROLIM

OFICIALA DE PROTESTO

NOTÁRIA

ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM

SUBSTITUTA

FÁTIMA MARIA DE ANDRADE MOURA

ESCREVENTE AUTORIZADA

FORTALEZA / CEARÁ

RUA MAJOR FACUNDO, 397 - FONE: 231-6797 - FAX: 231-7238 - TELEX: (85) 2808



SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM  
Em 30 de 2000

Nº 104344

## CERTIDÃO NEGATIVA

A Bel. Solange Grace M. Rolim 1a. Tabeliã desta cidade de Fortaleza Capital do Estado do Ceará, por título vitalício, etc.

Certifico, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a meu cargo, deles verifiquei não haver sido protestado de 19 de Junho de 1995 até a presente data, quer por emissão, aceite ou aval, NENHUM título de responsabilidade direta ou indireta de  
LUIS MOURA DA COSTA

CPF 041.309.872-91

O certificado é verdade e ao arquivo do meu cartório me reporto e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará no dia 19 de Junho de 2000

Eu, [assinatura], 1a. Oficiala de Protesto a subscrevo:

Busca dada por [assinatura]

Em testemunho [assinatura] da verdade.



(\*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS. E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DA OFICIALA.



Esta fotocópia contém  
com o original do fé

FOR: 19 JUN 2000  
[assinatura]  
João Olivar Lopes da Silva  
Tabeliã

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escrevente Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ  
CARTÓRIO MARTINS  
2º OFÍCIO

RUA JOÃO LOPES, 14 - FONES: 226.6688 / 226.6754 / 226.2763

BEI. CLÁUDIO MARTINS JÚNIOR - OFICIAL DE PROTESTO

CLÁUDIO MARTINS NETO - OFICIAL SUBSTITUTO



O BACHAREL CLÁUDIO MARTINS JÚNIOR, OFICIAL DE REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS, NESTA CIDADE DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, NA FORMA DA LEI ETC.

CERTIFICA, A REQUERIMENTO DE PARTE INTERESSADA, QUE REVENDO EU SEU PODER E CARTÓRIO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS ATÉ A PRESENTE DATA OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO VERIFICOU NÃO CONSTAR CONTRA O NOME INSCRITO NO CÍVIL/CÍVIL ABAIXO.

NOME:

CGC / CPF:

041309872-91

LUIS MOURA DA COSTA,

COMO RESPONSÁVEL (IS) DIRETO (A) OU REGRESSIVO (S). O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

FORTALEZA, 16 DE JUNHO DE 2000

ESCREVENTE AUTORIZO A CONFERIR, SUBSCREVO E ASSINO

CUSTAS:

R\$ 0,00

CONFERENTE:

ENCARGOS: 0,00  
FUNDOS: 0,00  
TAXAS: 0,00

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE



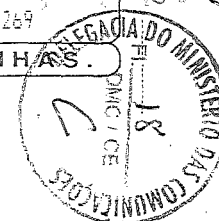
Cartório Martins

CLÁUDIO MARTINS JÚNIOR  
OFICIAL DE PROTESTO  
JOÃO LOPES DA SILVA  
Escrivão Autorizado

Este documento contém selo de autenticidade

NC: 30269

ESTE DOCUMENTO NÃO PODERÁ TER EMENDA, RASURA OU ENTRELINHAS.



JOÃO OLIVIER LOPES DA SILVA  
Escrivão Autorizado

SELO DE AUTENTICIDADE  
AZ 103330  
FOLHA 01 DE 01  
6 JUN 2000  
Cartório de Protesto

VÁLIDO SOMENTE COM O  
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO DO OSSIAN ARARIPE  
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE FORTALEZA  
ESTADO DO CEARÁ

NÚMERO DE CONTROLE

034283

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS

Tabelião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (085) 231.9974 - Fortaleza - CE

CERTIDÃO

O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Oficial de Registro de Títulos, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei.  
CERTIFICA, a requerimento de parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório nos últimos CINCO anos até a presente data os livros de Registro de Protesto, verifiquei NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CGC/CIC abaixo.

NOME: LUIS MOURA DA COSTA \*\*\*\*\*

CGC/CIC PF 041.309.872.91

ENDEREÇO: N/C

Nº DO TÍTULO

VENCIMENTO

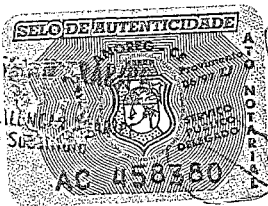
VALOR

PROTESTO

SACADOR



CARTÓRIO  
ITALO VILAR DE ALENCAR  
Escritor de Títulos



TOTAL DAS CUSTAS

R\$

9.08

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO, O REFERIDO E VERDADE E DOU FE

FORTALEZA 16 DE JUNHO DE 2000  
EMOL 6.98 + FERMOJU 2.00 + ACM 0.10 =

OBS.: ESTE DOCUMENTO NÃO PODERÁ TER EMENDA, RASURA OU ENTRELINHAS.

DELEGACIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 19/06/2000



JOÃO OLAVAR LOPES DA SILVA  
Escritor de Títulos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL



**TABELIONATO JOAO MACHADO**  
7o. OFICIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - FONES: 226.1583, 226.1611, 231.7033

CEP: 60025-130

fax -> 254.3817 e 254.1610

Bel.: C I C E R O M O Z A R T M A C H A D O

Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO

Tabelia Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Titulos desta Capital, na forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartorio a seu cargo ate a presente data os livros de registro de protesto verificou que:

NADA EXISTE no periodo de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CGC/CIC abaixo.

NOME : LUIS MOURA DA COSTA

ENDERECO : NESTA CAPITAL  
FORTALEZA

CE. 60000

CGC/CIC : 041309872-91

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FE'.



2 cópias contendo  
o original dos 10



Fortaleza, 16 de junho de 2000

O Oficial de Protesto

JOÃO OLIVAS LOPES DA SILVA

Escritura Autorizada

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indicio de adulteração".

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/09



## CERTIDAO NEGATIVA

REQUERENTE:

CPF

LUIS MOURA DA COSTA.\*\*\*\*\*

041.309.872/91

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA CONSTAR, nos últimos cinco anos, contra o(a) requerente acima, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

O referido é verdade. Dou fé

Fortaleza, 16 de Junho de 2000

Emolumentos

6,98

FERMOJU

2,00

A.C.M.

0,10

Total R\$

9,08

O Tabelião



Esta fotocopia contém  
com o original do fe  
4 JUN 2000  
João Olivan Lopes da Silva  
Tabelião  
\*00310904130987291AUGUSTO\*

JOÃO OLIVAN LOPES DA SILVA  
Tabelião Autorizado



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS



Certidão N°7205

CERTIFICA: em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo, no Serviço de Distribuição, os registros dos feitos abaixo, verificou constar, nos últimos DEZ anos, no nome de

1º Feito	Vara	Secretaria	Procedência ou Artigo	Valor	Data
DESPEJO	25ª CÍVEL			4.692.000,00	23/09/1992

Autor EMBRACIL - EMP. BRASILEIRA DE CONST.

Promovido LUIS MOURA DA COSTA - CPF: 041.369.872-91

Certifica finalmente que nenhuma outra ação de EXECUCAO/ORDINARIA/FAZENDA PUBLICA/CRIMINAL/INTERDICAÇÃO/TUTELA/CURATELA/COBRANÇA/INDENIZAÇÃO/REPARAÇÃO DE DANOS foi promovida durante aquele período em nome do(a)s requerente(s) supra.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 30 de JUNHO de 2000.



BUSCA: CATARINA/ANDRÉ  
CONSTA 1ª AÇÃO.  
DIGITADOR(A): FELIZA

Obs: Esta certidão só é válida sem rasuras ou emendas e com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento, e selo de autenticidade, por um prazo de 30(trinta) dias.

Pág. 1



Esta fotocópia confere com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins  
Tribunado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
CEARA

CERTIDÃO



CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

**LUIS MOURA DA COSTA**

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título: 027095370710

Estado Civil: Casado

Data de Nascimento: 07/08/1953

Filiação: ANTONIO ORCINI DA COSTA  
e BERNADETE MOURA DA COSTA

Profissão: OUTROS

Vota na Zona: 94 Seção: 151

Residência: RUA 147 1 ETAPA 136 CONJUNTO CEARA

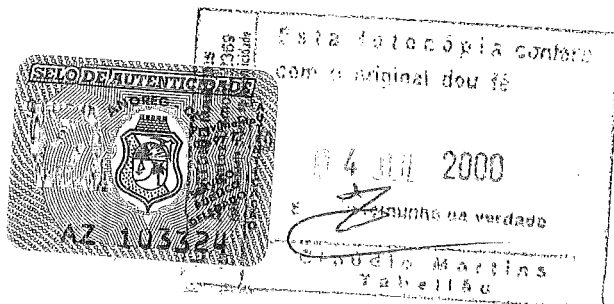
Filiado ao PL - PARTIDO LIBERAL desde 14/06/1987

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI

FORTALEZA, 30/05/2000

ÁGUEDA ODETE JUSTA GURGEL  
Chefe do Cartório da 94ª Zona Eleitoral



JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

**RÁDIO FM SERROTE LTDA**  
**CGC/MF 03.729.079/0001-84**



**BALANÇO DE ABERTURA**

**ATIVO**

**CIRCULANTE**

**CAIXA**

**BANCO C/ MOVIMENTO**

**1.000,00**

**1.000,00**

**REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

-

**PERMANENTE**

**INVESTIMENTO**

**IMOBILIZADOS**

**DIFERIDO**

-

-

-

**TOTAL DO ATIVO**

**1.000,00**

**PASSIVO**

**CIRCULANTE**

**OBRIGAÇÕES**

-

-

**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**

-

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**1.000,00**

**CAPITAL SUBSCRITO**

**10.000,00**

**CAPITAL A INTEGRALIZAR**

**(-9.000,00)**

**TOTAL DO PASSIVO**

**1.000,00**

**Pacatuba (CE), 03 de Abril de 2.000**

*Jose Lopes de Mesquita*  
**JOSÉ LOPES DE MESQUITA**  
Contador - CRC/CE. 7643  
CPF 121.250.833-53

*Luís Moura da Costa*  
**LUIS MOURA DA COSTA**  
Diretor - Administrativo



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE PACATUBA  
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO



SERVIÇO  
MINISTÉRIO  
COMUNICAÇÕES  
Em 30.06.00



MARIZA PEREIRA DA SILVA, Distribuidora do Fórum da Comarca de Pacatuba, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

## C E R T I D ã O

CERTIFICO, a requerimento verbal da parte interessada, que revendo na Distribuição do Fórum Des. Raimundo Catunda a meu cargo, os "Livros de Tombos" e demais papéis arquivados e em andamentos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR**, nenhuma Ação de Execução, Execução Fiscal ou Embargos, Falência, Concordata ou outra congênere, contra **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, CNPJ 03.729.079/0001-84, sito na Av. José Guilherme, 566, loja 07 - Centro Comercial - Nova Payuna - Pacatuba/Ce. O Referido é Verdade e Dou Fé.

Pacatuba/Ce., 14 de junho de 2000.

*Mariza Pereira da Silva*



Esta fotocópia com o original dou fé  
**MARIZA PEREIRA DA SILVA**  
Distribuidora do Fórum

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Cláudio Martins

Valido Somente com selo de autenticidade

CLÁUDIO LOPES DA SILVA  
Assistente Autorizado

FÓRUM DES. RAIMUNDO CATUNDA  
CEP: 61.800-000

Rua Cap. Henrique Justa, s/nº. - Centro - Pacatuba/CE  
TEL: 345-1130



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ  
COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO



NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ  
03.729.079/0001-84

VÁLIDO ATÉ  
10/07/2000

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma, razão social ou denominação comercial)

RADIO FM SERROTE LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Em 30/06/00

ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua, avenida, estrada etc.)

AVENIDA JOSE GUILHERME

COMPLEMENTO (apto, sala, andar)

LOJA 07 - CENTRO COM.

BAIRRO/DISTRITO

NOVA PAVUNA

MUNICÍPIO

PACATUBA

NÚMERO

566

CEP

61800-000

UF

CE

TELEFONE/CONTATO

Este documento só fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ, quando acompanhado do respectivo Ato Constitutivo ou Alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA

0310109-MARANGUAPE

DATA DE EMISSÃO

11/05/2000

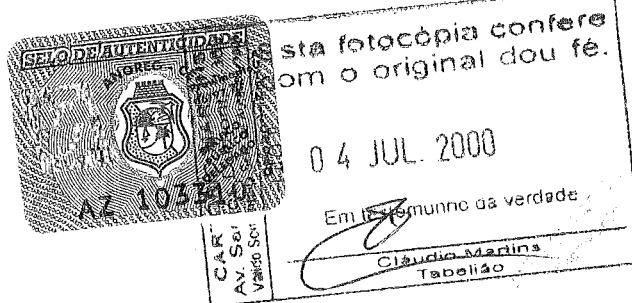
NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

CARGO

ASSINATURA

CPF MF / SRF / 3ª. RF / ARF - MGP - CE  
Lote: 11/05/2000  
José Valquimar BarLosa  
TRF - Chefe ARF MGP Mat 24152  
DELEG. COMP. PORT. DRF/FLA 137,08/10/99

Aprovado pela IN/SRF nº 82/99



Handwritten signatures and marks at the bottom of the document.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE  
Em 30.06.00

ESTADO DO CEARÁ		FIC		C.G.F.	
SECRETARIA DA FAZENDA				06906139-0	
FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE					
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL		RADIO FM SERROTE LTDA			
ENDEREÇO COMPLETO		JOSE RUI HERME 00566		C.F.P. 61800000	
Cidade 7		NOVA PAVUNA			
PARACATUBA					
C.G.C. 03799079/0001-84		COD. ORGÃO LOCAL		POP. 0500-6	
TIPO CONTRIBUINTE		C.A.E. PRINCIPAL		C.A.E. SECUNDÁRIO	
REGIME DE REGISTRAÇÃO		NATUREZA JURÍDICA		***	

Esta fotocópia confere com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Cláudio Martins  
Tabelião

0040 Cláudio Martins da Silva  
Escritório Autorizado



Prep

Handwritten signature

Handwritten signature

Apresente este cartão quando solicitado pelos funcionários da Prefeitura.

Ana. bicia de S. Cavalcante

Sector Arrecadação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA

CARTAO DO ISS

Contribuinte <b>RADIO FM SERROTE LTDA</b>	
CPF/CNPJ <b>03729079000184</b>	Inscr. ISS <b>000000025</b>
Inscr. P.M. <b>200000013</b>	Data Cad. <b>30/05/2000</b>
Endereço <b>AV. JOSE GUILHERME</b>	Nº <b>566</b>
Complemento <b>LOJA 07</b>	Bairro <b>PAVUNA</b>
Serviço <b>SERVICO DE RADIOFUSAO SONORA EM FREQUENCIA</b>	

Esta fotocópia confere com o original dou fe.

Esta fotocópia confere com o original dou fe.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Cláudio Martins  
Tabelião

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado

CARTÓRIO NOTARIAL  
Av. Santos Dumont, 2369  
Vila do Somente o Selo de Autenticidade

04 JUL. 2000

04 JUL. 2000

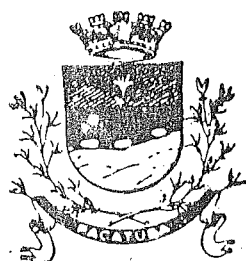
Em testemunho da verdade

Cláudio Martins  
Tabelião

JOÃO OLIVAR LOPES DA SILVA  
Escritor Autorizado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONF. 00000000000000000000  
Em 30/05/00



Prefeitura Municipal de Pacatuba  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ  
Serviço de Arrecadação de Tributos Divercos

**ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO**

Concedido a RADIO FM SERRA D'ÁGUA

Para estabelecer-se na AV. JOSE GUILLERME, 566 - LOJA 07  
PAVUNA - PACATUBA - CEARÁ

Com a atividade principal de RÁDIOFUSÃO SONORA

- ☒ Inicial  
☐ Renovação

INSCRIÇÃO	TAXAÇÃO	HORÁRIO
45.01.26-6	R\$ 31,92	NORMAL
CÓDIGO	ÁREA	ALVARÁ N.º
9221-5/00 PROC. N.º	50,80 m²	—
—	—	TALÃO N.º
—	—	—

Enquanto satisfizer as exigências legais  
SUJEITO ÀS FISCALIZAÇÕES: MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

Emissão  
S. A. T. D. em 30 / 05 / 19 2000

Validade  
30 / 05 / 2001

*Ana Lúcia de S. Cavalcante*  
Ana Lúcia de S. Cavalcante  
Ag. Adm. - SEFIN

*Raimundo Nonato L. Cavalcante*  
Visto  
Raimundo Nonato L. Cavalcante  
Ag. Adm. - SEFIN



04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Cleólio Martins  
Tabelião

ADAO CLIVIA LOPES DA  
F. de A. de A. Aut. de A.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
DIRETORIA DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 056282000-05601012

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 03.729.079/0001-84  
NOME: RADIO FM SERROTE LTDA  
ENDERECO: AV JOSE GUILHERME 566 LOJA 7 CENTRO COMERCIAL  
BAIRRO OU DISTRITO: NOVA PAVUNA  
MUNICIPIO: PACATUBA  
ESTADO: CE  
CEP: 61800-000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONTEÚDO  
Em 30/05/00



FINALIDADE DA CERTIDAO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: [www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br), OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 29 DE MAIO DE 2000.  
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



Esta fotocópia confere  
com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins  
Tabelião

Os dados desta Certidão conferem com os  
constantes nos dados cadastrais  
do INSS  
Cód. Assinatura: 115/10  
Assinatura: [assinatura]  
Assinatura (matrícula do Tabelião)

JOÃO ALVARO LOES DA SILVA  
Esperanta Antonio

[assinatura]



## CRF - Certificado de Regularidade do FGTS

Razão Social

RADIO FM SERROTE LTDA

Inscrição

03.729.079/0001-84

Endereço

AV. JOSÉ GUILHERME, 566 / LJO7  
CENTRO COMERCIAL 61800-000  
PACATUBA CE

Validade

28/Novembro/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

FORTALEZA, 01 de Junho de 2000.

Local e data de emissão

Assinatura e carimbo

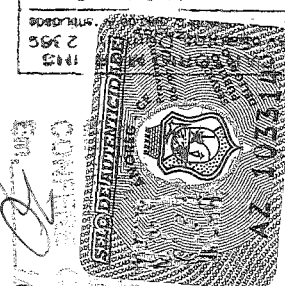
BARTOLOMEU Ribeiro Paiva  
Gerente - Matr. 198578-8

**CAIXA**

00850807-1 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade em conjunto com a apresentação do original.

31.033-6 v01

Esta fotocópia confere com o original dou fé.  
04 JUL. 2000  
Em testemunho da verdade  
Cláudio Martins  
Tabelião





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

30

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CONFERÊNCIA

FL. 32  
DMC / CE

NUMERO  
3 682 862

Em 30/05/2000

CERTIDAO DE QUITACAO DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS  
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CNPJ: 03.729.079/0001-84  
RADIO FM SERROTE LTDA  
AVENIDA JOSE GUILHERME 566 LOJA 07 - CENTRO COM. NOVA PAVUNA  
CEP: 61800-000 PACATUBA CE

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER  
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER  
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, NESTA UNIDADE,  
PENDENCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDE-  
RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO CON-  
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-  
DO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM  
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-  
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 27/11/2000- EMITIDA EM 25/05/2000

ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO

EXPEDIDA GRATUITAMENTE

CARIMBO / ASSINATURA

MF / SRF / 3ª. PF / ARF - MGP - CE  
EM: 25/05/2000  
e a b  
José Valquimar Barbosa  
TRF - Chefe ARF MGP Mat 24152  
DELEG. COMP. PORT. DRI / FLA 137/08/10/99

SELO DE AUTENTICIDADE

Esta fotocópia confere  
com o original dou fe.

AZ 103296

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade  
Cláudio Martins  
Tabelião

Carta  
Av. Sani  
Valério Sani

João Colivar Lopes da Silva  
Tabelião Autorizado



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ANEXO  
Em 30/06/00



Certidão Negativa quanto à  
Dívida Ativa da União

Nome: **RADIO FM SERROTE LTDA**  
CNPJ: **03.729.079/0001-84**

RESSALVADO O DIREITO DE ESTA PROCURADORIA INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VIEREM A SER APURADAS, VERIFICOU-SE NOS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO NADA EXISTIR, NESTA DATA, EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

Certidão expedida com fulcro na Portaria PGFN nº 414, de 15/07/1998.  
(DOU 17.07.1998, Seção I, p. 37).

Emitida às 15:20:48 do dia 30/06/2000  
Válida por 30 dias da data de emissão.

Restrita aos registros da dívida ativa da união, excluídos, portanto, eventuais lançamentos efetuados pela Secretaria da Receita Federal.

A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO SUPRA PODERÁ SER VERIFICADA NA PÁGINA:  
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Código de Controle da Certidão: 541A.6A0F.7988.D721

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA

Nº CERTIDÃO

74563/201/0

Nº PROTOCOLO

20116008

NUCLEO DE EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA

CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nº: 177160-5

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE

NOME / RAZAO SOCIAL		C.P.F.
RADIO FM SERROTE LTDA		*****
*****		C.P.F.
*****		*****
C.G.C.	C.G.F.	
03.729.079/0001-84	06.296139-0	

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA ESTADUAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA FINS DE DIREITO, QUE REVENDO OS REGISTROS DO CADASTRO DE INADIMPLENTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL CADINE, VERIFICOU-SE NADA EXISTIR EM NOME DO(A) REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADO (A) ATÉ A PRESENTE DATA, E, PARA CONSTAR, FOI LAVRADA ESTA CERTIDÃO, QUE VAI ASSINADA PELO:

pt MOREIRA  
MARIA ARICE PEREIRA MOREIRA  
DIR. DO NUCLEO DE EXEC. DA DIVIDA ATIVA

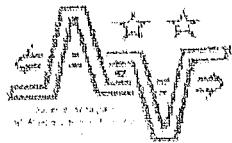
RUTH SANDRA  
RUTH SANDRA DIOGENES VIANA ALMEIDA  
COORDENADORA

OBS:  
VÁLIDO POR 60 DIAS  
QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

LOCAL E DATA  
FORTALEZA , 29 DE Maio DE 2000

Esta fotocópia confere com o original dou fe.





ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO - SEFIN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/00

33

35

DMC / CE

## CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO que **RÁDIO FM SERROTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.729.679/0001-84, estabelecida à Av. José Guilherme, 566 - Loja 07 - Pavuna - Pacatuba(CE), com o ramo de atividade **RADIOFUSÃO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA**, inscrito no Cadastro do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, sob o n.º 0025/2000 está quites com esta repartição até 30 de julho de 2000.

Ressalvo porém a Secretaria de Finanças, caso constatare a legitimidade de qualquer tributo, o direito de cobrar o débito na legislação em vigor.

Paço da Prefeitura Municipal de Pacatuba, 30 de maio de 2000.



Esta fotocópia confere com o original dou fé.

04 JUL. 2000

Em testemunho da verdade

Claudio Martins  
Tabelião

Ana Lúcia S. Cavalcante  
Ana Lúcia de S. Cavalcante  
Ag. Adm. - SEFIN



30.09.08

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**CONJUNTO N° 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**Edital da Concorrência n ° 006/2000-SSR/MC**  
**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

Localidades de prestação do serviço: **HIDROLANDIA - CE**

Razão Social da Proponente: **RÁDIO FM SERROTE LTDA**

**CONTEÚDO:**

**Conjunto n° 1 – Documentação de Habilitação:**

**Habilitação Jurídica**

**Qualificação Econômica-Financeira**

**Regularidade Fiscal**



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/2013

## Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 5

Nº do Processo: 53650.000321/02 CNPJ: 03.729.079/0001-84  
Razão Social: RADIO FM SERROTE LTDA.  
Concorrência: 006/2.000 Localidade: Hidrolândia UF: CE  
Serviço: OM - Onda Regional Grupo Enquadramento A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NÃO

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital?

X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA:

### RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica (PT): 100.000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP): 90.530

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço): 99,053

Observações:

Jaime Domingos Casas  
Presidente

José Adilson Bezerra Torquato  
Membro Titular

Jarbas Silvestre de Oliveira  
Membro Titular

Marcelo Elmokdisi Dimatteu  
Membro Titular

Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis  
Membro Titular

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para



abertura do invólucro contendo a Proposta de Preço da Proponente FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., será realizada de acordo com o indicado no quadro abaixo, designada a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal para desenvolver os trabalhos, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidades	UF
23.03.2005	09h00	088/2000	Carambol, Carluópolis, Cerro Azul, Contenda e Cidade Gaúcha.	PR

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, torna público, por meio deste Aviso e seu anexo único, deliberação sobre o(s) Pedido(s) de Desistência da(s) proponente(s) e, em conformidade com o art. 43, § 6º, da Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, concluiu pela ACEITAÇÃO do(s) pedido(s).

Brasília-DF, 17 de março de 2005.  
JAIME DOMINGOS CASAS  
Presidente da Comissão

#### ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº - SSR/MC	Serviço	Localidade(s)	UF	Proponente	Processo Nº
125/2001	FM	COLUMBIA E DOCTIN- POLIS	SP	RADIO TROPICAL FM LTDA.	53830.000/143/2002

#### AVISO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, resolve tornar sem efeito a publicação contida no Aviso às folhas 59, Seção 3, do Diário Oficial da União nº 41, de 02/03/2005, referente aos resultados da pontuação das Propostas de Preço pela Outorga e do Valor Ponderado, uma vez que se deve adotar procedimentos de abertura e julgamento de Propostas de Preço da Empresa Frequência Brasileira de Comunicações Ltda., para as localidades de Carambol, Carluópolis, Cerro Azul, Contenda e Cidade Gaúcha, mantendo inalteradas as demais informações contidas no mencionado Aviso.

Brasília-DF, 17 de março de 2005.  
JAIME DOMINGOS CASAS  
Presidente da Comissão

#### TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 00336701/0001-04 - NIRE Nº 53300002231

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS convocados para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 04, Bloco B, 9º Andar, Sala 903, Centro Empresarial Varig, em Brasília, DF., no dia 01 de abril de 2005, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2004;
2. Proposta da Administração para Destinação do Resultado;
3. Eleição de membros do Conselho Fiscal;
4. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal;
5. Homologação da indicação do representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Conselho de Administração, normado pela 276ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em complementação do mandato até a AGO de 2006;

Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede social da Empresa, no Departamento Financeiro e de Relações com o Mercado - Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 04, Bloco B, 9º Andar, Sala 903, Centro Empresarial Varig, em Brasília, DF., até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas nas Bolsas de Valores que desejarem participar da Assembleia Geral Ordinária, deverão apresentar extrato emitido em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, contendo sua posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Os avisos aos acionistas colocando a disposição a documentação relativa aos itens 1 e 2 da ordem do dia encontram-se publicadas na Gazeta Mercantil do dia 28/02/2005, 1º/03/2005 e 02/03/2005 e no D.O.U. dos mesmos dias, e disponíveis na Internet [www.telcelbolsa.com.br](http://www.telcelbolsa.com.br).

Brasília-DF, 14 de março de 2005.  
JORGE DA MOTA E SILVA  
Presidente do Conselho de Administração

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/2005

#### RESULTADOS DE JULGAMENTO PROPOSTAS DE PREÇO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) de Preço(s) pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedora, para a(s) localidade(s) indicada(s) no Anexo Único, a proponente que obteve o maior Valor Ponderado.

Os autos do(s) processo(s) estarão com vista franqueada na Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 17 março de 2005.  
JAIME DOMINGOS CASAS  
Presidente da Comissão

#### ANEXO ÚNICO

Concorrência nº 006/2000-SSR/MC, Localidade de Hidrolândia/CE.

Processo Nº	Proponentes	Serviço	PP	VP
53650.000/321/02	RADIO FM FERROTE LTDA.	GM	90,530	99,053

#### Ministério das Relações Exteriores

##### SECRETARIA GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES CERIMONIAL

##### RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para o Cerimonial do MRE. Foram habilitadas as empresas Gráfica Rafaela, Grafset e FCAZ Gráfica e editora.

EDELICIO JOSE ANSARAH  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIDE - 17/03/2005) 240013-02005-2005NE000005

##### SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL 1ª COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES

##### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2005

Nº Processo: Pregão 004/2004, Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/CNPJ Contratador: 0430486-4/000158. Contratado: FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância armada e desarmada nas dependências do Edifício Sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Fundamento Legal: Lei 8.666-93 Vigência: 01/01/2005 a 31/12/2005. Valor Total: R\$67.900,00. Fone: 100000000 - 2005NE900014. Data de Assinatura: 01/01/2005.

(SIDE - 17/03/2005) 240001-06001-2005NE900001

##### SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

##### RESULTADO DE JULGAMENTO CONVITE Nº 4/2005

A Comissão Permanente de Licitação do EREIO, decidiu adjudicar a Carta-Convite nº 004/2005, destinada a contratação de empresa para prestação de serviços de reforma, recuperação e construção em diversos locais do Complexo do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, para a empresa ENGEBUILD ENGENHARIA LTDA, por ter apresentado o menor preço global, R\$ 43.306,51 (quarenta e três mil trezentos e seis reais e cinquenta e um centavos).

EUCLIDES SANTA CRUZ OLIVEIRA JUNIOR  
Presidente da CPL

(SIDE - 17/03/2005)

##### DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

##### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2005

Objeto: Aquisição e implantação de sistema de detecção e segurança

eletromagnético e computarizado para material bibliográfico. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 18/03/2005 de 10h00 às 13h00 e de 15h às 17h00. Endereço: Comissão Permanente de Licitação, 8º andar, S/006 do Anexo I do Palácio Itamaraty Esplanada dos Ministérios - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: 03/04/2005 às 10h30. Endereço: Auditório do Anexo II do Ministério das Relações Exteriores Esplanada dos Ministérios - BRASÍLIA - DF

EDELICIO JOSE ANSARAH  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
(SIDE - 17/03/2005) 240013-02005-2005NE000005

#### Ministério de Minas e Energia

##### SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2005

Processo: 48000.002007/2002-62. Cédula: A União, através do Ministério de Minas e Energia - MME. Cessionário: Banco do Brasil - S/A. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 05/2003, a partir de 13/03/2005 a 14/03/2006. Fundamento Legal Inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 Vigência 13/03/2005 a 14/03/2006. Data de assinatura: 11/03/2005.

##### AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

##### AVISO DE DISTRIBUIÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

O Superintendente de Administração e Finanças da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 39, de 30 de janeiro de 2002, publicada no DOU de 31.01.2002, comunica aos interessados que a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos e Royalties de Itaipu, referentes à competência de dezembro de 2004, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/informacoes-do-setor-financeiro/Compensacao\\_Financeira/Relatorios\\_de\\_Compensacao\\_Financeira](http://www.aneel.gov.br/informacoes-do-setor-financeiro/Compensacao_Financeira/Relatorios_de_Compensacao_Financeira).

ELIOMAR WESLEY AYRES DA FONSECA  
RIOS

##### AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

##### EXTRATO DO CONTRATO Nº 1.019/05-ANP-011.193

Processo: 48610.011193/2004-12. Contratante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Contratadas: Tecta Engenharia Limitada. Objeto: Prestação dos serviços de engenharia para elaboração de projeto executivo e execução dos serviços de obra para adequação das novas instalações físicas da sede regional Nordeste da ANP. Fundamento legal: Lei nº 8.666-93. Valor Total Estimado: R\$284.841,30 (duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e trinta centavos). Vigência: 06 (seis) meses. Data: 16/03/05.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/09  
Fla. 76  
Rubrica.  
REC. das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 29 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 75 .

Nº desta folha : 76 .

Nºs das demais folhas juntadas : 77 a 95 .

Brasília, 10 de novembro de 2005

  
\_\_\_\_\_  
LUIZA FONTES  
Chefe de Serviço

Consulta Processual pelo Nome da ParteNome Pesquisado: RADIO FM SERROTE ... Página 1 de 1

Consulta Processual pelo Nome da Parte  
Nome Pesquisado: RADIO FM SERROTE LTDA

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "RADIO FM  
SERROTE LTDA".

Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em 10/11/2005 às 11:59:26

titulo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONTINUAÇÃO DO PROCESSO  
Em 30.06.09

Página 1 de 1

**Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte**  
**CGC/CPF Pesquisado: 03729079000184**

78

*Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "03729079000184".*

Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em: quinta-feira, 10 de novembro de 2005

Seção Judiciária do Distrito Federal  
Consulta Processual

**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo nome da parte  
**Argumento Pesquisado:** Radio Fm Serrote Ltda

*Nota: o resultado apresentado aqui o argumento informado: "Radio Fm Serrote Ltda".*

Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em 10/11/2005 às 12:01:55

Consulta Processual

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM ORIGINAL  
Em 30.06.05

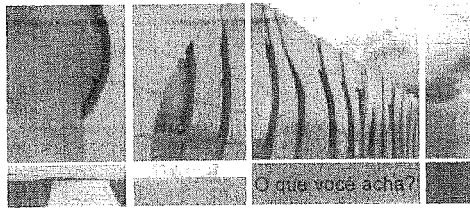
Página 1 de 1

**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
**Consulta Processual**

**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo CPF/CNPJ  
**Argumento Pesquisado:** 03729079000184

*Assim, o processo encontrado com o argumento informado:  
"03729079000184".*

Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em 10/11/2005 às 12:04:04



Superior  
Tribunal  
de Justiça

O Tribunal da Cidadania

## Processos

Acompanhamento  
Processual

Boletim Estatístico

Estatística Processual  
(consolidado anual)

Calendário de Sessões e  
Pautas de Julgamentos

Certidão de Andamento

Quê do Advogado

Tipo de Pesquisa:

Nome da Parte



Parâmetro de pesquisa:

RADIO FM SERROTE LTDA

☐ Contém ☒ Igual ☐ Inicia com

Os critérios Contém e Inicia com utilizam  
recursos de pesquisa fonética.

Esses critérios só tem efeito para PARTES ou  
ADVOGADOS

- Está disponível a pesquisa fonética por nome de **PARTES** e **ADVOGADOS**.

Consultar

Limpar Campos

☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos em ordem cronológica  
decrecente

☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos Baixados/Arquivados

Avalie os se  
do STJ:

Informações  
processuais

- ☐ Muito sat  
☐ Satisfeito  
☐ Insatisfei  
☐ Muito ins

Votar

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

Consulta Processual - JFCE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 30.06.10

Página 1 de 1



☒ Consulta Processual - Justiça Comum

Preencha um dos campos e clique em pesquisar, ou clique em avançado para mais opções

Seção			
Processo		Documento	
Nome da Parte	Radio Fm Serrote Ltda		<input type="checkbox"/> Nome Exat
Advogado			
Número Inquérito		Processo Originário	

Erro: A Pesquisa com estes Dados não encontrou nenhum Registro.

Número de Acessos desde 01/09/04: 887249

Ministério das Comunicações

Destques do Governo

**ANATEL**

PESQUISA DE DOCUMENTOS

Digite palavra-chave

Escolha aqui

CONHEÇA A ANATEL | BIBLIOTECA | FALE CONOSCO | SISTEMAS | AJUDA | MAPA DO SITE | LINKS

Menu Principal ▾

SISCOM »» Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais

Dados da consulta | Consulta | Criar Arquivo Texto | Criar Arquivo Texto (ANEXO)

UF: CE

SERVIÇO: OM

Entidade	Latitude	Longitude	Freq. (KHz)	Pot. Dia	Pot. Noite	EC (mv/m)	CL	H(m)	Obs.
Localidade: Hidrolândia									
( Concorrência: 6/2000 )	04S230000	40W210000	1490	0,25	0,25	313	C	55	

Usuário: - Data: 10/11/2005 Hora: 12:07:25

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

TRF5ª Região - Consulta por Nome da Parte

**Parâmetros da Pesquisa**

Nome: Rádio Fm Serrote Ltda

Busca: Similar

Ordenação: Por Nome

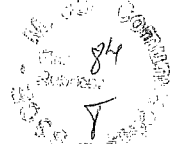
Inativos: Não

**Não foram encontrados registros**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 30.06.09

Página 1 de 1



TRF5ª Região - Consulta por Nome da Parte

**Parâmetros da Pesquisa**

Nome: Rádio Fm Serrote Ltda  
Busca: Similar  
Ordenação: Por Processo  
Inativos: Não

**Não foram encontrados registros**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.09

Página 1 de 1

85  
T

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30 06/09

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

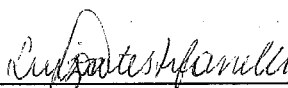
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as \_\_\_\_\_ folhas seguintes,  
em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : \_\_\_\_\_ .

Nº desta folha : \_\_\_\_\_ .

Nºs das demais folhas juntadas : \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ .

Brasília, 10 de novembro de 2005



**LUIZA FONTES**  
Chefe de Serviço



RS161.138,23 (cento e sessenta e um mil e cento e trinta e oito reais e vinte e três centavos).

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 22/2002

A Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana torna pública a abertura do Pregão n.º 022/2002-GERAD/DR/SPM, em 09/08/2002 às 09:30 horas, que visa receber propostas para a contratação do fornecimento e entrega de combustível, sendo 75.000 litros / mês de gasolina comum e 45.000 litros de óleo diesel / mês; e o empréstimo de bombas de combustível, sob COMODATO, nas quantidades e nos locais de instalação relacionados a seguir: CTO NORTE/PINA VILA MARIA - Av. Bandeirantes do Sul Nº 311 - Vila Maria - S.Paulo-SP (01 bomba/gasolina e 01 bomba/óleo diesel); CTO/CTP JAGUARE - Rua Mergenthaler Nº 563 - Vila Leopoldina - S.Paulo/SP (01 bomba/gasolina); SMP/SUMA/GEREN - Rua Mergenthaler Nº 592 - bloco II - 2º subsolo - Vila Leopoldina - S.Paulo-SP (01 bomba/óleo diesel); CTO SUL-04 - Rua Juquis Nº 96 - Moema - S.Paulo/SP (01 bomba/gasolina). Capital Social exigido para participação: a partir de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Custo do Edital: R\$ 5,00 (cinco reais). A licitação será realizada pelo Pregoeiro/DR/SPM. O local da licitação será na Rua Mergenthaler, 592 - Bloco II - 13º andar - Vila Leopoldina - São Paulo/SP. Os interessados poderão adquirir o Edital na Agência dos Correios Ci-

dade de São Paulo, sita na Rua Mergenthaler n.º 598 - Vila Leopoldina, S.Paulo/SP, no horário normal de funcionamento da agência, das 09:00 h às 17:00 h, de 2ª a 6ª feira.

LUIZ ANTONIO DA SILVA  
Pregoeiro

(Of. El. n.º 419/2002)

#### SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

##### AVISOS DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC Nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em relação ao Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 176-E, de 13-09-2001, Seção 3, págs. 171 a 187, resolve retificar o Anexo XIX - Concorrência n.º 036/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente RÁDIO ONDA SUL FM STÉREO LTDA., sendo que onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA (para a localidade de Poços de Caldas).

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC Nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em relação

ao Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 181, de 20-09-2001, Seção 3, págs. 64 a 71, resolve retificar:

No Anexo XIII - Concorrência n.º 035/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente RÁDIO E TV CENTAURO LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA (para as localidades de Curitiba, Divinópolis, Ipanema e Itabirito).

No Anexo XXII - Concorrência n.º 052/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente BEUA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA (Em todas as localidades).

No Anexo XXII - Concorrência n.º 052/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA (para as localidades de Augusto Correia, Barcarena e Medicilândia).

No Anexo XXII - Concorrência n.º 052/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente SN SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., onde se lê: INABILITADA, leia-se: HABILITADA (Em todas as localidades).

Brasília-DF, 25 de julho de 2002  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

(Of. El. n.º 108/2002)

#### RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC Nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, com base nos Editais, torna público o resultado da análise da documentação de parte das proponentes, identificadas nas concorrências constantes dos anexos.

Os autos dos processos estarão disponíveis para REQUERIMENTOS DE VISTA no período de 05 a 09 de agosto de 2002, nas respectivas Secretarias das Comissões de Assessoramento Técnico - Delegacia Supervisora do Ministério das Comunicações nos Estados relacionados no quadro abaixo, sendo o prazo de cinco dias úteis só terá início a partir do primeiro dia útil seguinte ao término dos autos, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que os requerimentos sejam protocolizados na Delegacia, no período citado.

Delegacia Supervisora	Endereço
CE	Rua Senador Virgílio Távora, 2500 - Bairro Dionísio Torres, Fortaleza/CE.
PA	Travessa Rosa Moreira, 476 - Telégrafo, Belém/PA

Brasília-DF, 25 de julho de 2002  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

#### ANEXO I

CONCORRÊNCIA Nº 005/2000-SSR/MC, Localidade de Aurora/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO FM SERROTE LTDA.	FM	53650.000319/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 005/2000-SSR/MC, Localidade de Beberibe/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
FM BEBERIBE LTDA.	FM	53650.000317/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 005/2000-SSR/MC, Localidade de Ibiapina/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
FM IBIAPINA LTDA.	FM	53650.000320/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 005/2000-SSR/MC, Localidade de Pentecoste/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO FM CAXITORE LTDA.	FM	53650.000318/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 005/2000-SSR/MC, Localidade de São Benedito/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
FM IBIAPINA LTDA.	FM	53650.000320/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 005/2000-SSR/MC, Localidade de Santana do Acaraú/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO FM SERROTE LTDA.	FM	53650.000319/02	HABILITADA

#### ANEXO II

CONCORRÊNCIA Nº 006/2000-SSR/MC, Localidade de Hidrolândia/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO FM SERROTE LTDA.	OM	53650.000321/02	HABILITADA

#### ANEXO III

CONCORRÊNCIA Nº 007/2000-SSR/MC, Localidade de Eusébio/CE.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO FM SERROTE LTDA.	OM	53650.000323/02	HABILITADA
RÁDIO FM VENEZA LTDA.	OM	53650.000322/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2000-SSR/MC, Localidade de Ubajara/CE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO FM SERROTE LTDA.	OM	53650.000323/02	HABILITADA

#### ANEXO IV

CONCORRÊNCIA Nº 051/2001-SSR/MC, Localidade de Gurupá/PA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
SBC RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	53720.000318/01	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 051/2001-SSR/MC, Localidade de Monte Alegre/PA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
SBC RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	53720.000318/01	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 051/2001-SSR/MC, Localidade de Oriximiná/PA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
SBC RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	53720.000318/01	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 051/2001-SSR/MC, Localidade de Viseu/PA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
SBC RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	53720.000318/01	HABILITADA

#### ANEXO V

CONCORRÊNCIA Nº 053/2001-SSR/MC, Localidade de Xinguara/PA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RÁDIO CARAJÁS FM DE XINGUARA LTDA.	FM	53720.000350/01	HABILITADA

87

Autorização de Fornecimento n.º 41.569/2003, assinatura em 28/10/2003; Vigência: 28/10/2003 a 28/02/2004; CASA DO CAPACETE LTDA; Objeto: Aquisição de EPI's para DR/SPI; Fundamento legal: PG 039/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 00.8.00.202.00; Valor Total R\$ 328,00; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 131,20; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 196,80.

Autorização de Fornecimento n.º 41.570/2003, assinatura em 28/10/2003; Vigência: 28/10/2003 a 28/02/2004; MASTERSEG EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA; Objeto: Aquisição de EPI's para DR/SPI; Fundamento legal: PG 039/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 00.8.00.202.00; Valor Total R\$ 1.236,90; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 494,76; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 742,14.

Autorização de Fornecimento n.º 41.571/2003, assinatura em 28/10/2003; Vigência: 28/10/2003 a 28/02/2004; MASTERSEG EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA; Objeto: Aquisição de EPI's para DR/SPI; Fundamento legal: PG 039/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 00.8.00.202.00; Valor Total R\$ 1.236,90; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 494,76; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 742,14.

Contrato n.º 41.0240/2003, assinatura em 21/10/2003; Vigência: 10/11/2003 a 10/05/2004; TRANSGRUP TRANSPORTES LTDA; Objeto: Serviço de transporte rodoviário de cargas da ECT, na LTR-SPI-0406; Fundamento legal: PG 034/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 800.03.11.0000; Valor Total R\$ 48.859,20; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 13.843,44; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 35.015,76.

Contrato n.º 41.0238/2003, assinatura em 21/10/2003; Vigência: 10/11/2003 a 10/05/2004; TRANSGRUP TRANSPORTES LTDA; Objeto: Serviço de transporte rodoviário de cargas da ECT, na LTR-SPI-0202; Fundamento legal: PG 034/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 800.03.11.0000; Valor Total R\$ 5.432,04; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 13.016,39.

Contrato n.º 41.0241/2003, assinatura em 21/10/2003; Vigência: 07/11/2003 a 07/05/2004; COOPERSEMO COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÚLTIPLOS; Objeto: Serviço de transporte rodoviário de cargas da ECT, na LTR-SPI-0313; Fundamento legal: PG 034/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 800.03.11.0000; Valor Total R\$ 19.658,28; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 6.074,24; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 14.173,26.

Contrato n.º 41.0242/2003, assinatura em 21/10/2003; Vigência: 03/11/2003 a 03/05/2004; TRANSGRUP TRANSPORTES LTDA; Objeto: Serviço de transporte rodoviário de cargas da ECT, na LTR-SPI-0120; Fundamento legal: PG 034/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 800.03.11.0000; Valor Total R\$ 16.720,70; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 5.573,56; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 11.147,14.

Contrato n.º 41.0243/2003, assinatura em 21/10/2003; Vigência: 03/11/2003 a 03/05/2004; TRANSGRUP TRANSPORTES LTDA; Objeto: Serviço de transporte rodoviário de cargas da ECT, na LTR-SPI-0406; Fundamento legal: PG 034/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 800.03.11.0000; Valor Total R\$ 37.492,00; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 12.289,06; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 25.203,00.

Contrato n.º 41.0237/2003, assinatura em 21/10/2003; Vigência: 27/10/2003 a 27/04/2004; R.P. TRANS - TRANSPORTES INTEGRADOS LTDA ME; Objeto: Serviço de transporte rodoviário de cargas da ECT, na LTR-SPI-0122; Fundamento legal: PG 034/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 800.03.11.0000; Valor Total R\$ 34.422,96; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 12.053,44; Desembolso no Exercício 2004 de R\$ 22.369,52.

Contrato n.º 41.0247/2003, assinatura em 23/10/2003; Vigência: 23/10/2003 a 07/11/2004; VRS INFORMÁTICA BAURIE LTDA - ME; Objeto: Aquisição de Microcomputadores para CTE/Campinas - DR/SPI; Fundamento legal: PG 045/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 14.1.03, Conta: 14.103.002.00; Valor Total R\$ 56.800,00; Desembolso no Exercício 2003 de R\$ 56.800,00.

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 46/2003

A Diretoria Regional de São Paulo Interior, por meio da Pregoeira designada, torna público que devido a sessão do Pregão nº 0946/2003 - DR/SPI, ocorrida em 28/10/2003, ter sido considerada deserta, será realizada nova sessão para contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, conjuntos e produtos para o reparação da frota da frota, de propriedade da ECT, localizadas nos Centros de Tráfego de Bauri, Ribeirão Preto, Campinas e São José do Rio Preto. O recebimento dos envelopes "Proposta Econômica" e "Documentos de Habilitação" ocorrerá na Sala de Licitação da ECT-DR/SPI, localizada na Praça D. Pedro II, 4-55, Sobrelaje, CEP 17015-905, Bauri, SP. Os interessados poderão retirar o Edital nesse endereço, no horário das 08h30 às 11h30 e das 14h00 às 16h30 horas. Maiores informações pelo fone (14) 3235-3659.

SONIA REGINA BORGES MARCELO  
Pregoeira

#### DIRETORIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

##### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS DE ENGENHARIA Nº 6/2003

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, torna público que foi homologada a Tomada de Preços acima citada, cujo objeto é a Contratação de Serviços de Infra-estrutura para o Banco Postal em Diversas Unidades da DR/SC, à Empresa STC Serviço de Terraplanagem e Construções Ltda, pelo valor total de R\$ 139.777,77 (cento e trinta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).

AYSER FERNANDES RÉGIS  
Pregoeiro

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 39/2003

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria Regional de Santa Catarina, através de seu Pregoeiro, avisa os interessados que realizará a licitação acima, tipo menor preço, a qual tem por objeto a Contratação de empresa para a realização de transporte de cargas postais, linha LTRSC-710 - Chapaco x Jupiá (SC), pelo período de 6 meses, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos no máximo de 60 meses. A sessão do Pregão para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas e os documentos de habilitação, será às 09h00 horas do dia 14/11/2003, na sala 802 do Edifício Oswaldo Scheer, situado à Rua Trajano, 199 - Centro - Florianópolis - SC, fones: (48) 229-4037 e fax: (48) 229-4087, onde se encontra disponível cópia completa do Edital e onde podem ser obtidas outras informações, não em horário comercial. Os interessados deverão comprovar Patrimônio Líquido líquido ou superior a R\$ 3.000,00. A abertura dos envelopes ocorrerá em ato público, na data, horário e endereço, supracitados.

AYSER FERNANDES RÉGIS  
Resp./Comiss. Permanente de Licitação

#### DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE

##### EXTRATO DE DOAÇÃO

Instrumento: Termos de Doação Processo: 000168/2003 Partes: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Diretoria Regional de Sergipe, como doadora e a Ação Comunitária do Conjunto Bugio e Associação dos Moradores do Beira Rio, representadas por seus respectivos Presidentes como donatárias Objeto: Doação de Bens Móveis conforme a seguir Lote 01: para a Ação Comunitária do Conjunto Bugio - trinta cadeiras, três bicicletas e cinco estantes Lote 02: para Associação dos Moradores do Beira Rio - duas máquinas de escrever, duas calculadoras, três mesas para microcomputador, três mesas para impressora, três mesas para máquina de escrever, três mesas para escritório, quatro bicicletas e quinze cadeiras Amparo Legal: Artigo 17, inciso II letra "a" da Lei 8.666/93

#### SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

##### RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso e seu Anexo, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas nas Concorrências nºs 006, 093 e 099/2000-SSR/MC. Os autos dos processos estarão com vista franqueada a partir do dia 03 a 07 de novembro de 2003, na Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos. A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, seguirá as regras do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 24 de outubro de 2003  
VÍTOR DE LIMA MAGALHÃES  
Presidente da Comissão

##### ANEXO I

Concorrência nº 006/2000-SSR/MC, Localidade de Hidrolândia/CE.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tec	Resultado
RÁDIO FM SERROESTE LTDA	FM	53790100331102	100,000	CLASSIFICADA

##### ANEXO II

Concorrência nº 093/2000-SSR/MC, Localidade de Tapejara/PR.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tec	Resultado
TEL FVISO GUARARA-MS LTDA	FM	53790100331102	100,000	CLASSIFICADA

##### ANEXO III

Concorrência nº 099/2000-SSR/MC, Localidade de Roca Sales/RS.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tec	Resultado
LESTF S.T. TEL FCOM-UNICACÕES LTDA	FM	53790100331102	100,000	CLASSIFICADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONCORRÊNCIA Nº 168/2001-SSR/MC  
Em 30.06.2003

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso e seu Anexo, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas na Concorrência nº 168/2001-SSR/MC.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada a partir do dia 03 a 07 de novembro de 2003, na Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos. A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, seguirá as regras do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 24 de outubro de 2003  
VÍTOR DE LIMA MAGALHÃES  
Presidente da Comissão

##### ANEXO

Concorrência nº 168/2001-SSR/MC, Localidade de Barbalha/CE.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tec	Resultado
RÁDIO E TV NOVA FRA LTDA	FM	53650100043502	100,000	CLASSIFICADA
REDE SOL DE COMUNICACÕES LTDA	FM	53650100043602	100,000	CLASSIFICADA
REDE FORTAL DE COMUNICACÕES LTDA	FM	53650100043702	100,000	CLASSIFICADA
TV MUCURIBE LTDA	FM	53650100043802	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA BEIRA FLOR DE RADIODIFUSÃO LTDA	FM	53650100043902	100,000	CLASSIFICADA
REDE FLO DE COMUNICACÕES LTDA	FM	53650100044002	100,000	CLASSIFICADA

##### RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedoras, para as localidades indicadas nos Anexos, as proponentes que obtiveram o maior Valor Ponderado nas Concorrências.

Brasília - DF, 24 de outubro de 2003  
VÍTOR DE LIMA MAGALHÃES  
Presidente da Comissão

##### ANEXO I

Concorrência nº 038/2000-SSR/MC, Localidade de Lagoa Vermelha/RS.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	PP	VP
FUNDACAO EDUCATIVA NORDESTE	FM	53790100255200	97,742	98,774
SOCIEDADE RADIO SANTA FELICIDADE LTDA	FM	53790100255300	96,428	97,643
RADIO COMPASS FM LTDA	FM	53790100255400	95,347	98,435
RADIO DIFUSAO BETEL LTDA	FM	53790100255500	91,929	99,192
FREQUENCIA BRASILEIRA DE COMUNICACOES LTDA	FM	53790100255600	85,833	98,383

Concorrência nº 038/2000-SSR/MC, Localidade de Parobé/RS.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	PP	VP
RADIO PARANAHAMA FM LTDA	FM	53790100255700	95,008	98,880
ATINA RADIODIFUSAO LTDA	FM	53790100255800	96,211	99,621
RADIO EDITORA MAGIA LTDA	FM	53790100255900	96,153	99,608
D.W. COMUNICACAO LTDA	FM	53790100256000	95,214	99,523
RADIO MAGNIFICAT LTDA	FM	53790100256100	94,599	98,401
TABCO RUIZ DA COSTA & CIA LTDA	FM	53790100256200	90,766	99,077
VIP FM LTDA	FM	53790100256300	89,965	98,960
SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO HEROS DA FE LTDA	FM	53790100256400	87,367	98,731
FREQUENCIA BRASILEIRA DE COMUNICACOES LTDA	FM	53790100256500	83,795	98,379

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/09

**CONCORRÊNCIA NÚMERO 006/2000 – SSR/MC**

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA**

**MUNICÍPIO DE HIDROLÂNDIA/CE**

**VENCEDOR**

**RÁDIO FM SERROTE LTDA.**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

90

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL

**CHECK LIST**

Em. 30/06/09

**1. Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média**

<b>Concorrência n.º: 006/2000 – SSR/MC</b>		<b>Concorrente:</b> Rádio FM Serrote Ltda.
<b>Processo n.º: 53650.000321/2002</b>	<b>Município:</b> Hidrolândia/CE	<b>VENCEDORA</b>
		Sim

**2. Lista de verificação do atendimento à legislação regulamentar**

DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA	SIM/NÃO	Fl.(s) N.º
<b>1. Prova de habilitação</b>	<b>Sim</b>	<b>87</b>
I. Ato constitutivo da empresa e suas alterações.	Sim	03/13
II. Declaração de que não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço na localidade, objeto da licitação.	Sim	14
III. Declaração de que se encontra inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e, não está suspenso seu direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações.	Sim	14
IV. Declaração de que nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto do edital de licitação, nem de outras entidades exploradoras de serviço de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67.	Sim	14
V. Declaração de que nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, da qual decorra foro especial	Sim	14
VI. Declaração de que nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/2/67.	Sim	14
VII. Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, dos sócios e dirigentes da proponente.	Sim	15 e 16
VIII. Certidões dos cartórios distribuidores cíveis e criminais e do de protesto de títulos dos locais de residência do dirigente, nos últimos cinco anos, bem assim, das localidades onde exerce ou exerceu, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou reavaliadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas.	Sim	17/22
IX. Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral do dirigente da entidade em tela.	Sim	23
X. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa.	Sim	24
XI. Certidão de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Sim	25
XII. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.	Sim	26
XIII. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual e municipal, se houver, relativo à sede da entidade.	Sim	27/29
XIV. Prova de regularidade relativa ao INSS e ao FGTS.	Sim	30 e 31



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

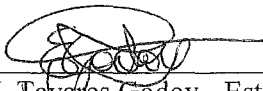
32  
32/09

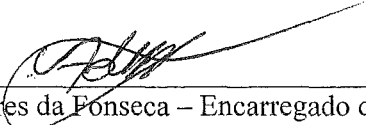
---

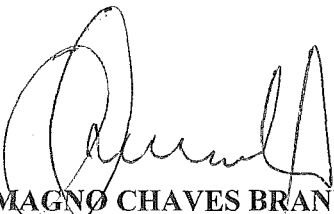
**CERTIDÃO**

**CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO**, Presidente da Comissão Especial de Licitação, do Ministério das Comunicações, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, I, alínea "d" – "atesta que foram remetidos à Consultoria Jurídica todos os volumes dos autos relativos ao procedimento licitatório e que não restaram pendentes recursos sem julgamento pela autoridade competente".

Brasília, 10 de Novembro de 2005

  
Elza J. Tavares Godoy - Estagiária

  
Adimar Soares da Fonseca – Encarregado do Arquivo

  
**CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/09



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

**NOTA/MC/CONJUR/BAL/N.º 0829 - 2.17 / 2006**

**PROPONENTE VENCEDORA: 53650.000321/2002**

**PROCESSO PRINCIPAL N.º: 53000.001179/00**

**ASSUNTO:** Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 006/2000-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos serviços de radiodifusão sonora em ondas médias para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará. Necessidade de a Comissão Especial de Licitação realizar nova diligência nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 006/2000-SSR/MC, para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.
3. Compulsando os autos, verificou-se que o sócio dirigente da empresa RÁDIO FM SERROTE LTDA., o Sr. Luis Moura da Costa, apresentou certidão positiva à fl. 22 dos autos, expedida pelo Poder Judiciário da Comarca de Fortaleza-CE.
4. A princípio, não há como se saber – mais de seis anos depois – o desfecho que tomou a ação proposta contra o sócio, vez que, apesar de a certidão indicar um processo em curso, o princípio da inocência, consagrado pelo direito brasileiro,

Em 30/06/08  
Rúbrica  
34  
COMUNICAÇÕES



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

determina que ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença (cível ou criminal).

5. Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação, a fim de que esta diligencie no sentido de obter informações acerca do objeto e do deslinde da ação de despejo apontada na certidão de fl. 22 dos autos, apresentando certidão de inteiro teor do processo a que o documento faz referência. Após o cumprimento dessa diligência, devem os autos retornar à Consultoria Jurídica, para exame e parecer.

À consideração superior.

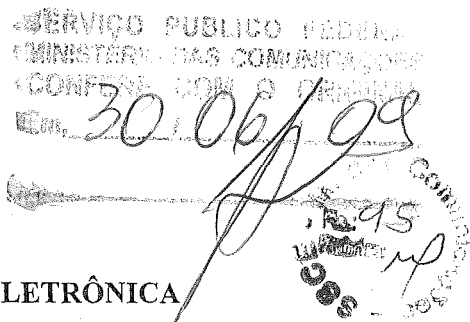
Brasília, 15 de agosto de 2006.

  
**BARTOLOMEU BASTOS ACIOLI LINS FILHO**  
Advogado da União

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação  
Em     /     /

  
**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico

Serviço Público Federal  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



## TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as \_\_\_\_\_ folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior: 94.

Nº desta folha: 95.

Nºs. das demais folhas juntadas: 96 a \_\_\_\_\_.

Brasília-DF., 12 de DEZEMBRO de 2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
Em 30/06/08

Sec. de Licitação  
96

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**  
Esplanada dos Ministérios Bloco R- Ed. Sede Sala 108  
Cep. 70044-900-Brasília -DF  
Tel.: ( 61 ) 311-6000-Fax: ( 61 ) 311-6056

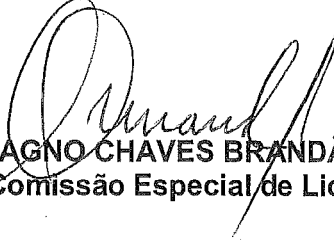
Ofício nº 64/2006-CEL/MC

Brasília, 12 de Dezembro de 2006.

Ao Sócio Gerente da Empresa:  
RÁDIO FM SERROTE LTDA.  
Avenida José Guilherme nº 566, loja 07 - Centro.  
Nova Pavuna - CE  
Cep: 61800-000

Prezado Senhor,

1. Por manifestação da Consultoria Jurídica deste Ministério, expressa nos autos do processo de nº 53650.000321/02 Concorrência nº 006/00, por meio da NOTA/MC/CONJUR/BAL/Nº-0829-2.17/2006, que segue anexa ao presente, a Comissão Especial de Licitação abre prazo para que a licitante em tela, se manifeste acerca das irregularidades apontadas.
2. Todos os documentos acima citados deverão ser apresentados em original ou cópias autênticas.
3. Fica conferido o prazo de 30( trinta ) dias, a contar do recebimento deste ofício, expedido com AR- Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, sendo que a falta de resposta poderá ser considerada como desinteresse no prosseguimento do processo.

  
**CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.08

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

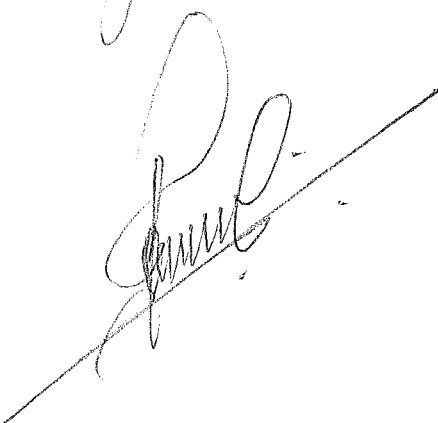
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 96.

Nº desta folha : 97.

Nºs das demais folhas juntadas : 98 a 99.

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2007



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 30/06/08  
*[Assinatura]*

Pacatuba (CE), 11 de Janeiro de 2007.

Ilmo. Sr.

**CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO**

Comissão Especial de Licitação

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Ed. Sede – sala 108

Brasília – DF

Ref.: a) Ofício nº 64/2006-CEL/MC, de 12/12/2006;  
b) Processo nº 53650.000321/2002;  
c) NOTA/MC/CONJUR/BAL/Nº 0829-2.17/2006.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53650 003739/2007 - 14

REPRODUÇÃO DO ORIGINAL APROVADA

16/01/2007 17:08

Senhor Presidente,

Relativamente ao ofício acima  
referenciado (a), segue acostado, certidão negativa de ações civis e  
criminais do Administrador dessa entidade (original), com o escopo de  
atender nota da Consultoria Jurídica deste Ministério.

Certos da habitual atenção de

VSa.,

Cordialmente,

**RÁDIO FM SERROTE LTDA**

*[Assinatura]*  
**LUIS MOURA DA COSTA**  
Administrador

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMPTABILIDADES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/09



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JUDICIAIS**

Certidão N°. 245538

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo, no Serviço de Distribuição, os registros dos feitos abaixo, verificou **nada constar**, nos últimos **DEZ** anos, no nome de : LUIS MOURA DA COSTA. CPF: 041.309.872-91  
Certifica, finalmente, que nenhuma ação executiva, ordinária cível ou estadual, cobrança, indenização, reparação de dano, execuções fiscais, feitos criminais, interdição, tutela ou curatela foi promovida durante aquele período em nome do(a)(s) requerente(s) supra.

O referido é verdade e dou fé.

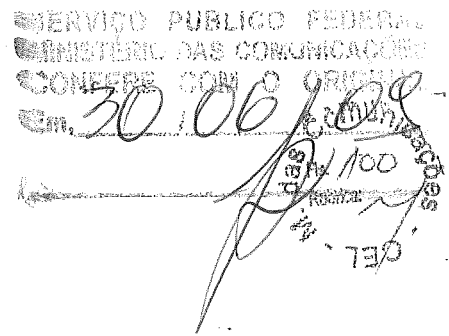
Fortaleza, 10 de janeiro de 2007

Digitador(a): Solange

Busca: Marly.  
13:47



Obs.: Esta certidão só é válida sem rasuras ou emendas, com assinaturas do(a) Diretor(a) do Departamento e com o selo de autenticidade, por um prazo de 30 (trinta) dias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 01 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 99.

Nº desta folha : 100.

Nºs das demais folhas juntadas : 101 a     .

Brasília-DF, 16 de maio de 2007

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

AO SÓCIO GERENTE DA EMPRESA:  
RÁDIO FM SERROTE LTDA.  
AVENIDA JOSÉ GUILHERME Nº 566, LOJA  
07 - CENTRO.  
NOVA PAVUNA - CE  
CEP: 61800-000  
OFÍCIO Nº 64/2006 - CEL/MC

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Paulo Jordano

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISBLE DU RÉCEPTEUR

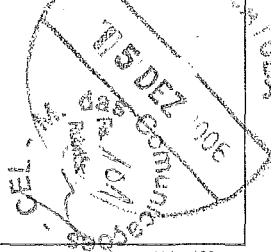
PAULO JORDANO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

2809227/94

RUBRICA E MATRÍCULA DO RECEBEDOR /  
SIGNATURE DE L'AGENTCel. Heróides Pinto Cavalcante  
OF. III / AC PACATUBA/CE  
Mat 8 176 125-2DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

15/12/06

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT _____	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT _____		

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)  
 SS 2 1 6 4 5 6 0 5 9 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
_____ : h	_____ : h	_____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Com. Eletrônica -SSCE**  
**Comissão Especial de Licitação - CEL**  
**Esplanada dos Ministérios Bl. R, S.I. Sala 108**  
**CEP 70044-900 - BRASÍLIA-DF**

UF  
 BRASIL

--	--	--	--	--	--	--	--

*10/06/09*

SERVÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONF. 30.06/09

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Fls. 103  
Rubrica: 8  
Comunicações

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

5. A licitante RÁDIO FM SERROTE LTDA não apresentou certidões cível, criminal e de protesto da localidade de Pacatuba, no Estado do Ceará, onde é sediada a empresa.
6. Logo, deve-se perquirir se a empresa RÁDIO FM SERROTE LTDA estava inativa, tendo sido criada apenas para prestar o serviço de radiodifusão, sem que, contudo tivesse obtido outorga.
7. A Comissão Especial de Licitação deve investigar se já foi conferida outorga à RÁDIO FM SERROTE LTDA. Também deve-se oficiar à concorrente para comprovar que estava inativa por ocasião do certame.
8. O Tribunal de Contas da União já se pronunciou sobre os efeitos da anulação, pugnando pela operação parcial de seus efeitos. O certame deve, pois, prosseguir normalmente, após efetivada a diligência ora requerida.
9. Atente-se ainda para possível determinação da Corte de Contas referente especificamente à proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA.
10. Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação, a fim de que Comissão Especial de Licitação investigue se já foi conferida outorga à RÁDIO FM SERROTE LTDA. Também deve-se oficiar à concorrente para comprovar que estava inativa por ocasião do certame. Observem-se as demais recomendações desta nota. Ultimadas as providências, volvam-se os autos a esta Consultoria Jurídica para que seja emitido parecer conclusivo.

À superior consideração.

Brasília, 29 de janeiro de 2009.

  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União

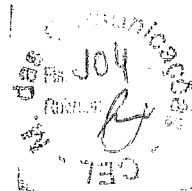
Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação.  
Em 04 / 02 / 2009.

  
MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKE  
Consultor Jurídico



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 108 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF  
Telefones: (61) 3311-6703/3311-6570 Fax: (61) 3311-6056



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
Em 30/06/2009

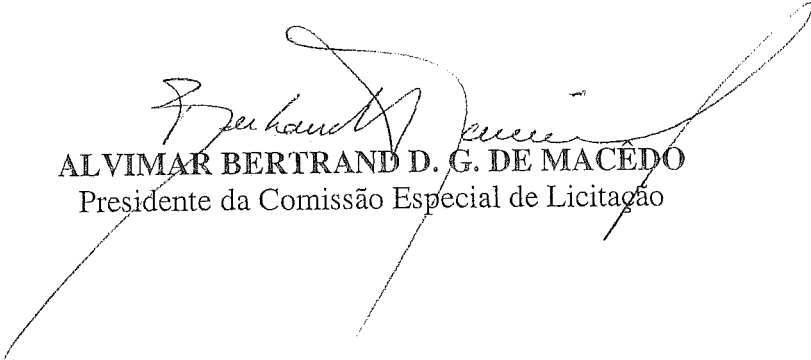
Ofício nº 07 /2009-CEL/MC

Brasília, 10 de Fevereiro de 2009.

Aos Sócios Gerentes:  
RÁDIO FM SERROTE LTDA.  
Avenida José Guilherme, nº 566, Loja 07 - Centro  
Nova Pavuna/ CE  
Cep: 61800-000

Prezados Senhores,

1. Por manifestação da Consultoria Jurídica, deste Ministério, expressa nos autos do processo de nº 53650.000321/2002, concorrência nº 006/00, por meio do PARECER/MC/CONJUR/TFC/KMM/N.º 0077/2.17/2009, que segue anexa ao presente, a Comissão Especial de Licitação abre prazo para que os sócios, da licitante em tela, se manifestem acerca das informações pleiteadas.
2. Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou cópias autênticas.
3. Fica conferido o prazo de 30( trinta ) dias, a contar do recebimento deste ofício, expedido com AR- Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, sendo que a falta de resposta poderá ser considerada como desinteresse no prosseguimento do processo

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
06/10/2009

M. das Comunicações  
Fs. 102  
Rubrica  
CEL.  
105

NOTA/MC/CONJUR/TFC/N.º 0077 /2.17 / 2009

PROCESSO: 53650.000321/2002

CONCORRÊNCIA 006/2000

**ASSUNTO:** Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 006/2000-SSR-MC ; levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão em Ondas Médias, na localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará. Necessidade da Comissão Especial de Licitação realizar diligência, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha, para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, o processo em referência, contendo a documentação e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) participante(s) do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 006/2000/SSR-MC, para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação.
3. A ata da reunião de recebimento da documentação de habilitação e das propostas, acostada às fls. 142-148 do processo 53000.001179/2000, dispõe que "no procedimento de verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do conjunto nº 1, da proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA da Concorrência 006/2000-SSR/MC, para a localidade de Hidrolândia, não atendeu ao subitem 8.3 do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado."
4. Nessa esteira, a Comissão Especial de Licitação deve esclarecer os fatos pertinentes à irregularidade acima noticiada.



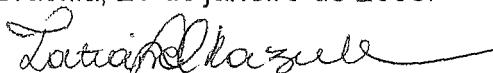
**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Serviço Jurídico Especial  
Ministério das Comunicações  
Coleção de Legislação  
Em 30/06/2009  
Fls. 103  
Rubrica: [assinatura]  
Fls. 106  
Rubrica: [assinatura]  
CEL. [assinatura]

5. A licitante RÁDIO FM SERROTE LTDA não apresentou certidões cível, criminal e de protesto da localidade de Pacatuba, no Estado do Ceará, onde é sediada a empresa.
6. Logo, deve-se perquirir se a empresa RÁDIO FM SERROTE LTDA estava inativa, tendo sido criada apenas para prestar o serviço de radiodifusão, sem que, contudo tivesse obtido outorga.
7. A Comissão Especial de Licitação deve investigar se já foi conferida outorga à RÁDIO FM SERROTE LTDA. Também deve-se oficiar à concorrente para comprovar que estava inativa por ocasião do certame.
8. O Tribunal de Contas da União já se pronunciou sobre os efeitos da anulação, pugnando pela operação parcial de seus efeitos. O certame deve, pois, prosseguir normalmente, após efetivada a diligência ora requerida.
9. Atente-se ainda para possível determinação da Corte de Contas referente especificamente à proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA.
10. Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação, a fim de que Comissão Especial de Licitação investigue se já foi conferida outorga à RÁDIO FM SERROTE LTDA. Também deve-se oficiar à concorrente para comprovar que estava inativa por ocasião do certame. Observem-se as demais recomendações desta nota. Ultimadas as providências, volvam-se os autos a esta Consultoria Jurídica para que seja emitido parecer conclusivo.

À superior consideração.

Brasília, 29 de janeiro de 2009.

  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação.  
Em 04 / 02 / 2009.

  
MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKE  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30/06/09

Nesta data, anexo aos autos do processo de  
nº 53650.000324/02 a documentação  
a seguir constituída de 05 folhas,  
que assim numerarei: 104 a 108

Data: 02 / 03 / 2009

Nome: Reginaldo

Assinatura: [assinatura]

AR

<b>DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE</b>		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
ENT	AO SÓCIO GERENTE DA EMPRESA RÁDIO FM SERROTE LTDA	
CEP	AV. JOSÉ GUILHERME, Nº. 566, LOJA 07 - CENTRO NOVA PAVUNA - CE	
DEC	CEP: 61800-000 OFÍCIO Nº 007/2009 – CEL/MC	
PAÍS / PAYS		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI		30 06/08
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE		
<input type="checkbox"/> EMS		
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ		
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
VEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
das Comunicações  
AVIS CN07

AR

( SE 74786327 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT:

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

h	h	h	h
---	---	---	---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO**  
**RETOUR**

END

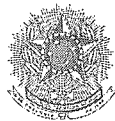
CIDA

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BL. R, SALA**  
**104/106**  
**CEP : 70044 – 900 – BRASÍLIA - DF**

UF

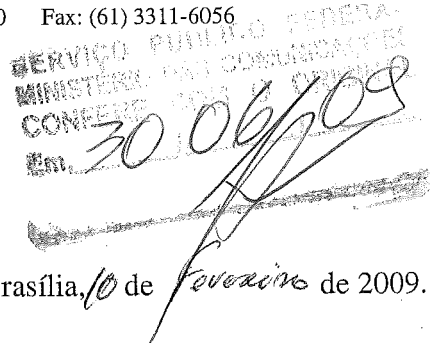
BRASIL

SERVICIO PUBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DAS COM. EXTER.  
CONFERE COM. A. BRASILEIRO  
30 04 09



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 108 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF  
Telefones: (61) 3311-6703/3311-6570 Fax: (61) 3311-6056



Ofício nº *07* /2009-CEL/MC

Brasília, *10* de *Fevereiro* de 2009.

Aos Sócios Gerentes:  
RÁDIO FM SERROTE LTDA.  
Avenida José Guilherme, nº 566, Loja 07 - Centro  
Nova Pavuna/ CE  
Cep: 61800-000

Prezados Senhores,

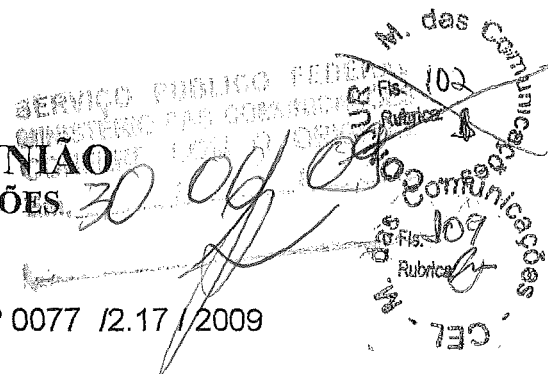
1. Por manifestação da Consultoria Jurídica, deste Ministério, expressa nos autos do processo de nº 53650.000321/2002, concorrência nº 006/00, por meio do PARECER/MC/CONJUR/TFC/KMM/N.º 0077/2.17/2009, que segue anexa ao presente, a Comissão Especial de Licitação abre prazo para que os sócios, da licitante em tela, se manifestem acerca das informações pleiteadas.
2. Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou cópias autênticas.
3. Fica conferido o prazo de 30( trinta ) dias, a contar do recebimento deste ofício, expedido com AR- Postal, para instrução do pedido com a documentação exigida, sendo que a falta de resposta poderá ser considerada como desinteresse no prosseguimento do processo

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

NOTA/MC/CONJUR/TFC/N.º 0077 /2.17 / 2009



PROCESSO: 53650.000321/2002

CONCORRÊNCIA 006/2000

ASSUNTO: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 006/2000-SSR-MC , levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão em Ondas Médias, na localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará. Necessidade da Comissão Especial de Licitação realizar diligência, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha, para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, o processo em referência, contendo a documentação e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) participante(s) do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 006/2000/SSR-MC, para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação.
3. A ata da reunião de recebimento da documentação de habilitação e das propostas, acostada às fls. 142-148 do processo 53000.001179/2000, dispõe que "*no procedimento de verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do conjunto nº 1, da proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA da Concorrência 006/2000-SSR/MC, para a localidade de Hidrolândia, não atendeu ao subitem 8.3 do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado.*"
4. Nessa esteira, a Comissão Especial de Licitação deve esclarecer os fatos pertinentes à irregularidade acima noticiada.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O DE  
30.06.2009  
CEL

5. A licitante RÁDIO FM SERROTE LTDA não apresentou certidões cível, criminal e de protesto da localidade de Pacatuba, no Estado do Ceará, onde é sediada a empresa.
6. Logo, deve-se perquirir se a empresa RÁDIO FM SERROTE LTDA estava inativa, tendo sido criada apenas para prestar o serviço de radiodifusão, sem que, contudo tivesse obtido outorga.
7. A Comissão Especial de Licitação deve investigar se já foi conferida outorga à RÁDIO FM SERROTE LTDA. Também deve-se oficiar à concorrente para comprovar que estava inativa por ocasião do certame.
8. O Tribunal de Contas da União já se pronunciou sobre os efeitos da anulação, pugnando pela operação parcial de seus efeitos. O certame deve, pois, prosseguir normalmente, após efetivada a diligência ora requerida.
9. Atente-se ainda para possível determinação da Corte de Contas referente especificamente à proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA.
10. Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação, a fim de que Comissão Especial de Licitação investigue se já foi conferida outorga à RÁDIO FM SERROTE LTDA. Também deve-se oficiar à concorrente para comprovar que estava inativa por ocasião do certame. Observem-se as demais recomendações desta nota. Ultimadas as providências, volvam-se os autos a esta Consultoria Jurídica para que seja emitido parecer conclusivo.

À superior consideração.

Brasília, 29 de janeiro de 2009.

  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação.  
Em 04 / 02 / 2009.

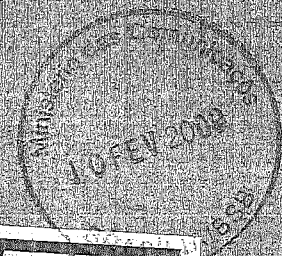
  
MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKE  
Consultor Jurídico




PARA REMETENTE

AR

AO SÓCIO GERENTE DA EMPRESA RÁDIO FM  
SERROTE LTDA  
AV. JOSÉ GUILHERME, Nº. 566, LOJA 07 - CENTRO  
NOVA PAVUNA - CE  
CEP: 61800-000  
OFÍCIO Nº 007/2009 - CEL/MC



75410297-8


  
CORREIOS

FC0928/08

AR ☐

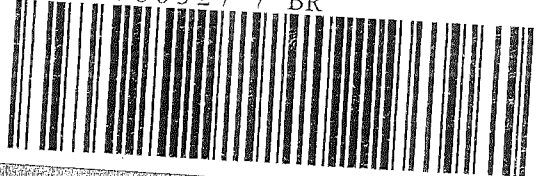
MP ☐

PESO (kg)



MANDOU, CHEGOU.

SE 74786327 7 BR



com  
11  
11  
11

SERVIÇO  
MINISTÉRIO DAS  
CONSTITUIÇÕES

70 06/09

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53850-000321/08 a documentação  
a seguir constituída de 05 folhas,  
que assim numerei: 112 a 116

Data: 11.03.2009

Nome: Rogério de S.

Assinatura: 

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

ESPLANADA  
104/106  
CEP : 70044 - 900 - BRASÍLIA - DF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
30/06/2009

HORÁRIO DE ATENDIMENTO  
de 8 h às 12h e de 14 às 18 horas

REQUERIMENTO DE VISTA

Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação-CEL

O(A) senhor(a) JOSE TIBURCIO LIMA DE LIMA  
portador (a) do documento de identidade nº 412.149 expedido  
pelo (a) SSP-CE do  
Estado de CEARA, vem solicitar vista do (s) processo (s)  
referente (s) ao Edital da Concorrência nº 06/2000 /MC, para o Serviço de  
Radiodifusão, conforme indicados a seguir:

PROCESSO PRINCIPAL DA CONCORRÊNCIA	( ) SIM ( ) NAO
---------------------------------------	-----------------

NOME(S) DO(S) PROPONENTE (S) OU Nº DO(S) PROCESSO(S) ESPECÍFICO(S)

1.	<u>53650000321/2000</u>
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	

DADOS DA PESSOA FÍSICA:

ENDEREÇO DO REQUERENTE:	<u>MONS. SALAZAR - 184</u>
TELEFONE (S)	<u>3257 4517 (85)</u>
FAX (S)	<u>(85) 3257 4517</u>

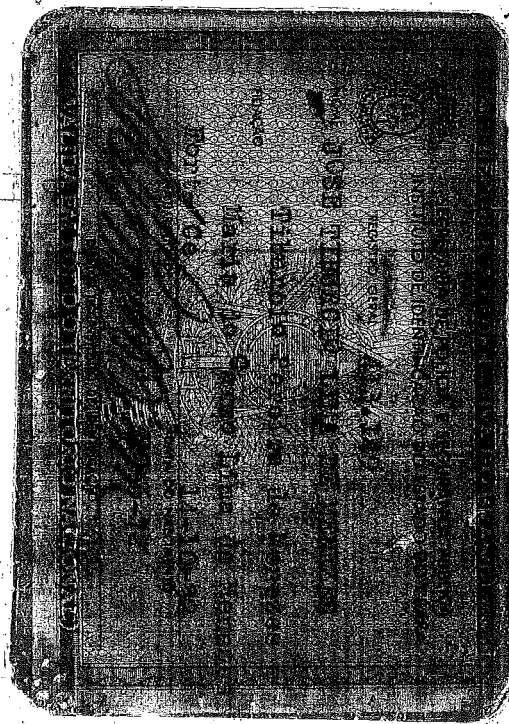
DADOS DA PESSOA JURÍDICA:

ENDEREÇO DA ENTIDADE REPRESENTADA:	
ENDEREÇO:	<u>MONS. SALAZAR - 184</u>
TELEFONE (S)	<u>3257 4517 (85)</u>
FAX (S)	<u>(85) 3257 4517</u>

Brasília-DF, 11/03/2009

[Assinatura]  
Assinatura

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.09  
Fls. 113  
Rubrica  
CEL. 730  
Comunicações





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
-CEL- 30.06/2

Comunicado  
114  
Rubrica: [Signature]  
CEL

**HORÁRIO DE ATENDIMENTO**  
**DE 8 H ÀS 12 H E DE 14 H ÀS 18 H**

Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação/CEL.

O(A) senhor(a) JOSE TIBURCIO LIMA DE NEVES,  
portador (a) do documento de identidade nº 413.149 expedido pelo(a)  
SSP do Estado do CEARÁ, vem  
solicitar cópias reprográficas do (s) processo (s) referente (s) ao Edital da  
Concorrência nº 06/2000 /MC, para o Serviço de Radiodifusão, conforme  
indicados a seguir:

PROCESSO PRINCIPAL DA CONCORRÊNCIA, NOME OU Nº DO PROCESSO DA PROPONENTE	PÁGINAS		TOTAL DE CÓPIAS (C = B-A+1)
	INÍCIO (A)	FIM (B)	
1. 53650 000321/2000	101	111	10
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
TOTAL GERAL DE CÓPIAS			10

Considerando o valor unitário de ressarcimento de R\$ 0,20 por cópia e o total geral de cópias, pelas quais foi efetuado o depósito no valor de R\$ \_\_\_\_\_), conforme Comprovante de Depósito Bancário, em anexo.


Favorecido	Banco	Nº da Agência	Nº da Conta Corrente	Depósito Identificado (Código-dv)
CGAD/MC	Banco do Brasil	4201-3	170500-8	4100.030.000.168888-6
Brasília-DF.,	11 103	12009		

RECIBO DA COMISSÃO	O material solicitado foi recebido em	Nome do recebedor:
		Assinatura do recebedor:
	<u>11/03</u> /2009	Documento de identidade: nº <u>413.149</u>
		Órgão Expedido/UF: <u>SSP - CE</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS FAZENDAS  
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL  
30 06/09

Comunicações  
Fis. 115  
Rubrica: 04  
CEL.

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

 <p><b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	536500003212002
	Competência	06/2000
	Vencimento	11/03/2009
Nome do Contribuinte / Recolhedor <b>JOSÉ TIBURCIO LIMA DE MENEZES</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	034.225.503-72
Nome da Unidade Favorecida <b>COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	410003 / 00001
<p>Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.</p> <p><b>SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE</b></p>	(=) Valor do Principal	2,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
<p><b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN644E44B8F482593AA6369AAFF6BAC762]</p>	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	2,00

89950000000-0 02000001010-8 95523161882-9 20491814338-7



SERVICO PUBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DA ECONOMIA  
COMPROVANTE COM COD. BARRA  
Em 30.06.09



11/03/2009 - BANCO DO BRASIL - 13:12:24  
287313148 0171

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

=====  
Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO  
Codigo de Barras 89950000000-0 02000001010-8  
95523161882-9 20491814338-7  
Data do pagamento 11/03/2009  
NRO de Referencia 536500003212002  
Competencia MM/AAAA 06/2000  
Data de Vencimento 11/03/2009  
CPF 34.225.503-72  
Valor Principal 2.00  
Valor Total 2.00  
=====  
NR.AUTENTICACAO 6.5B8.A48.497.E5B.DB5

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
30 06/09

Nesta data, anexe aos autos do processo de  
nº 53650.000321/02 a documentação  
a seguir constituída de 02 folhas,  
que assim numerei: 112  
Data: 23 / 03 / 2009  
Nome: Reginaldo de Saes  
Assinatura: [assinatura]

CONCORRÊNCIA : 006/2000-SSR-MC

PROCESSO PILOTO : 53000.001179/2000

PROCESSOS ESPECÍFICOS : 53650.000.321/2002

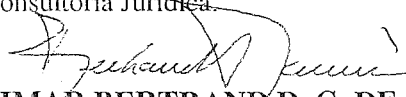
**DESPACHO MC/CEL/PRESI/N.º 009 /2009**

Tendo em vista a NOTAMC/CONJUR/TFC/N.0077-2.17/2009 informa-se que a ata da reunião de recebimento da documentação de habilitação de fls. 142/148, foi retificada pela ata de fls. 178/180, aonde foram recebidos os invólucros recusados. Destaca-se que o Edital 006/2000 – fl. 31 – em seu item 5.3.4 reza que a licitante RADIO FM SERROTE LTDA deve apresentar certidão negativa de pedido de falência ou concordata expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, o que foi devidamente apresentada no processo específico fl.25. Quanto as certidões cíveis, criminais e de protesto referem-se ao item 5.2.5 do edital – fl.30 – aonde o sócio dirigente deve apresentar tais certidões dos locais de sua residência, bem como das localidades onde exerce ou exerceram atividades, tem-se a esclarecer que consta dos autos que a empresa foi criada em 23.03.00 com finalidade exclusiva de execução dos serviços de radiodifusão sonora – fls. 03/13 – sendo o patrimônio líquido igual ao capital integralizado no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) fl. 24, sendo apresentada a documentação para recebimento dos envelopes em 05 de junho de 2000, ou seja mais ou menos dois meses após a sua criação, portanto, encontrava-se inativa por ocasião do certame. Relativo a quantidade de outorgas temos a seguinte informação: )

PROPONENTE	CONCORRÊNCIA	LOCALIDADE/UF	SERVIÇO	HOMOLOGAÇÕES (DOU)	DECRETO LEGISLATIVO (DOU)
Rádio FM Serrote Ltda.	021/01	Castelo do Piauí/PI	FM	06/12/2002	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	053/00	Antonina do Norte/CE e Catarina/CE	FM	06/12/2002	30/10/2006
	054/00	Ipueiras/CE, Jaguaruana/CE e Irauçuba/CE	FM	06/12/2002	29/07/2005 (Ipueiras), 30/10/2006( Jaguaruana) e 30/10/2006 (Irauçuba)
	006/00	Hidrolândia/CE	OMR	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX
	007/00	Ubajara/CE	OMR	07/06/2004	29/06/2006
	056/00	Coreaú/CE	OMR	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX
	022/01	Milagres do Ceará/CE	OMR	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXX

Informação coletada nos sistemas da Comissão Especial de Licitação

Diante o exposto remetam-se os autos para a Douta Consultoria Jurídica

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
 Presidente da Comissão Especial de Licitação

Brasília (DF), 23 de março de 2009

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
 CEL - 006/2000-SSR-MC  
 009/2009  
 23/03/2009  
 Cel. de Comunicação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM AT 109  
Em 30/06/09

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53650.000321/02 a documentação  
a seguir constituída de 12 folhas,  
que assim numerei: 118 a 129

Data: 03 / 04 / 2009

Nome: Rogério de Sá

Assinatura: [Assinatura]

Fortaleza (CE), 27 de Março de 2009.

Ilmo. Sr.

**ALVIMAR BERTRAND D.G. DE MACEDO**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ministério das Comunicações – Bloco "R"

Brasília – DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
CEL 730  
30.06/09  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 013764/2009-78  
SEPRO/DILOG/COLOG/CCRL/SPO  
02/04/2009-11:21

Ref.: a) Ofício nº 07/2009-CEL-MC,m de 10/02/2009;

b) Processo nº 53650.000321/2002

**Anexo: Ata da Reunião, realizada no dia 05/06/2000.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício acima referenciado, informamos a Vsa., que esta sociedade foi devidamente arquivada na MM. Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o nº 23200852689, em sessão de 30 de Março de 2000, com o escopo precípuo de participar das licitações originárias desse Ministério.

A sociedade tem como finalidade única a execução dos serviços de radiodifusão em Frequência Modulada (FM) e Onda Média (OM), conforme insculpido na cláusula primeira do Contrato Social de Constituição.

Através da Portaria Ministerial nº 141, de 04 de Junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União, edição do dia 06 subsequente, outorgou permissão a esta proponente, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará. O contrato de Adesão da permissão, foi lavrado no dia 23 de Março de 2006, extrato publicado no dia 27 subsequente. Esta foi a primeira outorga deferida. Concorrência nº 54/2000 – Processo nº 53.650.000666/2000.

Diante do exposto acima, infere-se, que, quando da reunião para abertura dos invólucros contendo a documentação e recebimento das propostas do Edital nº 06/2000, visando a outorga de concessão, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média (OM), na cidade de Hidrolândia

1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE  
Em 30/06/00

das Comunicações  
Fls. 119  
Rubrica  
CEL.

(CE), realizada no dia 05 de Junho de 2000, esta entidade não era detentora de nenhuma outorga. Portanto, Inativa.

Certo da habitual compreensão de Vsa.,

Cordialmente,

**RÁDIO FM SERROTE LTDA**

  
**LUIZ MOURA DA COSTA**  
Administrador

**ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE  
HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DAS  
CONCORRÊNCIAS N.ºS. 005, 006 E 007/2000-SSR/MC  
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA  
MODULADA E ONDAS MÉDIAS**

Aos 5 (cinco) dias do mês de junho de 2000, às 9h (nove horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Ceará, situada na Avenida Senador Virgílio Távora, 2.500 – Dionísio Torres, em Fortaleza/CE, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação n.º 1 alínea "f", de 02 de março de 1998, publicada no DOU do dia 05 subsequente, e alterada pela de n.º 2, de 1.º de junho de 2000 (in DOU do dia 05 subsequente, Seção 2, p.7), com a participação de FÁBIO MARIA SANTIAGO DE CARVALHO no exercício da presidência, devido ao gozo de férias da presidente nomeada, e de seus membros GRACY MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA e CILMA FERREIRA DA SILVA, esta última em conformidade com o art. 2.º da Portaria do Presidente da CEL de 02 de março de 1998, publicada no DOU de 05 subsequente, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços, bem como abertura e rubrica da Documentação de Habilitação dos interessados nestas licitações, que objetivam a outorga de permissão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC), nas localidades de Aurora, Beberibe, Cariús, Crato, Ibiapina, Pentecoste, Quixeramobim, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi e Ubajara, deste Estado, e a outorga de concessão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (Concorrências n.ºs. 006 e 007/2000-SSR/MC), nas localidades de Hidrolândia, Eusébio e Ubajara, no Estado do Ceará, indicadas no Anexo I dos Editais citados, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 dos Editais (Abertura dos Invólucros e Avaliação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: (1) assinatura da Lista de Presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, bem como da Lista de Presença do Público, que serão anexadas à presente Ata; (2) recolhimento dos Protocolos de comparecimento às licitações; (3) entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico pelos representantes das seguintes Proponentes: 1) Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC, a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., representada pelo Sócio, o Sr. José Odmir dos Anjos, Carteira de Identidade n.º 196721-81 SSP/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES representada pelo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE REGULAÇÃO

Comunicações  
Rubrica  
730

Procurador, o Sr. Flávio Costa e Silva, Carteira de Identidade Nº 172.940- SSP/PI; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. representada pelo (Sócio, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; d) ECO FM LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; e) RÁDIO FM VENEZA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade nº 97.002.597.147 – SSP/CE; f) FM BEBERIBE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; g) RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; h) RÁDIO FM CANUDOS LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; i) FM CARIUS LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; j) RÁDIO VENTO NORTE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; k) TRIBOS FM LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Cristiano Lima de Menezes, Carteira de Identidade nº 90002160094 SSP/CE; l) LICÂNIA FM LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luiz Narcélio Silva dos Anjos, Carteira de Identidade nº 167543-81 SSP/CE; m) RÁDIO AQUARELA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fabiano de Cristo Teixeira Pinho, Carteira de Identidade nº 279.047 SSP/CE; n) SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ representada pelo Procurador, o Sr. Fabiano de Cristo Teixeira Pinho, Carteira de Identidade nº 279.047 SSP/CE; o) TV MUCURIPE LTDA. representada pelos Procuradores, o Sr. Fernando Eugênio Medeiros Marinho, Carteira de Identidade nº 803.055 SSP/CE e a Sra. Yoshimi Yada da Silva; Carteira de Identidade nº W 674454-8 SE-DPMAF; p) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Eveline Pessoa de Araújo, Carteira de Identidade nº 01238102 CRC/CE; q) RADIOFÔNICA. COM MARKETING LTDA. representada pelos Procuradores, a Sra. Naélya Barbosa da Silva, Carteira de Identidade nº 1981262-90 SSP/CE e o Sr. José Hamilton Cavalcante Medeiros, Carteira de Identidade nº 309421 SSP/CE; r) AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fausto Rangel Contijo, Carteira de Identidade nº 13510 OAB/CE; s) FH LINHARES E CIA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fausto Rangel Contijo, Carteira de Identidade nº 13510 OAB/CE; t) CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Fausto Rangel Contijo, Carteira de Identidade nº 13510 OAB/CE; u) RÁDIO FM OBJETIVA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Eliomar Santos Costa, Carteira de Identidade nº 95002676687 SSP/CE; v) FM IBIAPINA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Eliomar Santos Costa, Carteira de Identidade nº 95002676687 SSP/CE; x) RÁDIO FM CAXITORE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Eliomar Santos Costa, Carteira de Identidade nº

95002676687 SSP/CE; y) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Moema Correia São Thiago, Carteira de Identidade n.º 226631 SSP/CE; z) RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA. representada pelo Sócio Sérgio Eduardo Holanda Machado, Carteira de Identidade n.º 948581-85 SSP/CE; e w) WEB COMUNICAÇÕES LTDA. representada pela Procuradora, a Sra. Heldenita Maria Carvalho de Farias Montenegro, Carteira de Identidade n.º 93002193230-SSP/CE; II) Concorrência n.º 006/2000-SSR/MC a) RÁDIO FM SERROTE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade n.º 97.002.597.147 - SSP/CE; e b) RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Francisco das Chagas Martins Timbó, Carteira de Identidade n.º 94003020310 SSP/CE; o representante da GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA., a Sra. Moema Correia São Thiago assinou por engano a lista de presença desse Edital; III) Concorrência n.º 007/2000-SSR/MC a) RÁDIO SÃO JOSÉ SE UBAJARA LTDA., representada pelo Sócio, o Sr. José Odmir dos Anjos, Carteira de Identidade n.º 196721-81 SSP/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Flávio Costa e Silva, Carteira de Identidade N.º 172.940-SSP/PI; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade n.º 97.002.597.147 - SSP/CE; d) RÁDIO FM VENEZA LTDA. representada pelo Procurador, o Sr. Luís Moura da Costa, Carteira de Identidade n.º 97.002.597.147 - SSP/CE; e) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Moema Correia São Thiago, Carteira de Identidade n.º 226631 SSP/CE; e f) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. representada pela Sócia, a Sra. Eveline Pessoa de Araújo, Carteira de Identidade n.º 01238102 CRC/CE. A representante da WEB COMUNICAÇÕES LTDA. a Sra. Heldenita Maria Carvalho de Farias Montenegro assinou por engano a lista de presença desse Edital. (4) As Propostas Técnicas e de Preços pela Outorga da Concorrência n.º 005/2000-SSR/MC foram apresentadas pelas Proponentes, a seguir ordenadas: a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., para as localidades de: Ibiapina e Ubajara/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES para as localidades de: Beberibe, Crato, Pentecoste, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi/CE; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. para as localidades de: Aurora e Santana do Acaraú/CE; d) ECO FM LTDA. para as localidades de: Ibiapina e São Benedito/CE; e) RÁDIO FM VENEZA LTDA. para a localidade de Ubajara/CE; f) FM BEBERIBE LTDA. para a localidade de: Beberibe /CE; g) RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA. para as localidades de: Pentecoste e Trairi/CE; h) RÁDIO FM CANUDOS LTDA. para a localidade de Quixeramobim/CE; i) RÁDIO FM CARIUS LTDA. para a localidade de Cariús/CE; j) RÁDIO VENTO NORTE LTDA. para a localidade de Trairi/CE; k) TRIBOS FM LTDA. para a localidade de Crato/CE; l) LICÂNIA FM LTDA. para a localidade de Santana do Acaraú/CE; m) RÁDIO AQUARELA

LTDA. para as localidades de: Aurora, Beberibe, Cariús, Crato, Ibiapina, Pentecoste, Quixeramobim, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi, Ubajara/CE; n) SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ para as localidades de: Aurora, Beberibe, Cariús, Crato, Ibiapina, Pentecoste, Quixeramobim, Santana do Acaraú, São Benedito, Trairi, Ubajara/CE; o) TV MUCURIPE LTDA. para as localidades de: Crato e Quixeramobim/CE; p) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. para as localidades de: Aurora, Beberibe, Cariús, Pentecoste, Quixeramobim, São Benedito, Trairi, Ubajara/CE; q) RADIOFÔNICA. COM MARKETING LTDA. para as localidades de: Aurora e Ibiapina/CE; r) AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. para a localidade de Aurora/CE; s) FH LINHARES E CIA LTDA. para a localidade de Ibiapina/CE; t) CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. para a localidade Beberibe/CE; u) RÁDIO FM OBJETIVA LTDA. para a localidade de Crato/CE; v) FM IBIAPINA LTDA. para as localidades de: Ibiapina e São Benedito/CE; x) RÁDIO FM CAXITORE LTDA. para a localidade de Pentecoste/CE; y) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. para as localidades de: Beberibe, Crato, Trairi e Ubajara/CE; z) RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA. para a localidade de Quixeramobim/CE w) WEB COMUNICAÇÕES LTDA. para as localidades de: Crato e Quixeramobim/CE; Da Concorrência n° 006/2000-SSR/MC para a localidade de Hidrolândia/CE, foram apresentadas pelas Proponentes a) RÁDIO FM SERROTE LTDA. e b) RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA.; E da Concorrência n° 007/2000-SSR/MC foram apresentadas pelas Proponentes, a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., para a localidade de Ubajara/CE; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para a localidade de Eusébio/CE ; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. para as localidades de Eusébio e Ubajara/CE; d) RÁDIO FM VENEZA LTDA. para a localidade de Eusébio/CE e) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. para a localidade de Eusébio/CE; f) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. para a localidade de Ubajara/CE. (5) Para os representantes das proponentes presentes da Concorrência n° 005/2000-SSR/MC, concordaram, por unanimidade, nomear a Comissão formada pelos senhores Fausto Rangel Gontijo representante da FM LINHARES E CIA LTDA./CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PUBLICIDADE LTDA./AURORA COMUNICAÇÕES LTDA., Eliomar Santos Costa, FM IBIAPINA LTDA./RÁDIO FM OBJETIVA LTDA./RÁDIO FM CAXITORE LTDA., Francisco das Chagas Martins Timbó, RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA. e Heldenita Maria Carvalho De Farias Montenegro, WEB COMUNICAÇÕES LTDA. Nas Concorrências n°s 006 e 007/2000-SSR/MC, todos os proponentes presentes rubricaram os invólucros e a documentação. (6) No procedimento de verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do Conjunto n° 1, do proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA. da Concorrência 006/2000-SSR/MC, para a localidade de Hidrolândia, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado

juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos nºs 2 e 3, LACRE Nº J572781, tendo o seu representante solicitado Termo de Inclusão, solicitando retificar a irregularidade, sendo negado pela Comissão, ausentando-se às 11h00 (onze horas) da sessão. (7) Continuando com o procedimento de verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do Conjunto nº 1, do proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA. da Concorrência 007/2000-SSR/MC, para as localidades de Eusébio e Ubajara/CE, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos nºs 2 e 3, LACRE Nº E350535, assim como da RÁDIO FM VENEZA LTDA., o invólucro do Conjunto nº 1, da Concorrência 007/2000-SSR/MC, para as localidades de Eusébio/CE, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado lacrado juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos nºs 2 e 3, LACRE Nº V916192. Com relação ao subitem 8.3 dos respectivos Editais, esta Comissão faz constar em ata que afixou nas paredes internas e externas do auditório da DMC/CE, lembretes advertindo sobre a necessidade de rubricar os invólucros antes da sua apresentação, porém os dois casos citados anteriormente não apresentaram rubrica em nenhuma das partes dos invólucros dos conjuntos nº 1, dessas licitantes, cujos lembretes encontram-se em anexo a presente ata e devidamente rubricadas pelos proponentes; (8) Na verificação dos invólucros constatou-se que os invólucros do Conjunto nº 1, dos proponentes: a) RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA. para a localidade de Pentecoste/CE, b) RÁDIO FM SERROTE LTDA, para as localidades de Aurora e Santana do Acaraú e, c) FM IBIAPINA LTDA. para as localidades de Ibiapina e São Bendito/CE, da Concorrência 005/2000-SSR/MC, respectivamente, não atenderam ao subitem 8.3, do Edital, sendo os mesmos recusados e lacrados juntamente com os correspondentes invólucros dos Conjuntos nºs 2 e 3, LACRE Nº D249428, onde na ocasião o representante da proponente FM IBIAPINA LTDA. solicitou Termo de Inclusão em Ata, alegando que os invólucros de sua empresa teriam sido recusados por falta de rubrica nos mesmos, não aceitos pela Comissão, mencionando o ocorrido com o invólucro do Conjunto nº1 da RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA., mencionado em seguida. (9) Na verificação dos invólucros constatou-se que o invólucro do Conjunto nº 2, do proponente FM BEBERIBE LTDA. da Concorrência 005/2000-SSR/MC, para a localidade de Beberibe/CE, não atendeu ao subitem 8.3, do Edital, sendo o mesmo recusado e lacrado juntamente com os respectivos invólucros dos Conjuntos nºs 1 e 3, LACRE Nº F350537. Com relação ao invólucro do Conjunto nº 1, da Proponente RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA., embora estivesse devidamente rubricado, verificou-se que uma das extremidades do mesmo estava parcialmente descolada, sendo comunicado o fato aos demais proponentes desta concorrência e que o mesmo ocorreu devido a pilhagem e manipulação durante os procedimentos, razão pela qual foi aceito pela Comissão e pelos proponentes desta Concorrência presentes. (10) Rubrica, por concorrência, dos invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, por todos os membros da Comissão de

Assessoramento Técnico, pelos representantes das Concorrências 006 e 007/2000-SSR/MC e pela Comissão dos representantes legais das licitantes da Concorrência nº 005/2000-SSR/MC. (11) as Propostas Técnicas e de Preços pela Outorga foram acondicionadas, distintamente, por concorrência e por tipo de proposta, em sacos plásticos, conforme lacres indicados a seguir: a) Concorrência nº 005/2000-SSR/MC, Proposta Técnica com lacre nº G461648, Proposta de Preço pela Outorga com lacre nº Z027204, b) Concorrência 006/2000-SSR/MC, Proposta Técnica com lacre nº X027206, Proposta de Preço pela Outorga com lacre nº N683860, e c) Concorrência nº 007/2000-SSR/MC, Proposta Técnica para a localidade de Eusébio/CE, com lacre nº Y027204, Proposta de Preço pela Outorga para a localidade de Eusébio/CE, com lacre nº R794986, Proposta Técnica para a localidade de Ubajara/CE, com lacre nº K572759, Proposta de Preço pela Outorga para a localidade de Ubajara/CE, com lacre nº R794973, e encaminhadas à sala de guarda desta Delegacia. (12) Rubrica por concorrência, dos invólucros da Documentação de Habilitação, por todos os membros da Comissão de Assessoramento Técnico, pelos representantes das Concorrências 006 e 007/2000-SSR/MC e pela Comissão dos representantes legais das licitantes da Concorrência nº 005/2000-SSR/MC. (13) Em seguida, a Senhora Presidente da Comissão anunciou o início da abertura dos invólucros da Documentação de Habilitação, as quais foram rubricadas pelos membros desta Comissão, pelos representantes das Concorrências 006 e 007/2000-SSR/MC e pela Comissão dos representantes legais das licitantes da Concorrência nº 005/2000-SSR/MC. (14) A Documentação de Habilitação foi assim recebida: I) Da Concorrência nº 005/2000-SSR/MC: a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., 26 folhas; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. 35 folhas; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. recusado e lacrado (item 8.3) d) ECO FM LTDA. 31 folhas; e) RÁDIO FM VENEZA LTDA. 29 folhas; f) FM BEBERIBE LTDA. recusado e lacrado item 8.3; g) RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA. 30 folhas; h) RÁDIO FM CANUDOS LTDA. 30 folhas; i) FM CARIUS LTDA. 32 folhas; j) RÁDIO VENTO NORTE LTDA. 31 folhas; k) TRIBOS FM LTDA. 36 folhas; l) LICÂNIA FM LTDA. 30 folhas; m) RÁDIO AQUARELA LTDA. 34 folhas; n) SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ 33 folhas; o) TV MUCURIPE LTDA. 87 folhas; p) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. 42 folhas; q) RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA. 36 folhas; r) AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. 39 folhas; s) FH LINHARES E CIA LTDA. 35 folhas; t) CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. 26 folhas; u) RÁDIO FM OBJETIVA LTDA. 36 folhas; v) FM IBIAPINA LTDA. recusado e lacrado item 8.3; x) RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); y) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. 34 folhas; z) RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA. 28 folhas; w) WEB COMUNICAÇÕES LTDA. 41 folhas; II) Da Concorrência nº 006/2000-SSR/MC: a) RÁDIO FM SERROTE LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); e RÁDIO FM PRINCESA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERTE COM ORIGINAL  
Em 30/06/00  
Rubrica: 116  
CEL. 730

DE HIDROLÂNDIA LTDA., 26 folhas; III) E da Concorrência nº 007/2000-SSR/MC: a) RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA., 26 folhas; b) REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. 35 folhas; c) RÁDIO FM SERROTE LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); d) RÁDIO FM VENEZA LTDA. recusado e lacrado (item 8.3); e) GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA. 32 folhas; f) RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA. 31 folhas; (15) O representante legal da proponente TV MUCURIPE LTDA, Sr Fernando Eugênio Medeiros Marinho ausentou-se às 12h40m (doze horas e quarenta minutos), sendo substituído pela Procuradora a Sra. Yoshimi Yada da Silva, sendo que o primeiro retornou a Sessão às 16h40m (dezesseis hora e quarenta minutos), o representante legal da RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA, Sr. José Hamilton Cavalcante Medeiros ausentou-se às 12h40m (doze horas e quarenta minutos) permanecendo a outra representante Sra. NAELYA BARBOSA DA SILVA (17) A Presidente da Comissão comunicou aos interessados que vistas aos processos ocorrerão a partir do segundo dia útil ao desta sessão, conforme agendamento na Secretaria da Comissão, conforme previsto no item 13.6.2 do Edital. E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta reunião às 18h30m (dezoito horas e trinta minutos), em 5 de junho de 2000, tendo sido lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pelos representantes legais das licitantes ou por seus procuradores legalmente constituídos.

**COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO CEARÁ:**

*Fabíola Maria Santiago de Carvalho*  
**FABÍOLA MARIA SANTIAGO DE CARVALHO**  
**PRESIDENTE**

*Gracy Maria Andrade de Oliveira*  
**GRACY MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA**  
**MEMBRO**

*Cilma Ferreira da Silva*  
**CILMA FERREIRA DA SILVA**  
**MEMBRO**

**PROPONENTES:**

*Jozi Odair dos Anjos*  
**RÁDIO SÃO JOSÉ DE UBAJARA LTDA**

  
REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.

RÁDIO FM SERROTE LTDA

ECO FM LTDA.

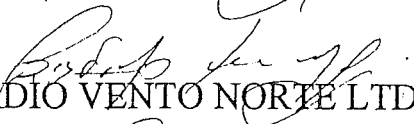
RÁDIO FM VENEZA LTDA.

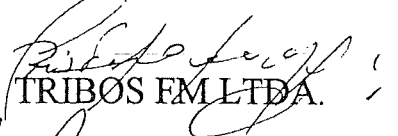
  
FM BEBERIBE LTDA

  
RÁDIO FM LIVRAMENTO LTDA.

  
RÁDIO FM CANUDOS LTDA.

  
FM CARIUS LTDA.

  
RÁDIO VENTO NORTE LTDA.

  
TRIBOS FM LTDA.

  
LICANIA FM LTDA.

  
RÁDIO AQUARELA LTDA.

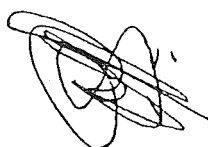
  
SISTEMA DE RÁDIO JORNAL CULTURA DO CEARÁ

  
TV MUCURIBE LTDA.

  
RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.

Comunicações  
Fls. 127  
Rubrica: 4

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 30.06.02











*Maílya Barbosa da Silva*

RADIOFÔNICA. COM MARKETING LTDA.

*Gon*  
AURORA COMUNICAÇÕES LTDA.

*Gon*  
FH LINHARES E CIA LTDA.

*Gon*  
CONCÓRDIA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.

*Fant*  
RÁDIO FM OBJETIVA LTDA.

*Fant*  
FM IBIAPINA LTDA.

*Fant*  
RÁDIO FM CAXITORE LTDA.

*Fant*  
GUERREIROS DO SOL COMUNICAÇÕES LTDA.

*Fant*  
RÁDIO CANUDOS DE QUIXERAMOBIM LTDA.

*Rp. Helena Maria Corvello de Barros Montenegro*  
WEB COMUNICAÇÕES LTDA.

*Fant*  
RÁDIO FM PRINCESA DE HIDROLÂNDIA LTDA.

RÁDIO FM VENEZA LTDA.

*eneline Pessoa de Araujo*  
RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.

das Comunicações  
Rubrica  
128  
139

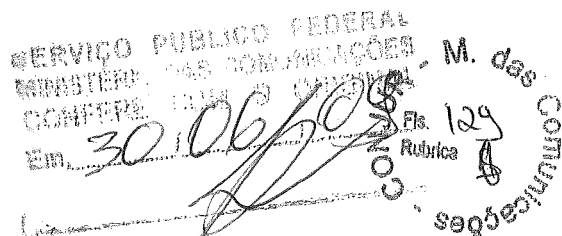
SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DE  
COMUNICAÇÃO  
30 06 2000

X

Cilva



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



**PARECER/AGU/CONJUR-MC/DLL/Nº 0827- 2.17 / 2009**

**PROPONENTE VENCEDORA: 53650.000321/2002**

**CONCORRÊNCIA 006/2000**

**EMENTA:** Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 006/2000-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias na localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará. Pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à empresa RÁDIO FM SERROTE LTDA.

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 006/2000- SSR/MC, para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.
3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalvamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "*in verbis*":

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta,



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

SERVIÇO JURÍDICO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
Em 30/06/09

CONJUR - M. das Comunicações  
Fls. 130  
Rubrica

devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito."  
(FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481)

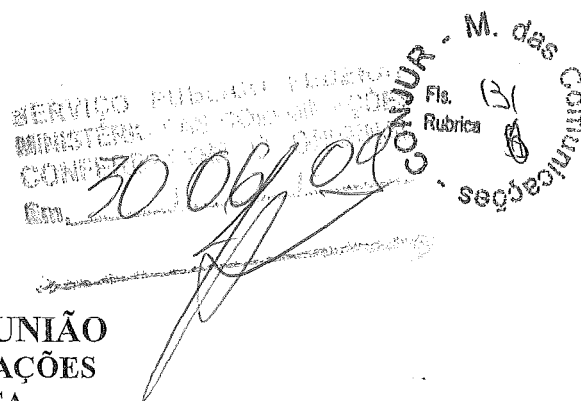
5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

6. Para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará, foi declarada vencedora a licitante RÁDIO FM SERROTE LTDA.

7. Oportuno salientar que a Ata de Reunião de Recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, às fls. 142/148, está datada de 5



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



de junho de 2000 e que a empresa RÁDIO FM SERROTE LTDA, junto com as demais empresas concorrentes, entregaram documentos com data do mês de julho, inviabilidade essa que nos levou a consultar a Lista de Presença de reunião assinada pelos proponentes, verificando-se que a mesma está datada de 05 de julho de 2000, caracterizando-se assim um erro material.

8. O erro material em questão consubstanciou-se na divergência entre o que foi escrito e aquilo que se queria ter escrito, sendo suscetível de retificação por ofício em qualquer instância, assim como entende a jurisprudência a seguir:

"1) O erro material é suscetível de retificação até de ofício, em qualquer instância.

2) Por erro material se entende o equívoco manifesto, facilmente perceptível, em que se vê, sem necessidade de novo exame da prova, o contraste do pensamento e da vontade do órgão julgador com sua expressão gráfica." (destaque nosso)

(2º TAC SP – Quarta Câmara – Agravo de Instrumento nº 600.874-0/- vu – j. 05/10/99 – Rel. Juiz Rodrigues da Silva).

9. Além disso, nessa mesma reunião, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço, constatou-se que a proponente RÁDIO FM SERROTE LTDA, não atendeu ao subitem 8.3 do Edital às fls. 27/62, sendo o mesmo recusado e lacrado juntamente com outros invólucros que apresentaram o mesmo desacordo.

10. Com isso solicitou-se, por meio da NOTA/CONJUR/TFC/Nº 007/2.17/2009, esclarecimento do fato a Comissão de Licitação, que em resposta enviou o DESPACHO MC/CEL/PRES/Nº 009/2009, informando que a Ata de Reunião de Recebimento da Documentação de Habilitação de fls. 142/148, foi retificada pela Ata de fls. 178/180, onde foram recebidos os invólucros recusados.

11. Ademais, a licitante RÁDIO FM SERROTE LTDA não apresentou certidões cível e criminal e de protesto da localidade de Pacatuba, no Estado do Ceará, onde é sediada a empresa, caso esse esclarecido pelo DESPACHO supramencionado enviado pela Comissão de Licitação, que informa constar nos autos às fls. 03/13, que a empresa foi criada em 23 de março de 2000, sendo apresentada a documentação para recebimento dos envelopes em 05 de julho de 2000, ou seja, mais ou menos dois meses após a sua criação, encontrando-se inativa por ocasião do certame. O objeto da sociedade era exclusivamente a exploração de serviços de radiodifusão sonora, o que depende de prévia autorização do Poder Concedente, e como demonstra o Despacho não houve



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONJUR - M. das Comunicações  
Fls. 132  
Rubrica: [assinatura]  
Em 30/06/09

nenhuma outorga para exercício desse serviço durante o ano de 2000.

12. Logo, se o subitem 5.2, do edital, somente exige tais certidões para o local onde a empresa tenha exercido atividade econômica, e esta se encontrava inativa, dispensam-se tais documentos.

13. Contudo, analisando a Concorrência nº 006/200-SSR/MC para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação de RÁDIO FM SERROTE LTDA.

14. Dessa forma, opinamos pelo encaminhamento dos processos ao Gabinete do Sr. Ministro, com proposta favorável à homologação do certame e à adjudicação da outorga dos serviços de radiodifusão sonora em Ondas Médias à empresa RÁDIO FM SERROTE LTDA, vencedora para a localidade de Hidrolândia, no Estado do Ceará, desde que retifique-se a Ata de Reunião às fls. 142/148, observando o disposto nos itens 7 e 8 desse parecer.

À superior consideração.

Brasília, 25 de maio de 2009.

*Daiane Lopes Lima*  
**DAIANE LOPES LIMA**

Estagiária de Direito

*Tatiane Flores Cavalcante Razuk*  
**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**  
Advogada da União

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Senhor Ministro.

Em 16/06/2009.

*Marcelo Bechara de S. Hobaike*  
**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO DAS CÂMPUS  
30 06 09

Nesta data, anexei aos autos do processo de nº 50650100032/09 a documentação a seguir constituída de 02 folhas, que estão numeradas: 133 a 134

Data: 24 / 06 / 2009

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: [Assinatura]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Conf. 133  
Em 30.06.09

DESPACHO DO MINISTRO

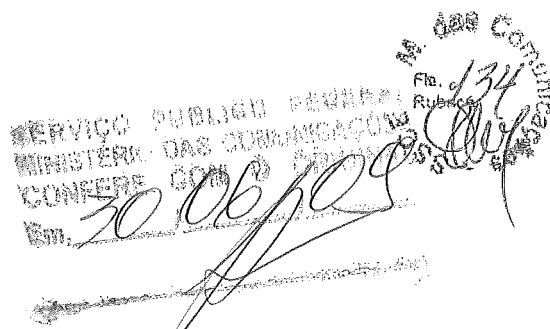
Em 27 de junho de 2009.

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/DLL/Nº0827-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**HÉLIO COSTA**  
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
006/2000	CE	HIDROLÂNDIA	OM	RÁDIO FM SERROTE LTDA	53650.000321/02



9.10. A rescisão unilateral do contrato, prevista no subitem 9.1, desta Norma, será aplicada pela ECT, conforme dispuser o respectivo contrato, no caso do cometimento pela contratada de falta considerada grave, assim definida no instrumento contratual, e poderá ser cumulada com a pena de multa, de acordo com a vantagem auferida ou a condição econômica do infrator.

9.11. A ECT deverá estabelecer e fazer constar no respectivo contrato as penalidades progressivas para as infrações cometidas pela unidade terceirizada.

#### 10. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

10.1. As infrações previstas nesta Norma serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observadas as disposições constantes do contrato formalizado com o terceirizado.

10.2. O processo administrativo de apuração de infração será iniciado na Diretoria Regional da ECT em cujo âmbito de competência tenha ocorrido a infração.

10.2.1. Quando a penalidade proposta for a rescisão unilateral do contrato de terceirização, o processo poderá ser encaminhado, em grau de recurso, para decisão conclusiva pela Administração Central.

10.3. A autoridade competente que tomar conhecimento, por qualquer meio, da ocorrência de infração às disposições desta Norma, é obrigada a promover a sua imediata apuração, por meio de regular processo administrativo, sob pena de responsabilidade.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

11.1. Para fins desta Norma, considera-se:

11.1.1. Cliente do segmento comercial: a pessoa jurídica que utiliza os produtos e os serviços da ECT, mediante contrato com a Empresa, e que realiza negócios com o valor anual equivalente a até 3.400.000 (três milhões e quatrocentos mil) vezes o valor do Primeiro Porte de Carta Comercial.

11.1.2. Cliente do segmento estratégico: a pessoa jurídica que realize negócios com a ECT, de acordo com os seguintes parâmetros:

1 - em montante anual superior a 3.400.000 (três milhões e quatrocentos mil) vezes o Primeiro Porte da Carta Comercial; ou  
2 - quando embora não possua volume de negócios que atinja o limite de valor estipulado no inciso I, deste subitem, a ECT assim o classifique em razão de relacionamento institucional.

11.1.3. Cliente do segmento de varejo: a pessoa física ou jurídica não classificada como cliente do segmento comercial ou estratégico.

11.2. A implantação de unidade de atendimento terceirizada, em qualquer ponto do território nacional, não impedirá a livre atuação da ECT, por meio de seus recursos próprios, para o atendimento, a captação de contratos e a manutenção do relacionamento comercial com seus clientes, inclusive com a finalidade de suprir eventuais carências, lacunas ou falhas de atendimento por parte de unidades terceirizadas.

11.3. O Ministério das Comunicações definirá, quando necessário, a configuração das unidades estabelecidas no item 3 desta Norma, definindo critérios para a captação, gestão e o atendimento a demandas de clientes nos respectivos segmentos de mercado, consultada a ECT.

11.4. Para emissão das respectivas normas, a ECT apresentará relatório sintético, tecnicamente fundamentado, sobre os estudos de viabilidade técnica e econômica para implantação de unidade terceirizada, com informações sobre área abrangida, custo estimado de prestação dos serviços, remuneração dos serviços prestados, bem como sobre eventuais fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias.

11.5. A ECT definirá os elementos de comunicação visual e o layout das Unidades de Atendimento, bem como a padronização dos equipamentos, dos utensílios e dos mobiliários para a prestação do serviço de correios, bem como sua forma de atuação.

11.6. A ECT deverá definir os requisitos, os critérios, a estrutura e as instalações exigidas, os prazos e as demais condições para a operação de unidades de atendimento, conforme o previsto nesta Norma.

11.6.1. Qualquer alteração das condições, informações, dados técnicos e contratuais inicialmente apresentados e aprovados deverá ser comunicada, preliminarmente, pela ECT ao Ministério das Comunicações, por meio de correspondência protocolada, contendo a descrição das alterações propostas, acompanhadas das respectivas fundamentações técnica e jurídica.

11.6.2. A implementação das alterações previstas no subitem anterior fica condicionada à aprovação do Ministério das Comunicações.

11.7. A atual Rede de Atendimento da ECT, observadas as disposições regulamentares pertinentes, será gradualmente alterada para a configuração aprovada pela presente Norma, até 10 de novembro de 2010, não sendo permitida a instalação de novas Unidades, que não se enquadrem nas características definidas nesta Norma.

#### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 22 de junho de 2009

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/DLL/Nº 0827-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

#### ANEXO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
006/2009	CE	HIDROLÂNDIA	OM	RÁDIO FM SEBROTE LTDA	53650.008321/02

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/TFC/Nº 0918-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto às vencedoras, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

#### ANEXO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
017/2001	BA	ABARÉ	FM	FM SERTANEJA DE ABARÉ LTDA	53640.000398/01
017/2001	BA	SEABRA	FM	RÁDIO SEABRA FM LTDA	53640.000395/01
017/2001	BA	URUCUCA	FM	FM INDUSTRIAL LTDA	53640.000391/01
017/2001	BA	XIQUE-XIQUE	FM	FM INDUSTRIAL LTDA	53640.000391/01
017/2001	BA	SERRA DO RAMALHO	FM	RÁDIO CIDADE SANTA LUZ LTDA	53640.000399/01

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0946 - 2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a adjudicação proposta, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

#### ANEXO

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
037/2006	RS	HERVAL	FM	H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA.	53790.000215/00

#### AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

##### DESPACHO DO PRESIDENTE Em 29 de abril de 2009

Nº 2.969/2009-CD - Processo Nº 53520.003015/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Interposto pela SMEPR COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF Nº 02.686.942/0001-09, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Caçador, no Estado de Santa Catarina, contra decisões proferidas por meio dos Atos nºs 69.065 e 69.066, ambos de 10 de dezembro de 2007, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO - em epígrafe, decidida, em sua Reunião Nº 517, realizada em 2 de abril de 2009, não conhecer do Recurso por ser intempestivo, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 152/2009-GCPA, de 26 de março de 2009.

RONALDO MOTA SARDENBERG

#### SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

##### ATO Nº 3.318, DE 22 DE JUNHO DE 2009

Autorizar WILLIAM CURVELO LUBE, CPF Nº 011.974.177-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 24/06/2009 a 29/06/2009.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

#### GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

##### DESPACHOS DO GERENTE-GERAL Em 2 de março de 2009

Processo Nº 53508.018506/2008

Adoto o Informe Nº 78/2009-ER02AF/ER02 para, diante de sua fundamentação legal, conhecer do recurso interposto por LAUDIR OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO, representante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVA ALIANÇA e,

no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se desta forma a pena de MULTA aplicada, em consonância com o disposto no artigo 82, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Anatel.

Em 19 de maio de 2009

Processo Nº 53508.013178/2008

Adoto o Informe Nº 259/2009-ER02AF/ER02 para, diante de sua fundamentação legal, conhecer do recurso interposto por GLOINHO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se desta forma a pena de MULTA aplicada, em consonância com o disposto no artigo 82, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Anatel.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA



9.10. A rescisão unilateral do contrato, prevista no subitem 9.1. desta Norma, será aplicada pela ECT, conforme dispuser o respectivo contrato, no caso do cometimento pela contratada de falta considerada grave, assim definida no instrumento contratual, e poderá ser cumulada com a pena de multa, de acordo com a vantagem auferida ou a condição econômica do infrator.

9.11. A ECT deverá estabelecer e fazer constar no respectivo contrato as penalidades progressivas para as infrações cometidas pela unidade terceirizada.

#### 10. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

10.1. As infrações previstas nesta Norma serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observadas as disposições constantes do contrato formalizado com o terceirizado.

10.2. O processo administrativo de apuração de infração será iniciado no Diretoria Regional da ECT em cujo âmbito de competência tenha ocorrido a infração.

10.2.1. Quando a penalidade proposta for a rescisão unilateral do contrato de terceirização, o processo poderá ser encaminhado, em grau de recurso, para decisão conclusiva pela Administração Central.

10.3. A autoridade competente que tomar conhecimento, por qualquer meio, da ocorrência de infração às disposições desta Norma, é obrigada a promover a sua imediata apuração, por meio de regular processo administrativo, sob pena de responsabilidade.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

11.1. Para fins desta Norma, consideram-se:

11.1.1. Cliente do segmento comercial: a pessoa jurídica que utiliza os produtos e os serviços da ECT, mediante contrato com a Empresa, e que realiza negócios com o valor anual equivalente a até 3.400.000 (três milhões e quatrocentos mil) vezes o valor do Primeiro Porte de Carta Comercial;

11.1.2. Cliente do segmento estratégico: a pessoa jurídica que realize negócios com a ECT, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - em montante anual superior a 3.400.000 (três milhões e quatrocentos mil) vezes o Primeiro Porte da Carta Comercial; ou

II - que embora não possua volume de negócios que atinja o limite de valor estipulado no inciso I, deste subitem, a ECT assim o classifique em razão de relacionamento institucional.

11.1.3. Cliente do segmento de varejo: a pessoa física ou jurídica não classificada como cliente do segmento comercial ou estratégico.

11.2. A implantação de unidade de atendimento terceirizada, em qualquer ponto do território nacional, não impedirá a livre atuação da ECT, por meio de seus recursos próprios, para o atendimento, a captação de contratos e a manutenção do relacionamento comercial com seus clientes, inclusive com a finalidade de suprir eventuais carências, lacunas ou falhas de atendimento por parte de unidades terceirizadas.

11.3. O Ministério das Comunicações definirá, quando necessário, a configuração das unidades estabelecidas no item 3 desta Norma, definindo critérios para a captação, gestão e o atendimento a demandas de clientes nos respectivos segmentos de mercado, consultada a ECT.

11.4. Para emissão das respectivas normas, a ECT apresentará relatório sintético, tecnicamente fundamentado, sobre os estudos de viabilidade técnica e econômica para implantação de unidade terceirizada, com informações sobre área abrangida, custo estimado de prestação dos serviços, remuneração dos serviços prestados, bem como sobre eventuais fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias.

11.5. A ECT definirá os elementos de comunicação visual e o layout das Unidades de Atendimento, bem como a padronização dos equipamentos, dos utensílios e dos mobiliários para a prestação do serviço de correios, bem como sua forma de atuação.

11.6. A ECT deverá definir os requisitos, os critérios, a estrutura e as instalações exigidas, os prazos e as demais condições para a operação de unidades de atendimento, conforme o previsto nesta Norma.

11.6.1. Qualquer alteração das condições, informações, dados técnicos e contratuais inicialmente apresentados e aprovados deverá ser comunicada, preliminarmente, pela ECT ao Ministério das Comunicações, por meio de correspondência protocolada, contendo a descrição das alterações propostas, acompanhadas das respectivas fundamentações técnica e jurídica.

11.6.2. A implementação das alterações previstas no subitem anterior fica condicionada à aprovação do Ministério das Comunicações.

11.7. A atual Rede de Atendimento da ECT, observadas as disposições regulamentares pertinentes, será gradualmente alterada para a configuração aprovada pela presente Norma, até 10 de novembro de 2010, não sendo permitida a instalação de novas Unidades, que não se enquadrem nas características definidas nesta Norma.

#### DESPACHOS DO MINISTRO Em 22 de junho de 2009

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/DLL/Nº 0827-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

#### ANEXO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
006/2009	CE	HIROLÂNIA	OM	RÁDIO FM SERROTE LTDA	53650.000321/02

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/TPC/Nº 0918-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto às vencedoras, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

#### ANEXO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
017/2001	BA	ABARÉ	FM	FM SERTANEJA DE ABARÉ LTDA	53640.000398/01
017/2001	BA	SEABRA	FM	RÁDIO SEABRA FM LTDA	53640.000395/01
017/2001	BA	URUCUQUE	FM	FM INDUSTRIAL LTDA	53640.000391/01
017/2001	BA	XIQUE-XIQUE	FM	FM INDUSTRIAL LTDA	53640.000391/01
017/2001	BA	SERRA DO RAMALHO	FM	RÁDIO CIDADE SANTA LUZ LTDA	53640.000399/01

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0946 - 2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a adjudicação proposta, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

#### ANEXO

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
037/2000	RS	HERVAL	FM	H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA.	53790.000215/00

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/ICB/Nº 0418-2.17/2005, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do ato de habilitação de FM SÃO BENTO DE AMONTADA LTDA, na Concorrência Nº 056/2000-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, já tendo sido assegurado aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei Nº 8.666/93.

#### ANEXO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
056/2000	CE	MILHÃ	OM	FM SÃO BENTO DE AMONTADA LTDA	53650.000697/2000

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/TPC/Nº 0804-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

#### ANEXO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
056/2000	CE	PARAMOTI	OM	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	53650.000700/00

Acolho o PARECER/AGU/CONJUR-MC/VLO/Nº 0826 - 2.17 / 2009, PARECER/MC/CONJUR/MC/Nº 1058 - 2.17/2005, e PARECER/MC/CONJUR/TPC/Nº 1848 - 2.21/2006, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO DEFINITIVA do procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação, na Concorrência Nº 005/2002-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, já tendo sido assegurado aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei Nº 8.666/93.

HÉLIO COSTA

#### ANEXO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
005/2002	ES	COLATINA	FM	PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA.	53770.0009.530/2002

#### AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

##### DESPACHO DO PRESIDENTE Em 29 de abril de 2009

Nº 2.969/2009-CD - Processo Nº 53520.003015/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso interposto pela SMIER COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF Nº 02.686.942/0001-09, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Cagador, no Estado de Santa Catarina, contra decisões proferidas por meio dos Atos nºs 69.065 e 69.066, ambos de 10 de dezembro de 2007, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO - em epígrafe, decidiu, em sua Reunião Nº 517, realizada em 2 de abril de 2009, não conhecer do Recurso por ser intempestivo, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 152/2009-GCPA, de 26 de março de 2009.

RONALDO MOTA SARDENBERG

#### SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

##### ATO Nº 3.318, DE 22 DE JUNHO DE 2009

Autorizar WILLIAM CURVELO LUBE, CPF Nº 011.974.177-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 24/06/2009 a 29/06/2009.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

#### GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

##### DESPACHOS DO GERENTE-GERAL Em 2 de março de 2009

Processo Nº 53508.018506/2008

Adoto o Informe Nº 78/2009-ER02AF/ER02 para, diante de sua fundamentação legal, conhecer do recurso interposto por LAUDÉCIO OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO, representante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVA ALIANÇA e,

no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se desta forma a pena de MULTA aplicada, em consonância com o disposto no artigo 82, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Anatel.

Em 19 de maio de 2009

Processo Nº 53508.013178/2008

Adoto o Informe Nº 259/2009-ER02AF/ER02 para, diante de sua fundamentação legal, conhecer do recurso interposto por GLOIN-FO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se desta forma a pena de MULTA aplicada, em consonância com o disposto no artigo 82, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Anatel.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 63680.000321/2002 a documentação  
a seguir constituída de 01 folhas,  
que assim numerei: 135 - 133

Data: 01/07/09

Nome: Emerson

Assinatura: [assinatura]



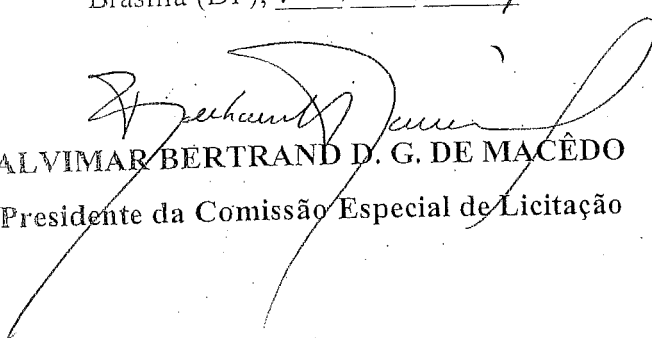
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CERTIDÃO

Processo n.º 000324/2002

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, em face da publicação de fls. 139, certifica que até a presente data não chegou à sua Secretaria qualquer manifestação da concorrente interessada.

Brasília (DF), 12 / 07 / 2009.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



**ADVOCACIA – GERAL DA UNIÃO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA**



**PARECER/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1381 - 2.29 / 2009**

**PROCESSO Nº: 53640.000399/2001**

**EMENTA:** Outorga de permissão. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada. Observância da legislação de regência. Regularidade do procedimento licitatório. Homologação e adjudicação publicadas no D.O.U. O processo está apto a ser encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações para expedição de ato de outorga, nos termos do artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

**I – DO RELATÓRIO**

1. Veio a exame desta Consultoria Jurídica, encaminhado pela Comissão Especial de Licitação, cópia dos autos da Concorrência n.º 017/2001 – SSR/MC, referente à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para o município de Serra do Ramalho, Estado da Bahia, para exame da legalidade de seus atos, prosseguindo-se, posteriormente, com o envio dos autos para a outorga da permissão pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

2. Esta Consultoria Jurídica, por ocasião da homologação, já se manifestou, nos termos do PARECER/AGU/CONJUR-MC/TFC/N.º 0918 – 2.17/2009, no sentido de que a Comissão Especial de Licitação observou as regras legais e editalícias, bem como atendeu ao rito procedimental da licitação, opinando, deste modo, favoravelmente à homologação do certame e adjudicação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada à **RÁDIO CIDADE SANTA LUZ FM LTDA.**, vencedora da licitação para o município em epígrafe.

3. À vista disso, o Sr. Ministro das Comunicações procedeu à homologação e adjudicação do objeto da licitação, consoante indicado, decisão esta que foi publicada no D.O.U. do dia 23 de junho de 2009 (Seção I, pág. 62).



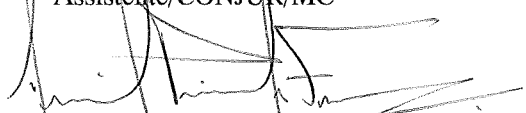
**ADVOCACIA – GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

137  
W


4. A homologação e adjudicação são os atos que põem fim ao procedimento licitatório, aquela reconhecendo a validade e a conveniência dos atos praticados no curso do certame, e esta atribuindo ao vencedor o objeto da licitação.
5. Sendo assim, ultimada esta fase final, e atestada a eficácia dos atos praticados na licitação, sugere-se o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos próprios – Portaria e Exposição de Motivos – à consideração do Senhor Ministro das Comunicações, a quem cabe emitir o ato de outorga, conforme dispõe o artigo 32 do Regulamento do Serviços de Radiodifusão.
6. Posteriormente, atendendo ao dispositivo constitucional do artigo 223, § 3º, o ato de outorga consubstanciado na Portaria, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação, quando passará a produzir seus efeitos legais.
7. É o parecer, que ora submeto à apreciação superior.

Brasília, 29 de julho de 2009.

  
**JULIANA DOS SANTOS NORONHA**  
Assistente/CONJUR/MC

  
**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**  
Advogado da União  
Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

De Acordo. À consideração do Senhor Consultor Jurídico.

  
**MARIA DA GLÓRIA TUXI F. DOS SANTOS**  
Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Aprovo. Encaminhe-se o presente processo acompanhado do respectivo ato ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para as providências de sua alçada.  
Em 19/08 /2009.

  
**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico

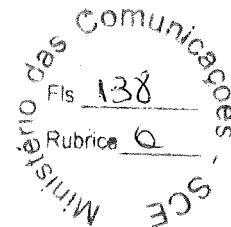
PARECER/AGU/CONJUR-MC/JSN/N.º 1386 - 2.29 / 2009

Aprovo.

BSB, 23 / 07 / 2010.

  
Edio Henrique de A. José e Almeida  
Consultor Jurídico

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	24 / 08 / 09
Página:	89
Seção:	2
ANOTADO POR:	Rex



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 597 , DE 18 DE AGOSTO DE 2009.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000321/2002, Concorrência nº 006/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1ª Outorgar permissão à RÁDIO FM SERROTE LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Hidrolândia, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2ª Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3ª O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HÉLIO COSTA



PORTARIA Nº 590, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização a entidade abaixo relacionada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária. O ato de outorga somente produzirá efeito legal após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº do Processo	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
590	00014891/05	Associação Comunitária Cultural, Educacional e Desportiva "Hidrolândia Ltda. Brindão Co-Br"	Pelotas/RS

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 593, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000171/2002, Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, resolve:

Outorga permissão à Rádio Regional Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 595, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000322/2001, Concorrência nº 051/2001-SSR/MC, resolve:

Outorga permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 596, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000322/2001, Concorrência nº 051/2001-SSR/MC, resolve:

Outorga permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Moju, Estado do Pará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 597, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000321/2002, Concorrência nº 006/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Hidrolândia, Estado do Ceará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 598, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000391/2001, Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à FM Industrial Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Unieueu, Estado da Bahia. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 599, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000130/1998, Concorrência nº 141/1997-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Rádio Canjás da Amazônia Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Paraupachás, Estado do Pará. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 600, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000399/2001, Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Cidade Santa Luz FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Serra do Ramalho, Estado da Bahia. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 601, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000391/2001, Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à FM Industrial Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Niquetique, Estado da Bahia. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 602, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000759/1997, Concorrência nº 080/1997-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Portal do Sul FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 603, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000215/2000, Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Il Sul Rádio Difusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iteval, Estado do Rio Grande do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 604, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000395/2001, Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Seabra FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Seabra, Estado da Bahia. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
Em 23 de março de 2004

Processo nº 53528.000657/2001

Aplica a sanção de multa no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a BRASIL TELECOM S.A. - Filial Rio Grande do Sul, incorporadora da CRT S.A., executora do Serviço Radiotelefônico Público - Estações Terrestres no município de Pântano Grande, Estado do Rio Grande do Sul, por infração aos itens 2.6 e 3.1 da Instrução DENTEL nº 03-85.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

Nº do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R\$)	Inquadramento Legal	Data do Despacho
53540/014182905	Bona Fereira Comércio de Máquinas Ltda.	Indaial/SC	02298244/0001-28	250,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472	13.08.2007
53540/014182904	Olimp. Aires	Araucária/PR	090026066-79	250,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472	14.05.2007
53540/014182903	Predcatória do Município de Chafariz	Carara/SP	15225374/0001-74	1.722,93	Artigo 163 da Lei nº 9.472	27.11.2006
53540/014182902	Predcatória do Município de Caraguatatuba	Caraguatatuba/SP	46634184/0001-42	1.752,93	Artigo 163 da Lei nº 9.472	01.03.2007
53540/014182901	Predcatória Municipal de Araras	Araras/SP	44215840/0001-44	1.104,36	Artigo 163 da Lei nº 9.472	22.08.2006
53540/014182899	Promoção Materiais para Construção Ltda.	São Paulo/SP	09461701/0001-28	250,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472	14.05.2007
53540/014182898	ITA Mar Ltda.	Mongaguá/SP	00728434/0001-08	1.104,36	Artigo 163 da Lei nº 9.472	22.08.2006
53540/014182897	Nadador Ferreira	Mongaguá/SP	124750758-21	250,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472	17.05.2007

EVERALDO GOMES FERREIRA



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300  
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF  
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º 53650.000321/02

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 597, de 18 de agosto de 2009, no Diário Oficial da União de 24 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 25 de agosto de 2009.

**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

NOTA Nº 21/2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53650.000321/2002

INTERESSADO: Rádio FM Serrote Ltda.

ASSUNTO: Outorga de permissão. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (local). Reexame do processo em função de equívoco na elaboração do Parecer/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1386 – 2.29/2009, implicando na necessidade de retificação do mesmo. Minuta de nova EM para o devido prosseguimento do feito.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Veio a exame desta Consultoria Jurídica, encaminhado pela Comissão Especial de Licitação, cópia dos autos da Concorrência nº 006/2000 – SSR/MC, referente à execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média local para o município de Hidrolândia, Estado do Ceará, para exame da legalidade de seus atos, prosseguindo-se, posteriormente, com o envio dos autos para a outorga da permissão pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

2. Esta Consultoria Jurídica, ao proceder a elaboração do PARECER/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1386 – 2.29/2009, incorreu em equívoco, encaminhando para assinatura do Senhor Ministro das Comunicações, Exposição de Motivos e Portaria de outorga, que foram regularmente assinadas e publicadas no Diário Oficial da União do 24 de agosto de 2009.

3. Trata-se de erro referente à correta identificação do serviço de radiodifusão ora explorado. Onde se lê, tanto no Parecer supra citado, com na Exposição de Motivos, "(...) Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada", deve-se ler, "(...) Serviço de Radiodifusão Sonora em onda média (local)". No ato de outorga tal equívoco não foi perpetuado.

4. Pelo reexame dos autos, a documentação apresentada foi considerada regular, motivo pelo qual, retifica-se os termos do Parecer/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1386 – 2.29/2009, apenas no tocante à identificação do serviço explorado, conforme supracitado.


5. E, visando regularizar a situação processual, encaminho o processo, acompanhado de minuta de ato próprio, à consideração do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para decidir sobre o pedido.

6. Posteriormente, atendendo ao dispositivo constitucional do artigo 223, § 3º, o ato de outorga consubstanciado na Portaria, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação quando passará a produzir seus efeitos legais.

7. É o parecer, que ora submeto à apreciação superior.

Brasília, 6 de janeiro de 2010.

  
JULIANA DOS SANTOS NORONHA  
Assistente/CONJUR/MC

  
DANIEL PEREIRA DE FRANCO  
Advogado da União  
Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

De acordo. À consideração do Senhor Consultor Jurídico.  
Em 14/01/2010.

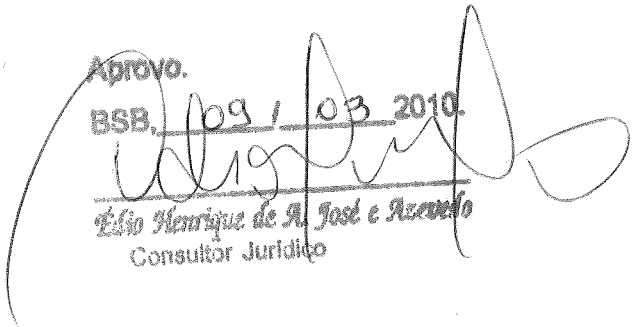
  
MARIA DA GLÓRIA TUXI F. DOS SANTOS  
Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica.

Aprovo. Encaminhe-se o presente processo acompanhado do respectivo ato ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para as providências de sua alçada.  
Em 04/02/2010.

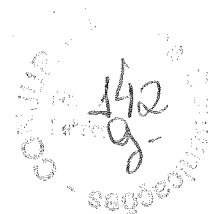
  
MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA  
Consultor Jurídico

Aprovo.

BSB, 09 / 03 2010.

  
Edio Henrique de A. José e Azevedo  
Consultor Jurídico

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583



Ofício nº 7 /2010/GM-MC

Brasília, 18 de março de 2010.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00091 2010 EM

- 53650.000321/2002 - 96 1 vol.

MC 00092 2010 EM

- 53000.056285/2008 - 65 1 vol.

MC 00093 2010 EM

- 53640.000243/2002 - 48 1 vol.

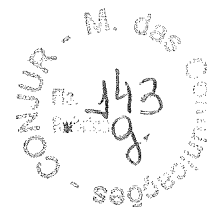
MC 00094 2010 EM

- 53640.000247/2002 - 27 1 vol.

Atenciosamente,

**PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA**

Coordenador-Geral



Ofício nº 0509/2010-SAJ

Em 16 de junho de 2010.

Ao Senhor  
PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA  
Assessor do Ministro de Estado das Comunicações  
BRASÍLIA - DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53650.000321/2002-96  
SEDDOC/DIEP/DCG/AGM  
17/06/2010-16:18

Assunto: **Devolução de processo - Rádio FM Serrote Ltda.**

Senhor Assessor,

Conforme entendimento mantido com a Consultoria Jurídica desse Ministério, restituo a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 91, de 15 de março de 2010, acompanhada do processo nº 53650.000321/2002-96, de interesse da Rádio FM Serrote Ltda., no Município de Hidrolândia, Estado do Ceará, para correção, uma vez que às páginas nºs 136/137 do referido processo encontra-se o Parecer AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1381-2/2009, que não diz respeito àquela emissora.

Atenciosamente,

FÁBIO CARVALHO

Assessor Especial da Subchefia para Assuntos Jurídicos da  
Casa Civil da Presidência da República  
Presidência da República



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA



NOTA Nº 1261 - 2.29 / 2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53650.000321/2002

INTERESSADO: Rádio FM Serrote Ltda.

ASSUNTO: Outorga de permissão. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (local). Reexame do processo, para correção, uma vez que se encontra nos autos, em fls. 136/137, o Parecer/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1381 – 2.29/2009, o qual não se refere ao objeto do feito. Juntada de cópia do Parecer/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1386 – 2.29/2009, retificado pela Nota nº 21/2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU, em fls. 141/141v.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Retornou a exame desta Consultoria Jurídica, encaminhado pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, pelo Ofício nº 0509/2010 - SAJ, a Exposição de Motivos nº 91, de 15 de março de 2010, acompanhada do processo em epígrafe, de interesse da Rádio FM Serrote Ltda., referente à execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média local, no município de Hidrolândia, Estado do Ceará, para a devida correção na instrução do feito.

2. Esta Consultoria Jurídica incorreu em equívoco, juntando aos autos cópia de Parecer, cujo assunto não se refere ao objeto do processo, a saber, Parecer/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1381 – 2.29/2009, em fls. 136/137.

3. Visando regularizar a situação processual, junta-se aos autos a cópia do Parecer/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1386 – 2.29/2009, retificado, posteriormente, pela Nota nº 21/2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU, em fls. 141/141v.

4. Oportuno ressaltar que a correção em questão refere-se à correta identificação do serviço de radiodifusão ora explorado. Nos termos da referida Nota, onde se lê, no Parecer supracitado, "(...) Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada", deve-se ler, "(...) Serviço de Radiodifusão Sonora em onda média (local)". No ato de outorga tal equívoco não foi perpetuado.

5. Assim, pelo reexame dos autos, retifica-se a instrução do feito, fazendo a juntada do correto Parecer, conforme explicitado.

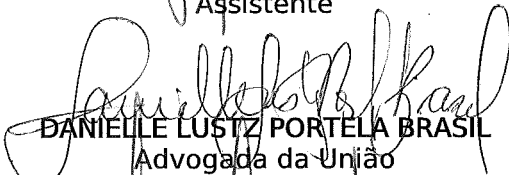
6. Desta maneira, encaminha-se o processo, acompanhado de minuta de ato próprio, à consideração do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para decidir sobre o pedido.

7. Posteriormente, atendendo ao dispositivo constitucional do artigo 223, § 3º, o ato de outorga consubstanciado na Portaria, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação quando passará a produzir seus efeitos legais.


8. É o parecer, que ora submeto à apreciação superior.

Brasília, 14 de Julho de 2010.

  
**JULIANA DOS SANTOS NORONHA**  
Assistente

  
**DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL**  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Auxiliares

De acordo. À consideração do Senhor Consultor Jurídico.  
Em 14 / 07 / 2010.

  
**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**  
Advogado da União  
Coordenador – Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Aprovo a nota por seus fundamentos. Encaminhe-se o presente processo, acompanhado dos respectivos atos, ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para as providências de sua alçada.  
Brasília, 23/07/2010.

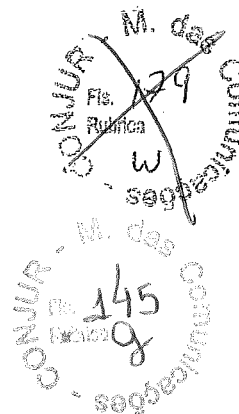
  
**ÉDIO HENRIQUE DE A. JOSÉ E AZEVEDO**  
Consultor Jurídico



**ADVOCACIA – GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
CONSULTORIA JURÍDICA

**PARECER/AGU/CONJUR-MC/JSN/Nº 1386 - 2.29 / 2009**

**PROCESSO Nº: 53650.000321/2002**



**EMENTA:** Outorga de permissão. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada. Observância da legislação de regência. Regularidade do procedimento licitatório. Homologação e adjudicação publicadas no D.O.U. O processo está apto a ser encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações para expedição de ato de outorga, nos termos do artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

**I – DO RELATÓRIO**

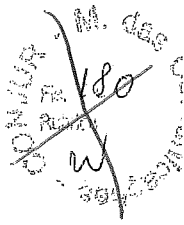
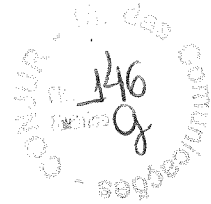
1. Veio a exame desta Consultoria Jurídica, encaminhado pela Comissão Especial de Licitação, cópia dos autos da Concorrência n.º 006/2000 – SSR/MC, referente à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para o município de Hidrolândia, Estado do Ceará, para exame da legalidade de seus atos, prosseguindo-se, posteriormente, com o envio dos autos para a outorga da permissão pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

2. Esta Consultoria Jurídica, por ocasião da homologação, já se manifestou, nos termos do PARECER/AGU/CONJUR-MC/DLL/N.º 0827 – 2.17/2009, no sentido de que a Comissão Especial de Licitação observou as regras legais e editalícias, bem como atendeu ao rito procedimental da licitação, opinando, deste modo, favoravelmente à homologação do certame e adjudicação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada à **RÁDIO FM SERROTE LTDA.**, vencedora da licitação para o município em epígrafe.

3. À vista disso, o Sr. Ministro das Comunicações procedeu à homologação e adjudicação do objeto da licitação, consoante indicado, decisão esta que foi publicada no D.O.U. do dia 23 de junho de 2009 (Seção I, pág. 62).




**ADVOCACIA – GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
CONSULTORIA JURÍDICA




4. A homologação e adjudicação são os atos que põem fim ao procedimento licitatório, aquela reconhecendo a validade e a conveniência dos atos praticados no curso do certame, e esta atribuindo ao vencedor o objeto da licitação.
5. Sendo assim, ultimada esta fase final, e atestada a eficácia dos atos praticados na licitação, sugere-se o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos próprios – Portaria e Exposição de Motivos – à consideração do Senhor Ministro das Comunicações, a quem cabe emitir o ato de outorga, conforme dispõe o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
6. Posteriormente, atendendo ao dispositivo constitucional do artigo 223, § 3º, o ato de outorga consubstanciado na Portaria, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação, quando passará a produzir seus efeitos legais.
7. É o parecer, que ora submeto à apreciação superior.

Brasília, 29 de julho de 2009.

  
**JULIANA DOS SANTOS NORONHA**  
Assistente/CONJUR/MC

  
**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**  
Advogado da União  
Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

De Acordo. À consideração do Senhor Consultor Jurídico

  
**MARIA DA GLÓRIA TUXI F. DOS SANTOS**  
Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Aprovo. Encaminhe-se o presente processo acompanhado do respectivo ato ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para as providências de sua alçada.  
Em 19/08/2009.

  
**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico



ao: 1 - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao: Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios  
70.044-900 - Brasília - DF  
II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.  
Art. 3º Fim do prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

#### PORTARIA Nº 678, DE 23 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Aguias Lindas de Goiás, Estado de Goiás, canal 20 (vinte).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

1 - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios  
70.044-900 - Brasília - DF  
II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.  
Art. 3º Fim do prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

#### DESPACHO DO MINISTRO

Em 23 de julho de 2010

Processo nº 53650.000321/2002.

Acolho a NOTA Nº 1261 - 2.29/2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU, saneando a instância do feito, com a devida juntada do Parecer/AGU/CONJUR-MC/JSN nº 1386 - 2.29/2009, posteriormente, reafirmado pela Nota nº 21/2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU, conforme os termos apresentados.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

#### AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

##### DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 29 de junho de 2010

Nº 5.268 -

Processo nº 53500.022631/2007 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração

apresentado pela BRASIL TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 76.535.764/0322-66, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nos Selores 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29 e 30 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 8.771/2009-CD, de 14 de dezembro de 2009, nos autos do Processo em epígrafe, instaurado em razão de solicitação para anulação prévia da Anatel para desvinculação de bens integrantes da Relação de Bens Reversíveis (RBR) da Concessionária, decidiu, em sua Reunião nº 567, realizada em 17 de junho de 2010, por não conhecer do Pedido, ante a ausência de pressuposto para sua admissibilidade, qual seja, o da tempestividade, mantendo-se integralmente a decisão exarada pelo referido despacho, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 291/2010-GCAB, de 9 de junho de 2010.

Em 8 de julho de 2010

Nº 5.731 -

Processo nº 53500.005037/2003 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Pedido de Revisão interposto por VIVO S/A, CNPJ/MF nº 02.449.992/0001-64, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 6.302/2009-CD, datado de 15 de setembro de 2009, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimento de obrigações impostas pela Superintendência de Serviços Privados por ocasião da implantação do Código de Seleção da Prestadora - CSP no Serviço Móvel Pessoal - SMP, decidiu, em sua Reunião nº 567, realizada em 17 de junho de 2010, conhecer do Pedido de Revisão para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 406/2010-GCJR, de 2 de junho de 2010.

Em 9 de julho de 2010

Nº 5.777 -

Processo nº 53508.014203/2005 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VIVO S/A, CNPJ/MF nº 02.449.992/0001-64, Autorizada do Serviço Móvel Pessoal (SMP), sucessora por incorporação da TELERJ CELULAR S/A, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados proferida por meio do Ato nº 293, de 18 de janeiro de 2008, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação do descumprimento de obrigação estabelecida no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (RSMF), aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002, decidiu, em sua Reunião nº 567, realizada em 17 de junho de 2010, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 400/2010-GCJR, de 2 de junho de 2010.

Em 15 de julho de 2010

Nº 6.104 -

Ref.: Processo nº 53500.006391/2003.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL, CNPJ/MF nº 33.530.486/0001-29, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Região IV do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por intermédio do Despacho nº 4.559/2008-CD, datado de 10 de novembro de 2008, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a verificação do descumprimento da meta, para os indicadores "Taxa de atendimento de solicitações de reparo de telefones de uso público em até 8 horas", nos meses de julho, agosto e setembro de 2003; e, "Taxa de chamadas de longa distância nacionais originadas completadas - valor consolidado - No- turno", no mês de julho de 2003, previstos no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ), aprovado pela Resolução nº 30, de 29 de junho de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 552, de 11 de fevereiro de 2010, conhecer do Pedido de Reconsideração, para, no mérito, negar-

lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 33/2010-GCAB, de 28 de janeiro de 2010.

Nº 6.105 -

Ref.: Processo nº 53539.000239/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/PB, CNPJ/MF nº 33.000.118/0012-21, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 9 da Região I do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por intermédio do Despacho nº 4.694/2009-CD, de 8 de julho de 2009, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a verificação de funcionamento e aspectos de conservação de telefones de uso público (TUP), com ênfase nas regiões periféricas da capital do Estado da Paraíba, decidiu, em sua Reunião nº 550, realizada em 2 de fevereiro de 2010, conhecer do Pedido de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 18/2010-GCAB, de 18 de janeiro de 2010.

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN  
Substituto

#### SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

##### ATO Nº 4.693, DE 23 DE JULHO DE 2010

Autorizar Peugeot-Citroen do Brasil Automóveis Ltda., CNPJ nº 67.405.936/0001-73 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Blumenau/SC, no período de 27/07/2010 a 01/08/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

#### GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

##### DESPACHOS DO GERENTE

Em 22 de abril de 2010

Processo nº 535450001612010. Despacho nº 3418/2010-  
UO071/ER07SP/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IEADEPOR, CNPJ nº 11.021.795/0001-30, a sanção de MULTA no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53545000062010. Despacho nº 3450/2010-  
UO071/ER07SP/Anatel, aplica a EDERSON COVIZZI NUNES, CPF nº 052.334.736-74, a sanção de MULTA no valor de R\$ 3.021,00 (três mil e vinte e um reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 26 de abril de 2010

Processo nº 535450001642010. Despacho nº 3428/2010-  
UO071/ER07SP/Anatel, aplica a JOSÉ CARLOS SOARES DE LIMA, CPF nº 032.765.061-30, a sanção de MULTA no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53545000062010. Despacho nº 3424/2010-  
UO071/ER07SP/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO QUATROMAR-  
QUENSE, CNPJ nº 05.907.527/0001-18, a sanção de MULTA no valor de R\$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 30 de abril de 2010

Processo nº 535450001652010. Despacho nº 3590/2010-  
UO071/ER07SP/Anatel, aplica a FABIANA GONÇALVES DOS SANTOS, CPF nº 019.452.721-20, a sanção de MULTA no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

RUMAIR DIAS DOS SANTOS

#### ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARANÁ

##### DESPACHOS DO GERENTE

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo abaixo relacionado, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicação a:

N.º do Processo	Entidade	Dispositivo Infringido	Sanção	UF	Data
53516.006855/07	Alexandre Marqui - EPP	Arts. 1.º da Port. 001/04, 37, II e 39, 8.º da Res. 73/98, itens 9.4 e 10.1 da Norma MC 13/97 e arts. 18 e 61 da Res. 303/02.	R\$ 603,36	PR	17/04/08
53520.003908/09	Asso. Comunit. e Educ. Verdes Lagos	Art. 163 da Lei 9472/97 e art. 55, V, "b" da Res. 242/00.	R\$ 2.031,60	SC	23/11/09
53516.001501/10	Assoc. Aliva Cultura e Paz	Art. 163 da Lei 9472/97	R\$ 1.770,00	PR	19/04/10
53516.007072/10	Assoc. de Rádio Táxi Guarani	Art. 162, 8.º da Lei 9472/97.	R\$ 250,00	PR	16/04/10
53516.001445/10	B B Adachieski Cia Ltda	Art. 131 da Lei 9472/97.	R\$ 3.010,08	PR	05/04/10
53516.006788/09	CMD Informática Ltda	Art. 27 e 30 da Res. 272/01 e art. 162 da Lei 9472/97.	R\$ 4.950,00	PR	18/11/09
53516.001125/10	CMD Informática Ltda	Art. 27 da Res. 272/01 e art. 162 da Lei 9472/97.	R\$ 3.000,00	PR	07/04/10
53516.000139/10	Cristina Ramos Pedro Iank	Art. 10 da Res. 272/01 e art. 131 da Lei 9472/97.	R\$ 3.010,08	PR	13/04/10
53516.001933/06	Eduardo Josef Reinhofer	Item 9.8.1 da Norma 13/97.	Advertência	PR	14/07/08
53516.006812/10	Emeralldino Gonçalves de Oliveira	Arts. 162, 8.º, e 163 da Lei 9472/97.	R\$ 2.820,00	PR	16/04/10
53516.006648/07	Geovani Sérgio Gasparoto	Art. 131 da Lei 9472/97 e art. 10 da Res. 272/01.	R\$ 1.342,80	PR	16/04/08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010072600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

148

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 53 /2010/GM-MC

Brasília, 27 de julho de 2010.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00590 2010 EM 20  
- 53840.000340/1997 / 53000.042292/2007

MC 00591 2010 EM 36 (A-4)  
- 53660.000472/1994 / 53000.077478/2006

MC 00593 2010 EM 16  
- 53710.001248/1998 / 53000.036376/2008

MC 00594 2010 EM  
- 53650.000321/2002 - 96 (A-15)

MC 00595 2010 EM  
- 53520.000595/2000 - 07

MC 00596 2010 EM 39  
- 53740.002036/2000 / 53000.046662/2009

MC 00597 2010 EM  
- 53830.000237/2002 - 54

MC 00598 2010 EM  
- 53830.000234/2002 - 11

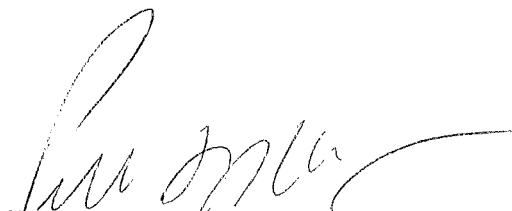
MC 00599 2010 EM

- 53830.000226/2002 - 74

MC 00600 2010 EM

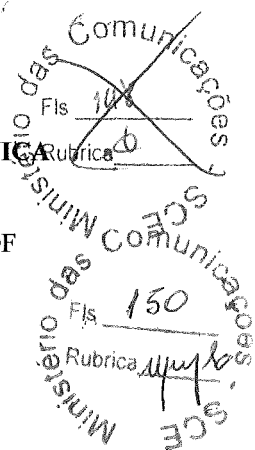
- 53790.000530/2001 - 54 (A-B)

Atenciosamente,



**PEDRO LEITE RIBEIRO NETO**  
Coordenador-Geral Substituto

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS**  
**COORDENAÇÃO DE OUTORGA E CONSIGNAÇÃO DE CANAIS**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 300 - Oeste - 70044-900 Brasília - DF  
Fone: (61) 3311-6358 – Fax: (61) 3311-6560




**DESPACHO Nº 614 /2011/COCAN/CGLO/DEOC/SCE**

**Ref. Processo nº :** 53650.000321/2002  
**Concorrência nº:** 006/2000-SSR/MC  
**Serviço :** Ondas Médias  
**Interessada :** Rádio FM Serrote Ltda  
**Assunto :** Submete o processo à apreciação da Comissão Especial de Licitação  
**Em anexo :** Minuta de Exposição de Motivos

Verificamos, nesta data, que a cópia n.º 1 do processo em referência, do Município de Hidrolândia, Estado do Ceará, foi devolvida da Casa Civil da Presidência da República, para que seja feita nova instrução dos autos, se necessária.

Tendo em vista que os autos tratam de processo licitatório, opino no sentido do seu encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, para que esta informe se há fato novo que possa impedir o seu prosseguimento e, em não havendo tal impedimento, seja a cópia do processo remetida à Consultoria Jurídica, para as providências cabíveis.

Brasília, 02 de março de 2011.

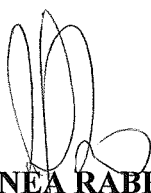
  
**ALICIONETE DA S. LUZ**  
Agente Administrativo

  
**ANA PATRÍCIA S. ALÊSCIO CAMPOS**  
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Caneis

Conferido.

De acordo. À apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 2 / 3 / 2011.

  
**VANÊA RABELO**  
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas  
Substituta

De acordo. Encaminhe-se a cópia do processo à Comissão Especial de Licitação.

Em 03 / 03 / 2011

  
**DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Comunicado  
151  
Rubrica:  
CEL

Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesBOA TARDE  
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial | Resultado da Consulta

## Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>236</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	CE	Antonina do Norte	FM	1		
<u>204</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	CE	Catarina	FM	1		
<u>249</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	CE	Ipueiras	FM	3	M	
<u>204</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	CE	Irauçuba	FM	1		
<u>243</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	CE	Jaguaruana	FM	2	H	
<u>216</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	PI	Castelo do Piauí	FM	1		
<u>1490 kHz</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	CE	Hidrolândia	OM LOCAL C			
<u>1080 kHz</u>	RADIO FM SERROTE LTDA	CE	Ubajara	OM	1		

Usuário: anatel\mariamonica - MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Data: 10/03/2011

Hora: 17:16:40

Registro 1 até 8 de 8 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - RADIO FM SERROTE LTDA

CNPJ: 03729079000184

Presidente:

Endereço: AVENIDA JOSE GUILHERME - NOVA PAVUNA

E-mail:

Capital Social: 10.000,00

Reserva de Capital:

Total: 10.000,00

## Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
041.309.872-91	LUIS MOURA DA COSTA	50	5.000,00
122.358.143-87	SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA	50	5.000,00

## Conselho

## Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
041.309.872-91	LUIS MOURA DA COSTA	DIRETOR ADMINISTRATIVO	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

COMUNICAÇÃO  
153  
Rubrica:  
CEL.

Ministério das Comunicações

Destques do Governo

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesBOA TARDE  
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO**

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

**Consulta Participação do Sócio - SERGIO LUIZ RODRIGUES LIMA**

Serviço	UF	Município	Nome Entidade
230	CE	Antonina do Norte FM	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Catarina FM	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Ipueiras FM	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Irauçuba FM	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Jaguaruana FM	RADIO FM SERROTE LTDA
205	CE	Ubajara OM	RADIO FM SERROTE LTDA
230	PI	Castelo do Piauí FM	RADIO FM SERROTE LTDA

Registro 1 até 7 de 7 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Voltar

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesBOA TARDE  
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

**Consulta Participação do Sócio - LUIS MOURA DA COSTA**

Serviço	UF	Município	Nome Entidade
230	CE	Antonina do Norte	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Catarina	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Ipueiras	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Irauçuba	RADIO FM SERROTE LTDA
230	CE	Jaguaruana	RADIO FM SERROTE LTDA
205	CE	Ubajara	RADIO FM SERROTE LTDA
230	PI	Castelo do Piauí	RADIO FM SERROTE LTDA

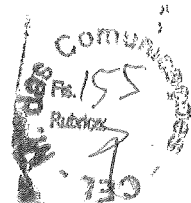
Registro 1 até 7 de 7 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**CONCORRÊNCIA** : 006/2000-SSR/MC  
**PROCESSO ESPECÍFICO** : 53650.000321/2002 (Cópia nº 01)

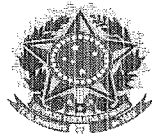
**DESPACHO MC/CEL/PRESI/N.º 066 /2011**

A cópia nº 01 dos autos do processo em referência, que trata da Concorrência 006/2000-SSR/MC, na qual a RÁDIO FM SERROTE LTDA. sagrou-se vencedora para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média (Local), no Município de Hidrolândia, Estado do Ceará, retornou da Casa Civil da Presidência da República para nova instrução do processo, caso haja necessidade.

Tendo em vista que as pesquisas realizadas no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão e do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, extratos às fls. 151/154, informam que a entidade em comento, bem como os participantes de seu quadro societário, não extrapolaram os limites previstos no Decreto-Lei nº 236/67 e que não há fato novo que obste o prosseguimento do feito, encaminhamos cópia dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

Brasília (DF), 17 de março de 2011.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



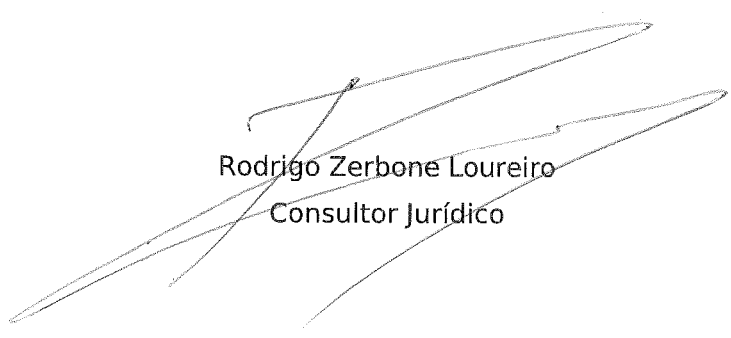
COTA nº 058/2011/RZL/ CONJUR-MC/AGU  
Processo nº 53650.000321/2002 (cópia)  
Interessado: RÁDIO FM SERROTE LTDA.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

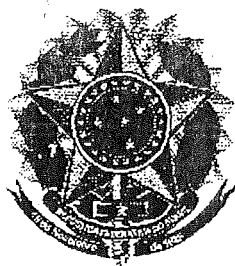
Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos do nota/ Nº 21/2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU desta Consultoria Jurídica às fls. 141, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 31 de março de 2011.



Rodrigo Zerbone Loureiro  
Consultor Jurídico



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA 006/2000 - SSR/MC**


**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

**PERMISSÃO DE OM**  
**Local**

---

**Brasília-DF, Fevereiro de 2000**

## ÍNDICE

1. OBJETO
  2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
  3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
  4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
  5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
  6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
  7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
  8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
  9. ABERTURA E APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
  10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
  11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
  12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
  13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
  14. PENALIDADES
  15. DISPOSIÇÕES FINAIS
  16. ANEXOS
- 

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 006/2000 – SSR/MC  
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 10/05/00, às 9:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado do Ceará, situada à Rua Senador Virgílio Távora, 2500, sala 205, Dionísio Torres, Fortaleza/CE.

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 20/05/63, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

## 1. OBJETO

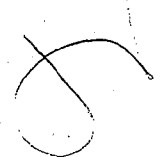
1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 10 (dez) anos.

## 2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado do Ceará, conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC  
Rua Senador Virgílio Távora, 2500, sala 205  
Dionísio Torres  
60170-251 - Fortaleza - CE



Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os nas Secretarias das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na referida Delegacia do Ministério das Comunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.



2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura, pela autoridade competente, dos atos de outorga referentes às primeiras localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades.

### **3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

### **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

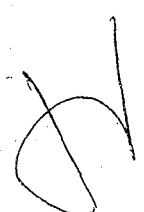
4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida;

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cujas falências haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;



4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.

4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subpermissão.

## **5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES**

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicados pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art.9º do Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980;

5.2.3 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.

5.2.4 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis;

5.2.5 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas;

5.2.6 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial, e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

- a) da Receita Federal ;
- b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;
- d) da Fazenda Municipal

5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;

## 6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

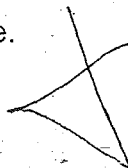
6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente.



6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente.

6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante dele.

## **7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante deste.

## **8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital,.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

**CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**  
**Edital da Concorrência nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ - SSR/MC**  
**SERVICO DE RADIODIFUSÃO**

Localidade de Prestação do Serviço: *(indicar a localidade de interesse)*

Razão Social da Proponente: *(indicar a Razão Social)*

**Conteúdo:**

**Conjunto nº 3:**

**Proposta de Preço pela Outorga**

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo; conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que

a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);


b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VI, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Proposta deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

<b>CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO</b>	
Localidade(s) de Prestação do	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b>Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação:</b> <b>Habilitação Jurídica</b> <b>Qualificação Econômico-Financeira</b> <b>Regularidade Fiscal</b>	

<b>CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO</b>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b>Conjunto nº 2:</b> <b>Proposta Técnica</b>	



seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

## **9. ABERTURA E APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos

representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.

9.4.6 Após a abertura dos Conjuntos nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

9.4.7 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e procederá a habilitação das proponentes mediante publicação do resultado da análise no Diário Oficial da União, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.

## **10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.**

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da licitação.

#### 10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a)  $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$  pontos, para  $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima:  $Tt = 16$  horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a)  $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

a)  $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$

b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

a)  $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:

a)  $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

a)  $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$ , para  $9 \leq Pz \leq 36$

b) Condição Mínima:  $Pz = 36$  meses

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6)$  pontos.

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.



## 11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento A)

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento B)

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento C)

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

### 11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$  pontos (Grupo A)



VP = (0,50 PT + 0,50 PP) pontos (Grupo B)

VP = (0,10 PT + 0,90 PP) pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

## **12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A permissão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.2 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.

12.3 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.4 O Contrato de Adesão de Permissão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no Capítulo 1 deste Edital.

12.5 A assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.6 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da permissão.

12.6.1 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.6, com 10 (dez) dias de antecedência;



12.7 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Adesão de Permissão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.8 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.9 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.10 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.11 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.

12.12 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes àquela data.

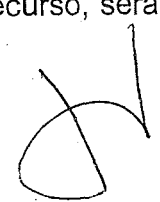
12.13 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

### **13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.



13.21 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.30s recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação cientificará as demais proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.50 recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.51 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição, protocolizada na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado cuja jurisdição abranja a localidade de execução do serviço ou no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da recorrente;

b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará nas Secretarias das Comissões, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 As Secretarias das Comissões funcionarão nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora das Secretarias das Comissões;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

## 14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou

X

a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Adesão de Permissão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 10 (dez) vezes o valor ofertado pela outorga;

14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

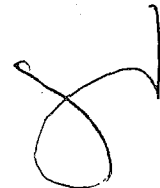
14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

## **15. DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 A data de vigência da Outorga de permissão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.2 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

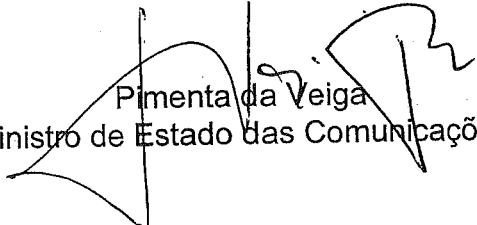
15.3 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.



## 16. ANEXOS

- 16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;
- 16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;
- 16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;
- 16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;
- 16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Permissão;
- 16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília, DF, 22 de fevereiro de 2000.

  
Pimenta da Veiga  
Ministro de Estado das Comunicações

considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão de em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém \_\_\_\_\_ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de \_\_\_\_\_ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

\_\_\_\_\_  
Ministro das Comunicações

\_\_\_\_\_  
Permissionária

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'J' or 'L', located on the right side of the page.

5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)



ANEXO IV

MODELO DE  
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'Z' or a signature, located on the right side of the page.

ANEXO IV  
Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço .

1. Razão Social da Proponente:

\_\_\_\_\_

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. Edital da Concorrência: nº \_\_\_\_\_-SSR/MC

4. Serviço \_\_\_\_\_

5. Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

6. Valor Proposto: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten mark, possibly a signature or initials, consisting of a large loop and a vertical stroke.

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO  
ENTRE A UNIÃO E A \_\_\_\_\_ PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA DE ONDAS  
MÉDIAS, NA CIDADE D \_\_\_\_\_ ESTADO D  
\_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de mil novecentos e noventa e \_\_\_\_\_, o Ministro das Comunicações \_\_\_\_\_, representando a União, e \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, assinam o presente Contrato, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, para explorar o serviço de, na cidade d \_\_\_\_\_ Estado d \_\_\_\_\_, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à \_\_\_\_\_ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d \_\_\_\_\_, Estado d \_\_\_\_\_, o serviço de radiodifusão sonora de, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela permissionária, documentos que acompanham o presente Contrato de adesão de Permissão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A permissionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Adesão de Permissão;

q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;

l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV);

m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

s) manter em dia os registros da programação;

t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A \_\_\_\_\_ permissionária recolheu o valor de R\$ \_\_\_\_\_ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A \_\_\_\_\_ permissionária deverá recolher o valor de R\$ \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de \_\_\_\_\_ meses, contado da data de vigência da outorga;

d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;

l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionária ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial,



## ANEXO VI

### MODELO DE PROCURAÇÃO ( Particular)

( Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.



**ANEXO I**

**EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 006/2000-SSR/MC**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**Estado do Ceará**

Localidade de Execução do Serviço	Tipo do Serviço de Radiodifusão	Frequência (kHz)	Classe	Grupo de Enquadramento	Potência Efetiva Irradiada (kW)		Altura da Torre (m)	Código do Sistema Irradiante Diretivo	Preço Mínimo da Outorga (R\$)	Data de recebimento dos documentos
					Diurna	Noturna				
Hidrolândia	Sonora em Ondas Médias	1490	C	A	0,25	0,25	55,0		10.000,00	10/05/01



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO  
REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' or 'H' shape with a loop.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da \_\_\_\_\_, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

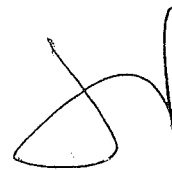
\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark, possibly initials, consisting of a large loop and a vertical stroke.

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Edital da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): \_\_\_\_\_ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 3311-6242 - Fax: (61) 3311-6583

Ofício nº 17 /2011/GM-MC

Brasília, 11 de julho de 2011.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 – Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminhando, em anexo, os seguintes processos:

MC 00210 2011

- 53000.020701/2005

MC 00211 2011

- 53000.021486/2003

MC 00212 2011

- 53000.008191/2002

MC 00213 2011

- 53650.000321/2002

MC 00214 2011

- 53710.000474/2002

MC 00215 2011

- 53790.000657/2002



MC 00216 2011

- 53720.000292/2002

MC 00217 2011

- 53670.000112/1998

MC 00218 2011

- 53710.000552/2002

MC 00219 2011

- 53000.021135/2010

Atenciosamente,



**PEDRO LEITE RIBEIRO NETO**  
Coordenador-Geral Substituto